



Anais da Assembleia

Nº 41 CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 19 DE ABRIL DE 1990

ANO XVI

Ato da Presidência:

Lei nº 9.227

DATA: 17 de abril de 1990.

SÚMULA: Dispõe que os proprietários e responsáveis por estabelecimentos de hospedagem a qualquer título ficam obrigados ao registro de suas casas comerciais perante o órgão policial competente.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC. o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Lei:

Art. 1º - Os proprietários e responsáveis por estabelecimentos de hospedagem, a qualquer título, ficam obrigados ao registro de suas casas comerciais, perante o órgão policial competente.

Parágrafo Único - Na Capital, o registro far-se-á junto à delegacia de Ordem Social, após despacho final do titular da Diretoria de Polícia Civil.

Art. 2º - O requerimento de registro, será instruído com os seguintes documentos:

I - Registro na Junta Comercial do Paraná;

II - Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda;

III - Vistoria favorável da Saúde Pública, Corpo de Bombeiros e Prefeitura Municipal;

IV - Certidões Negativas de Antecedentes Criminais do proprietário ou responsável pelo estabelecimento;

V - Prova de permanência legal no País, quando o proprietário ou responsável for estrangeiro.

Parágrafo Único - Atendidas as exigências do registro, o Corpo de Bombeiros e a Secretaria Estadual de Saúde Pública vistoriarão, periodicamente, os estabelecimentos.

Art. 3º - O alvará de funcionamento será concedido uma vez preenchidos os requisitos do artigo 2º, em todos os seus itens, nele figurando o número de ordem, o nome do estabelecimento, o nome dos proprietários e responsáveis e o nome de fantasia do estabelecimento.

Parágrafo Único - Para a obtenção de alvará será recolhida a taxa prevista nesta Lei e a especificada na Lei nº 7257, de 30 de novembro de 1979.

Art. 4º - O alvará será renovado

anualmente até o dia 28 de fevereiro de cada ano, mediante apresentação de guia de recolhimento das taxas de renovação, devidamente quitadas.

Parágrafo Único - O valor da taxa anual, estipulada por esta Lei corresponderá a 0,3 MVR do Estado do Paraná vigente no mês de fevereiro do ano correspondente, para cada aposento que o estabelecimento possuir e do valor previsto na Lei nº 7257, de 30 de novembro de 1979.

Art. 5º - A mudança de nome ou espécie de estabelecimento dependerá de alvará que será expedido pela autoridade policial.

Art. 6º - Em caso de alienação do estabelecimento, o novo proprietário ou responsável, mediante prova de aquisição, requererá à autoridade policial a transferência de registro, satisfeitas as exigências desta Lei, providenciando-se a baixa do registro anterior.

Art. 7º - O estabelecimento de hospedagem somente poderá transferir-se de prédio, mediante prévio requerimento à autoridade policial e satisfeitas as exigências do item III, do artigo 2º desta Lei.

Art. 8º - Não será licenciado o estabelecimento cujo proprietário ou responsável tiver sido condenado em processo crime contra os costumes, saúde, incolumidade pública, patrimônio, ou por contravenção.

Parágrafo Único - Não será licenciado o estabelecimento pertencente a Sociedade ou Associação da qual faça parte, sob qualquer forma, pessoa condenada a procedimento penal regular.

Art. 9º - Os estabelecimentos de hospedagem não poderão funcionar sem o registro de que trata o artigo 1º desta Lei, sujeitando-se às penalidades nela especificadas.

Art. 10 - Não serão concedidas autorizações a título precário ou provisório, para funcionamento de estabelecimentos de hospedagem.

Art. 11 - O pretendente a hospedagem somente poderá ocupar os aposentos após identificar-se, devendo o hospedeiro lançar no livro de registro de hóspedes o número do documento de identidade, tipo, órgão emissor e estado; a data completa e hora da entrada do hóspede, o número do aposento destinado e a data completa e hora da saída.

Art. 12 - O livro de registro de hóspedes a ser utilizado é o estabelecido no Decreto nº 26.187 de 26 de julho de 1.956.

Art. 13 - Antes de sua utilização, o livro deverá ser encaminhado à Delegacia de Ordem Social, na Capital, e às Delega-

cias competentes, no interior do Estado, para que seja procedido o termo de abertura.

Art. 14 - Após o total preenchimento do livro, este será encaminhado à Delegacia competente para ser procedido o termo de encerramento, ficando sob a guarda do estabelecimento de hospedagem pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo, após esse período, ser incinerado.

Art. 15 - Os estabelecimentos de hospedagem recolherão ao FUNRESPOL taxa mensal que deverá ser paga até o último dia útil de cada mês, na forma seguinte:

I - 0,040 MVR por aposento que o estabelecimento possuir no regime de diárias, pernoites ou períodos inferiores a 24 horas.

II - 0,10 MVR - PR por aposento utilizado no regime mensalista.

Parágrafo Único - A cada mês, na guia de recolhimento, deverá ser especificado o número de aposentos que foi utilizado sob cada regime de hospedagem, ficando o estabelecimento sujeito às sanções previstas nesta Lei em caso de afirmação falsa.

Art. 16 - Se o pretendente a hospedagem estiver acompanhado de pessoa menor de dezoito anos, deverá comprovar sua condição de responsável legal e, não o sendo, exibirá autorização do responsável ou do Juizado competente.

Parágrafo Único - Na ausência de comprovação ou de autorização, ou em caso de dúvida, poderá ser aceita a hospedagem desde que o responsável pelo estabelecimento acolha as declarações dos pretendentes e as abone, expressamente.

Art. 17 - Não é obrigação do hospedeiro a perquirição do estabelecimento civil ou das intenções dos hóspedes, devendo o mesmo evitar, na medida de suas possibilidades, o favorecimento da prostituição, a corrupção de menores, os atentados públicos ao pudor e a perturbação da ordem pública.

Art. 18 - As inspeções aos estabelecimentos de hospedagem serão procedidas pelos órgãos competentes e salvo os casos de inspeção para aferição das perfeitas condições físicas do estabelecimento, as demais ficarão restritas aos locais de recepção e administração.

Parágrafo Único - As inspeções das instalações físicas somente serão feitas entre as 9,00 e as 17,00 horas, ou a qualquer momento se os aposentos estiverem desocupados.

Art. 19 - Será cassado o alvará de funcionamento:

I - Quando, habitualmente, os proprietários, responsáveis, empregados ou frequentes perturbarem o sossego alheio, colocarem em risco a vida ou a integridade física de terceiros ou atentarem contra a

moral e o decore;

II - Quando, habitualmente, os proprietários, responsáveis ou empregados do estabelecimento, procurarem dificultar as fiscalizações exercidas pelos órgãos públicos;

III - Quando o estabelecimento deixar de recolher o valor das multas, no prazo previsto no artigo 22;

IV - Quando houver incorreção no preenchimento de documentação estabelecida em Lei, com objetivo de obter vantagem;

V - Quando, reiteradamente burlar ou não observar as normas legais pertinentes a atividade.

Art. 20 - Independentemente de outras sanções, os estabelecimentos de hospedagem sujeitam-se às seguintes penalidades administrativas.

I - Multa no valor de 7 (sete) a 30 (trinta) MVR-PR:

a) por falta de registro do estabelecimento na Delegacia Policial competente;

b) por dificultar a fiscalização policial;

c) por tolerar ruídos ou algazarras em hora de repouso noturno;

d) por não exigência de documento de identidade do hóspede;

e) por não possuir alvará de licença de funcionamento ou não revalidá-lo, anualmente.

Art. 21 - É o titular da Delegacia de Ordem Social a autoridade competente para aplicação das penalidades previstas nesta Lei, cabendo recurso, com efeito suspensivo e no prazo de dez dias para o Diretor da Polícia Civil, na hipótese de aplicação de multa.

Parágrafo Único - No interior do Estado, as penas de multas serão aplicadas pela autoridade policial local, cabendo recurso, com efeito suspensivo e no prazo de quinze dias, para o Delegado de Ordem Social a que se comunicará, em igual prazo, o motivo e a aplicação da penalidade.

Art. 22 - Após decisão denegatória do recurso, terá o estabelecimento infrator o prazo de quinze dias para recolher o valor da multa.

Art. 23 - As multas ou quaisquer valores não recolhidos nos prazos previstos, serão corrigidas monetariamente nos mesmos índices das demais taxas ou impostos estaduais.

Art. 24 - Verificada infração passível de multa, será lavrado termo constando data e hora da infração, nome e endereço do estabelecimento, natureza da infração e nome e cargo do encarregado da fiscalização.

Parágrafo Único - O termo será assinado pelo encarregado da fiscalização e pelo responsável pelo estabelecimento ou, quando houver recusa deste, por duas tes-

temunhas, observando-se tal circunstância.

Art. 25 - O termo de infração será lavrado em duas vias, na Capital e em três vias, no interior, sendo que a segunda via será entregue ao infrator e a terceira via, quando houver, será encaminhada à Delegacia de Ordem Social.

Art. 26 - A primeira via do termo de infração, após autuada, será encaminhada à Delegacia Policial da localidade, para a aplicação das sanções cabíveis.

Art. 27 - O estabelecimento de hospedagem manterá em sua fachada, obrigatoriamente, letreiro indicativo de sua espécie comercial.

Parágrafo Único - Cassado o alvará de funcionamento, a autoridade policial mandará retirar o letreiro.

Art. 28 - Todas as taxas e multas previstas nesta Lei reverterão ao FUNRESPOL.

Art. 29 - Após a publicação desta Lei, fica suspensa a impressão das fichas de hospedagem prevista na Lei n° 6416/73.

Parágrafo Único - Publicada esta Lei, o critério de fichas previsto na legislação anterior será adotado somente até o encerramento do mês da publicação.

Art. 30 - Esta Lei vigorará à data de sua publicação, revogada a Lei n° 6416, de 03 de julho de 1.973 e demais disposições que a contrariem.

Palácio "XIX de Dezembro", em 17.04.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA da 11.^a LEGISLATURA
ATA da 24.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 1990.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Valderi Mendes Vilela e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcelos, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vile-

la e Vera Agibert (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Homero Oguido, Namir Piacentini, Nilton Barbosa, Quielse Crisóstomo e Raul Lopes (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N° 90/90

Curitiba, 18 de abril de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei, que objetiva reajustar, a partir de 01 de abril de 1990, em 60,61% (sessenta vírgula sessenta e um por cento), os níveis de vencimento dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, assim como adotar outras providências.

A medida ora encaminhada a essa Augusta Assembléia Legislativa reflete a constante preocupação do governo no sentido de assegurar ao funcionalismo remuneração em níveis justos e atualizados, obviamente que na medida das possibilidades do erário.

O anexo Plano de Lei consubstancia o resultado de estudos conjuntos realizados pelas Secretarias de Estado da Administração e da Fazenda e, como já foi dito, resultará na correção, já no mês de abril, dos vencimentos e salário dos servidores da administração direta e autárquica do Poder Executivo.

Por outro lado, vale frisar que o valor da folha de pagamento dos órgãos da administração direta e autárquia considerando-se o índice percentual de 60,61% (sessenta vírgula sessenta e um por cento), acrescido do valor das folhas de pagamento dos órgãos da administração indireta e de outros poderes, corresponderá a aproximadamente 4,7 bilhões de cruzei-

rcs.

Certo de que o anexo plano de lei merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, vigentes em março de 1990, ficam a partir de 01 de abril de 1990, reajustados em 60,61% (sessenta vírgula sessenta e um por cento).

Art. 2º - Ficam, a partir de 01 de abril de 1990, reajustados mediante o acréscimo de 60,61% (sessenta vírgula sessenta e um por cento), vigentes em março de 1990:

I - os valores das gratificações de produtividade e de representação de gabinete;

II - o vencimento e a gratificação pelo exercício de encargos especiais atribuídos aos cargos de Secretário de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar e Procurador Geral do Estado;

III - o valor do salário família, por dependente legal e o valor das Pensões Especiais;

IV - o valor da gratificação de regência de classe.

Art. 3º - Mantida a data base de reajuste anual, aos servidores públicos civis e militares da Administração direta e autárquica, inclusive aposentados, reformados e pensionistas, bem como aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, fica o Poder Executivo autorizado a baixar os atos necessários a promover os reajustes mensais a título de reposição.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o art. 7º e seus parágrafos, da Lei nº 9.194, de 18 de janeiro de 1990 e demais disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 091/90

Curitiba, 18 de abril de 1990.
Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa,
Excelentíssimos Srs. Deputados.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa, anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suple-

mentares aos orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público, inclusive transferência de recursos à entidade da administração indireta até o montante de Cr\$ 15.980.657.889,00 (quinze bilhões, novecentos e oitenta milhões, seicentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e oitenta e nove cruzeiros).

Tais recursos deverão ser utilizados para atender despesas correntes e de capital dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público até os valores de Cr\$ 1.356.857.014,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil e quatorze cruzeiros), Cr\$ 2.729.199.713,00 (dois bilhões, setecentos e vinte e nove milhões, cento e noventa e nove mil, setecentos e treze cruzeiros) e Cr\$ 1.288.179.420,00 (um bilhão, duzentos e oitenta e oito milhões, cento e setenta e nove mil, quatrocentos e vinte cruzeiros), respectivamente, e para outras despesas correntes e despesas de capital, exclusive serviços da dívida, do Poder Executivo até o valor de Cr\$ 10.606.421.742,00 (dez bilhões, seiscentos e seis milhões, quatrocentos e vinte e um mil, setecentos e quarenta e dois cruzeiros), e são provenientes de cancelamento de dotações, saldo de receita existente na Lei Estadual nº 9.173 de 27 de dezembro de 1989 e de reestimativa de receita de recolhimento centralizado de acordo com a Lei Estadual nº 9.217 de 27 de março de 1990.

Os valores correspondentes aos Poderes Legislativo e Judiciário, foram estimados, tendo por base o cálculo a seguir, de acordo com a Constituição Estadual do Paraná, nos seus artigos 98, Parágrafo 1º, e 138:

Receita total reestimada	Cr\$ 95.988.689.993,00
(-) Transferências da União	Cr\$ 7.957.586.520,00
(-) Operações de Crédito	Cr\$ 20.388.628.469,00
SALDO	Cr\$ 67.642.475.004,00
Poder Legislativo	
3% =	Cr\$ 2.029.274.250,00
(-) Lei nº 9173 de 27/12/89	Cr\$ 672.417.236,00
Saldo a suplementar	Cr\$ 1.356.857.014,00
Poder Judiciário	
6% =	Cr\$ 4.058.548.500,00
(-) Lei 9173 de 27/12/89	Cr\$ 1.329.348.787,00
Saldo a suplementar	Cr\$ 2.729.199.713,00

O presente anteprojeto de lei substitui os anteprojeto enviados através das mensagens nºs 8, 10, 12, 13, 40, 42, 43, 46, 50, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 66, 69, 70 e 71.

Esclareço que as programações contempladas nas mensagens supracitadas, estão inclusas no anteprojeto de lei ora encaminhado.

Solicito também, o cancelamento dos anteprojeto de lei encaminhados por meio das mensagens nºs 44 e 47.

Saliento que tais suplementações encontram respaldo no disposto no artigo 18 da Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares aos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público, inclusive transferência de recursos às entidades vinculadas da administração indireta, com base no disposto no artigo 18 da Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, decretou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares aos orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público, conforme revisão prevista no artigo 18 da Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprova o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1990, até o montante de Cr\$ 15.980.657.889,00 (quinze bilhões, novecentos e oitenta milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e oitenta e nove cruzeiros).

§ 1° - Os Poderes Legislativo e Judiciário, serão suplementados até os valores de Cr\$ 1.356.857.014,00 (hum bilhão, trezentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil e quatorze cruzeiros) e Cr\$ 2.729.199.713,00 (dois bilhões, setecentos e vinte e nove milhões, cento e noventa e nove mil, setecentos e treze cruzeiros), respectivamente de acordo com a atual composição das Receitas de Recolhimento Centralizado, rees-

timadas pela Lei Estadual n° 9.217 de 27 de março de 1990 e, conforme preceito da Constituição do Estado do Paraná, nos seus artigos 98, § 1°, e 138. Tais recursos se destinam a atender despesas correntes e de capital.

§ 2° - O Ministério Público será suplementado com recursos no montante de até Cr\$ 1.288.179.420,00 (hum bilhão, duzentos e oitenta e oito milhões, cento e setenta e nove mil, quatrocentos e vinte cruzeiros), destinados a atender despesas correntes e de capital.

§ 3° - Os Órgãos do Poder Executivo serão suplementados conforme especificação a seguir, ficando autorizados os procedimentos para as centralizações previstas na Lei Estadual n° 8.485 de 03 de junho de 1987, em seus artigos n°s 63, 64 e 65.

Art. 2° - Servirá como fonte de recursos para cobertura do crédito referido no artigo 1° -, o saldo de receita existente na Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, a reestimativa de receita de recolhimento centralizado, conforme Lei Estadual n° 9.217 de 27 de março de 1990 e Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), da dotação 1701.07401831.104 - Programações Especiais para as Áreas de Segurança e Justiça.

Art. 3° - Em decorrência do contido no artigo 1° desta Lei, ficam alterados os programas de Trabalho que integram a Lei Orçamentária para o ano de 1990, conforme parágrafo a seguir:

§ 1° - No orçamento de Secretaria de Estado da Cultura, do total de Cr\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de cruzeiros), Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) serão destinados a atender ao convênio com a Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil, e Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros) para expansão e descentralização da Biblioteca Pública do Paraná.

§ 2° - Na Chefia do Poder Executivo da importância de Cr\$ 1.259.659.350,00 (hum

Cr\$ 1,00

ÓRGÃO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL (*)	TOTAL
Chefia do Poder Executivo	918.000.000	341.659.350	1.259.659.350
Procuradoria Geral do Estado	24.268.700	-	24.268.700
Secretaria de Estado Planejamento e Coordenação Geral	46.000.000	-	46.000.000
Secretaria de Estado da Comunicação Social	293.100.000	-	293.100.000
Secretaria de Estado da Administração	600.820.000	-	600.820.000
Secretaria de Estado da Fazenda	434.000.000	27.614.800	461.614.800
Adm. Geral do Estado - Recursos sob Superv. do SEFA	264.000.000	-	264.000.000
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento	384.500.000	497.100.964	881.600.964
Secretaria de Estado da Cultura	105.000.000	7.000.000	112.000.000
Secretaria de Estado do Desenv. Urbano e Meio Ambiente	27.674.300	2.260.203.600	2.287.877.900
Secretaria de Estado da Educação	836.915.900	903.022.000	1.739.937.900
Secretaria de Estado da Saúde	80.000.000	155.061.000	235.061.000
Secretaria de Estado da Segurança Pública	200.000.000	571.997.369	771.997.369
Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social	275.053.600	140.333.159	415.386.759
Secretaria de Estado dos Transportes	319.873.900	893.223.100	1.213.097.000
TOTAL	4.809.206.400	5.797.215.342	10.606.421.742

(*) exclusive serviços da dívida

bilhão, duzentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, trezentos e cinquenta cruzeiros), Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), serão destinados à construção do Centro Cirúrgico do Hospital Universitário do Norte do Paraná, Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para adquirir equipamentos de microinformática para a Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, Cr\$ 6.243.000,00 (seis milhões, duzentos e quarenta e três mil cruzeiros) para a Fundação Faculdade de Educação Musical do Paraná, para aquisição de sede própria e pagamento de aluguel, Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para obras e instalação da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná, Cr\$ 4.664.748,00 (quatro milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, setecentos e quarenta e oito cruzeiros) para o Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei n° 8.328/86, e Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) para atender a programação da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, conforme anexo I.

§ 3° - No orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, da importância de Cr\$ 1.213.097.000,00 (um bilhão, duzentos e treze milhões, noventa e sete mil cruzeiros), Cr\$ 1.005.000.000,00 (um bilhão e cinco milhões de cruzeiros), serão destinados a atender a programação do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme anexo II e que serão distribuídos aos seguintes programas:

- Programa Normal de Obras	Cr\$ 490.000.000,00
- Estradas Rurais - CEF	Cr\$ 220.000.000,00
- Apoio Rodoviário aos Municípios	Cr\$ 50.000.000,00
- Conservação do Sistema Rodoviário Estadual	Cr\$ 180.000.000,00
- Administração Geral - DER	Cr\$ 65.000.000,00
TOTAL	Cr\$ 1.005.000.000,00

§ 4° - No orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente da importância de Cr\$ 2.287.877.900,00 (dois bilhões, duzentos e oitenta e sete milhões, oitocentos e setenta e sete mil e novecentos cruzeiros), destacamos Cr\$ 1.631.876.000,00 (um bilhão, seiscentos e trinta e um milhões, oitocentos e setenta e seis mil cruzeiros), que serão destinados a atender a programação da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, conforme programação no anexo III.

§ 5° - Na Secretaria de Estado da Fazenda, da importância de Cr\$ 461.614.800,00 (quatrocentos e sessenta e um milhões, seiscentos e quatorze mil e oitocentos cruzeiros), Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) serão destinados a transferência a municípios para aquisição de micro-computadores e o desen-

volvimento do projeto CIATA-MICRO.

§ 6° - No orçamento da Secretaria de Estado da Educação, de Cr\$ 1.739.937.900,00 (um bilhão, setecentos e trinta e nove milhões, novecentos e trinta e sete mil e novecentos cruzeiros), Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) serão destinados ao ensino de primeiro grau, e na Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR as importâncias de Cr\$ 64.562.000,00 (sessenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e dois mil cruzeiros) para aquisição de carteiras escolares, Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros) para reparos nas escolas e Cr\$ 47.430.000,00 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e trinta mil cruzeiros) para apoio ao ensino de primeiro grau.

§ 7° - No orçamento da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social do total de Cr\$ 415.386.759,00 (quatrocentos e quinze milhões, trezentos e oitenta e seis mil, setecentos e cinquenta e nove cruzeiros), Cr\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de cruzeiros) serão destinados a construção do Hospital Penitenciário, conclusão da creche da Penitenciária Feminina e obras na Colônia Penal Agrícola.

§ 8° - Na Secretaria de Estado da Saúde, da importância de Cr\$ 235.061.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões e sessenta e um mil cruzeiros), Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), serão destinados à Fundação Cae-tano Munhoz da Rocha - FCMR.

§ 9° - Na Secretaria de Estado da Segurança Pública, da importância de Cr\$ 771.997.369,00 (setecentos e setenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, trezentos e sessenta e nove cruzeiros), Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros), serão destinados para o re-equipamento da Polícia Militar, Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) para manutenção do Hospital da Polícia Militar, Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), para descentralização e reequipamento do Corpo de Bombeiros e Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros) para construções e equipamentos para a segurança pública.

§ 10 - Os recursos a serem suplementados nos demais órgãos, serão destinados para atender as programações já definidas na Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

OFÍCIO N° 4521/90/DA/CEA/SC

Curitiba, 19 de abril de 1990.
Senhor Governador.

Tenho a honra de acusar o recebimento das Mensagens de Vossa Excelência, sob os n°s 90 e 91/90, datadas de 18 do mês em curso, cujos planos de lei foram devidamente encaminhadas nesta Casa.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e consideração.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

Excelentíssimo Senhor

ÁLVARO DIAS

Digníssimo Governador do Estado

NESTA CAPITAL

ANEXO I	
ÓRGÃO: CHEFIA DO PODER EXECUTIVO	
UNIDADE: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ-COHPAR	
RECEITAS	CR\$ 1,00
Transferências do Tesouro	227.900.000
Ordinário	227.900.000
Vinculado	-
Outras Fontes	117.288.746
Diretamente Arrecadado	109.839.446
Operação de Crédito	7.449.300
Interna	-
Externa	-
Convênios	-
Diversas	-
TOTAL	345.188.746

ÓRGÃO: CHEFIA DO PODER EXECUTIVO
UNIDADE: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ-COHPAR

DESPESAS

ENUNCIADO PROGRAMÁTICO			Fonte	Pessoal e Enc. Soc.	Juros e Enc. da Dívida	Outras Desp. Correntes	Investim.	Inversões Financ.	Amortização Dívida	O. Despesa de Capital
HABITAÇÃO POPULAR URBANA										
Reduzir o déficit habitacional da população paranaense de baixa renda, viabilizando a construção de 3.598 unidades habitacionais, sendo 3.420 unidades pelo sistema de mutirão, importando em NCz\$ 218.363.656,00 e 178 unidades pelo sistema de autoconstrução com um valor na ordem de NCz\$ 15.308.000,00. Essas habitações irão atender uma população de 17.990 pessoas, de acordo com os municípios a seguir:										
UNIDADES HABITACIONAIS A SEREM CONSTRUÍDAS EM 1990 PELO SISTEMA MUTIRÃO										
MUNICÍPIOS	NÚMERO DE UNIDADES	ÁREA (M²)								
Andará	40	1.760								
Antônio Olinto	12	528								
Antonina	20	880								
Apucarana	22	968								
Arapoti	50	2.200								
Astorga	29	1.276								
Barbosa Ferraz	12	528								
Bituruna	40	1.760								
Bom Sucesso	11	484								
Borrazópolis	9	396								
Cafelândia	14	616								
Cambira	59	2.596								
Campo do Tenente	16	704								
Cândido de Abreu	50	2.200								
Cerro Azul	28	1.232								
Céu Azul	22	968								
Chopinzinho	25	1.100								
Clevelândia	25	1.100								
Congonhinhas	10	440								
Corbélia	15	660								
Coronel Vivida	25	1.100								
Corumbataí do Sul	20	880								
Cruz Machado	50	2.200								
Dois Vizinhos	25	1.100								
Faxinal	60	2.640								
Fênix	27	1.188								
Figueira	35	1.540								
Florestópolis	50	2.200								
Francisco Beltrão	40	1.760								
Goioerê	70	3.080								
Grandes Rios	60	2.640								
Guapirama	25	1.100								
Guaraqueçaba	20	880								
Guarapuava	33	1.452								
Guaratuba	20	880								
Iguaraçu	13	572								
Inajá	20	880								
Irati	26	1.144								
Iretama	00	1.820								
Itapejara do Oeste	25	1.100								
Itaúna do Sul	28	1.232								
Ivaiporã	200	8.800								
Jacarezinho	100	4.400								
Jandaia do Sul	32	1.408								
Janiópolis	25	1.100								
Japira	20	880								
Jardim Alegre	65	2.960								
Joaquim Távora	00	1.320								
Jundiaí do Sul	25	1.100								
Kaloré	49	2.156								
Leópolis	24	1.056								
Lunardelli	28	1.232								
Lupionópolis	52	2.288								
Mallet	20	880								
Mandaguari	40	1.760								
Mangueirinha	25	1.100								
Manoel Ribas	100	4.400								
Maria Helena	23	1.012								
Mariópolis	8	352								
Marmeleiro	15	660								

DESPESAS

ÓRGÃO: CHEFIA DO PODER EXECUTIVO

UNIDADE: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR

ENUNCIADO PROGRAMÁTICO			Fonte	Pessoal e Enc. Soc.	Juros e Enc. da Dívida	Outras Desp. Correntes	Investim.	Inversões Financ.	Amortização Dívida	O. Despesas de Capital	Total Geral
Marumbi	29	1.276									
Matinhos	50	2.200									
Mirassol	16	704									
Morretes	20	880									
Munhoz de Melo	15	660									
Nossa Senhora das Graças	6	264									
Ortigueira	42	1.848									
Palmas	75	3.300									
Paranacity	14	616									
Paranaguá	50	2.200									
Pato Branco	55	2.420									
Paula Freitas	36	1.584									
Paulo Frontin	48	2.122									
Pinhalão	01	1.364									
Ponta Grossa	10	440									
Porto Amazonas	16	704									
Porto Vitória	43	1.892									
Primeiro de Maio	40	1.760									
Quatiguá	25	1.100									
Quitandinha	20	880									
Rebouças	47	2.068									
Renascença	15	660									
Ribeirão Claro	40	1.760									
Ribeirão do Pinhal	50	2.200									
Rio Bom	78	3.432									
São João	15	660									
São João do Ivaí	20	880									
São João do Triunfo	30	1.320									
São Jorge do Oeste	15	660									
São Jorge do Ivaí	20	880									
São Jorge do Patrocínio	15	660									
São José das Palmeiras	14	616									
São Mateus do Sul	50	2.200									
São Pedro do Ivaí	58	2.552									
Sapopema	14	616									
Sertaneja	40	1.760									
Siqueira Campos	40	1.760									
Sulina	6	264									
Tapejara	19	836									
Tijucas do Sul	20	880									
Umuarama	25	1.100									
Verê	10	440									
Vitorino	6	264									
Wenceslau Braz	40	1.760									
TOTAL	3.420	150.480									

ÓRGÃO: CHEFIA DO PODER EXECUTIVO

UNIDADE: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ-COHAPAR

ENUNCIADO PROGRAMÁTICO			Fonte	Pessoal e enc. sociais	Juros e enc. da dívida	Outras desp. c	Invest.	Inversões financ.	Amort. da dívida	O. Despesas de Capital
UNIDADES HABITACIONAIS A SEREM CONSTRUÍDAS EM 1990 PELO SISTEMA AUTOCONSTRUÇÃO										
MUNICÍPIOS	NÚMERO DE UNIDADES	ÁREA (M²)								
Apucarana	22	968								
Cambé	4	176								
Cascavel	17	748								
Dois Vizinhos	12	528								
Francisco Beltrão	13	572								
Guarapuava	7	308								
Irati	21	924								
Laranjeiras do Sul	3	102								
Marechal Cândido Rondon	31	1.364								
Paranacity	6	264								
Pato Branco	25	1.100								
Ponta Grossa	7	308								
Umuarama	2	88								
União da Vitória	8	352								
TOTAL	178	7.832								
Continuar a concessão do "bônus" aos mutuários do Conjunto Habitacional João Paulo II do Município de União da Vitória para que estes executem a recuperação ou beneficiamento de suas casas, importando em recursos na ordem de NCz\$ 1.677.644,00.										
Manutenção da Estrutura Administrativa da COHAPAR										
Coordenar e supervisionar ações, integrando recursos financeiros, humanos, materiais, técnicos e institucionais da COHAPAR, visando a melhoria da qualidade das decisões, conferindo-lhes maior fluidez e celeridade operacional. Administrar a construção de 3.420 unidades habitacionais pelo sistema mutirão e 178 unidades habitacionais pelo sistema autoconstrução, durante o exercício de 1990.			T OF				227900000 7449300			
			OF	36.632.700	58.723.641	14483105				
TESOURO							227900000			
OUTRAS FONTES				36.632.700	58.723.641	14483105	7449300			
TOTAL				36.632.700	58.723.641	14483105	235349300			

T - Tesouro

OF - Outras Fontes

ANEXO II

4600 - SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES VINCULADAS	
PROGRAMA DE TRABALHO	
8800 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER	
CODIGO	ESPECIFICACAO
	TRANSPORTE
	ADMINISTRACAO
	ADMINISTRACAO GERAL
8800.16070212.205	ADMINISTRACAO GERAL - DER
	A PROGRAMACAO NA AREA ADMINISTRATIVA DO DER
	PREVE PARA 1.990
	- SUPERVISAO DO PROGRAMA DE TRABALHO DA AUTARQUIA.
	- MANUTENCAO DOS SERVICOS E CONTROLE NO QUE SE REPERE
	A RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS.
	- COORDENACAO DAS ACOES DE APOIO DAS DIVERSAS UNIDADES
	ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DO DER.
	- SUBSTITUICAO DE 02 ELEVADORES, EQUIPAMENTOS E 10
	VEICULOS.
	- AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA.
	- OBRAS DE AMPLIACAO E MELHORIAS NA SEDE.
	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
	DIVIDA INTERNA
8800.16080332.206	SERVICO DA DIVIDA PUBLICA - DER
	ATENDER AOS ENCARGOS FINANCEIROS INTERNOS
	DECORRENTES DE AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS, PAGAMENTO
	DE JUROS E CORRECAO MONETARIA, REFERENTES AS OPERACOES
	DE CREDITO REALIZADAS JUNTO A ORGANIZACOES NACIONAIS.
	PARA EXECUCAO DE ESTUDOS, PROJETOS, CONSTRUCAO,
	SUPERVISAO E CONSERVACAO DE RODOVIAS.
	PROGRAMAS INTEGRADOS
	PROGRAMACAO ESPECIAL
8800.16401831.097	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS NA REGIAO METROPOLITANA
	DE CURITIBA
	EXECUTAR 6,40 KM DE OBRAS CONVENIADAS COM A
	EBTU/BIRD, NA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA,
	CONFORME DISCRIMINACAO A SEGUIR

	TRECHO

	CONTORNO NORTE DE CURITIBA - BR.116/BR.277
	VIA METROPOLITANA E OBRAS COMPLEMENTARES

	TRANSPORTE RODOVIARIO
	ESTRADAS VICINAIS
8800.16885341.095	ESTRADAS RURAIS - CEF
	EXECUTAR A PAVIMENTACAO DE 489,92 KM DE OBRAS
	COM PARCIAL FINANCIAMENTO DA CEF, CONFORME RELACAO DOS
	TRECHOS A SEGUIR RELACIONADOS

	TRECHO

	PR-568 (VILA COLONIAL) - ALTO ALEGRE *
	PR-460 - NOVA TEBAS *
	AMPERE - BOM PRINCIPIO *
	ACESSO A CAMPINAS *
	NOVA CONCORDIA - DEZ DE MAIO *
	MARIOPOLIS - BOM JESUS DO GRAMADO *
	SALTO DO LONTRA - SAO JORGE *
	PATO BRANCO - FAZENDA BARRA *
	PR-475 - ALTO ALEGRE *
	SALGADO FILHO - LINHA CONCORDIA *
	PLANALTO - SANTA LUZIA *
	CANDAS - CRUZEIRO DO IGUAU *
	BR-163 - S.C. BAIXO - VISTA GAUCHA *
	PR-182 - VILA NOVA - SALTINHO *
	MARCIANOPOLIS - PRESIDENTE DUTRA *
	VITORINO - SAO VALENTIM *
	PEROLA DO OESTE - VILA PROGRESSO *
	ANUNCIACAO - SAO PEDRO *
	BR-373 - MANDURIM *
	BR-158 - LAMBEDOR *
	RENASCENCA - BARRINHA *
	BR-373 - SIQUEIRA BELO *
	PR-566 - JACARE *
	PR-483 - LINHA PIEDADE *
	PR-483 - SAO JOAO *
	ESPIGAO ALTO - CALAMANDIO - MATO QUEIMADO *
	CORREGO CAMPINA - CENTRAL SANTA CRUZ
	MONTE ALTO - SAO JOAQUIM DO PONTAL
	CRUZEIRO - VILA BULLI
	MIRASELVA - DIV. CENTENARIO DO SUL
	BR.376 - COLONIA MURICI
	VIAS DO BAIRRO DE UNBARA
	FLAMINGO - BETARAS

4600 - SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES VINCULADAS		PROGRAMA DE TRABALHO
8800 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER		
CODIGO	ESPECIFICACAO	
	PR-427 - VISTA ALEGRE	
	PR-281 - SALTINHO	
	PINHAOZINHO - RIO CAPIVARA	
	RIO CAPIVARA - DOIS PINHEIROS	
	RIO CORRENTE - RIO PRETO	
	RIO PRETO - GUAMIRIM	
	TREVO - ESPERANCA	
	TAMARANA - ENTRONCAMENTO LERROVILLE	
	ITAMBARACA - MONTE ALTO	
	ITAMBARACA - AGUA LIMPA	
	IBIPORA - ENTRONCAMENTO POÇO BONITO	
	DOURADINA - VILA FORMOSA	
	ALTO ALEGRE - BAIXADA	
	BAIXADA - SANTA RITA DO OESTE	
	FAZENDA SACRAMENTO - VILA RICA DO IYAI	
	VENDA DO PEDRO - GLEBA IV	
	TAPIRA - VENDA DO PEDRO	
	BAIRRO CURVA SECA - HERCULANDIA	
	ESCOLA THOME DE SOUZA - PORTO FIGUEIRA	
	MARINGA - VIDIGAL	
	BR-376 - PULINOPOLIS	
	PEROLA - BAIRRO DO LONTRA	
	VENDA DO BISPO - SAO MANOEL	
	ACESSO A DESTILARIA MELHORAMENTO NORTE/PR	
	FAZENDA VOLPATO - BAIXADA	
	RIO DAS ANTAS - RIO LINEIRA	
	MINA PRUDENTE - BISCAIA	
	PAULISTANA - MIRANTE DO PIQUIRI	
	PR-412 - BARRA DO SAI E ACESSO A CAIEIRAS	
	VILA IPIRANGA - VILA FORMOSA	
	MUNHOZ DE MELLO - FERNÃO DIAS	
	PLANALTIMA DO PARANA - COMUR	
	PORTO AMAZONAS - TRES ENCRUZILHADAS	
	GUAMIRIM - INACIO MARTINS	
	OUTROS TRECHOS A SEREM DEFINIDOS (50 KM)	

	* PAVIMENTACAO POLIEDRICA	
8800.16885341.099	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO PARANA	
	- PARANA RURAL/BID	
	ABERTURA DO PROJETO PARA POSTERIOR ALOCACAO DE	
	RECURSOS, VISANDO A EXECUCAO DA PROGRAMACAO INTEGRANTE	
	DO PARANA RURAL/BID, CUJO DETALHAMENTO SE ENCONTRA NA	
	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB	
	SUPERVISAO DA SEPL. OS TRECHOS DA AMOSTRA	
	REPRESENTATIVA JA APROVADOS PELO BID, ENCONTRAM-SE	
	RELACIONADOS A SEGUIR	

	TRECHO	

	RESERVA - IMBAU	
	CARAMBEI - ENTR. BARRA DO PINTANGUI	
	SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO - SANTA ESMERALDA	
	MARIALVA - SANTA FE DO PIRAPO	
	MALLET - SAO MATEUS DO SUL	
	TAMARANA - RIO PRETO	
	BARRA DO JACARE - JACAREZINHO	
	MARQUINHO - TRES CAPOES	
	CATANDUVAS - IBIRACEMA	
	RONCADOR - ALTO DO SAO JOAO	
	OUTROS TRECHOS A SEREM DEFINIDOS (60 KM)	

8800.16885341.180	ADEQUACAO DE ESTRADAS MUNICIPAIS - PARANA RURAL/BID -	
	DER	
	PROPORCIONAR CONDICAOES DE MELHORIA DE VIDA E	
	TRABALHO AO PEQUENO E MEDIO PRODUTOR, GARANTINDO SUA	
	PERMANENCIA NO MEIO RURAL ATRAVES DAS SEGUINTE ACOES	
	- CORRECAO DE LEITO SEM TALUDE E SEM REVESTIMENTO EM	
	1.485 KM DE RODOVIAS.	
	- CORRECAO DE LEITO COM TALUDE E SEM REVESTIMENTO EM	
	32 KM DE RODOVIAS.	
	- CORRECAO DE LEITO COM TALUDE E COM REVESTIMENTO EM	
	198 KM DE RODOVIAS.	
	- VARIAS LOMBADAS E CAIXAS DE RETENCAO.	
	SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO	
8800.16885362.204	MANUTENCAO DOS SERVICOS PRESTADOS PELO DSTC	
	A PROGRAMACAO PRELIMINAR PARA 1990 PREVE	
	- MANUTENCAO DAS ATIVIDADES RELATIVAS A FISCALIZACAO	
	DO TRANSPORTE COLETIVO RODOVIARIO INTERMUNICIPAL	
	DE PASSAGEIROS.	

4600 - SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES VINCULADAS		PROGRAMA DE TRABALHO
8800 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER		
CODIGO	ESPECIFICACAO	
	- CONSTRUCAO DE 730 ABRIGOS EM PONTOS DE PARADA DE ONIBUS INTERMUNICIPAIS.	
	- TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS PARA AMPLIACAO E REFORMA DE SEUS TERMINAIS RODOVIARIOS.	
	CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO DE RODOVIAS	
8800.16885371.091	PROGRAMA NORMAL DE OBRAS	
	PROJETO DESENVOLVIDO DENTRO DA PROGRAMACAO ESTADUAL DE CONSTRUCAO DA MALHA VIARIA, PROCURANDO ATENDER AS REIVINDICACOES DA COMUNIDADE PARANAENSE NO QUE TANGE A MELHORIA NAS VIAS DE TRANSPORTE.	
	A PROGRAMACAO PREVÊ, PARA 1.990	
	- CONCLUIR A PAVIMENTACAO E RESTAURACAO DE 400,0 KM DE RODOVIAS DOS TRECHOS ABAIXO RELACIONADOS	

	TRECHO	

	MANDAGUARI - SARANDI	***
	PINHEIRINHO - GUATUPE	
	BOCAIUYA DO SUL - ADRIANOPOLIS	
	RIO BRANCO DO SUL - CERRO AZUL	
	RIO IAPU - PIRAI DO SUL	***
	CANDIDO DE ABREU - RIO BRANCO L1	
	JATAIZINHO - IBIPORA	***
	IBIPORA - LONDRINA	***
	ITACOLMI - BR.376	
	RIBEIRAO CLARO - CARLOPOLIS - L1	
	RIBEIRAO CLARO - CARLOPOLIS - L2	
	IBAITI - VENTANIA	
	BARBOSA FERRAZ - BR.487 (IRETAMA)	
	CAMBE - VILA PRADO FERREIRA	
	CONTORNO DE IBIPORA	
	CONTORNO DE BANDEIRANTES	
	CAMPO MOURAO - CRUZEIRO DO OESTE L1	
	CAMPO MOURAO - CRUZEIRO DO OESTE - L2	
	CAMPO MOURAO - CRUZEIRO DO OESTE - L3	
	LARANJEIRAS DO SUL - PR.456	
	NOVA LONDRINA - PORTO SAO JOSE	
	PONTA GROSSA - RIO IAPU	***
	POSTO FISCAL (SEFA)	
	CONTORNO SUL DE ROLANDIA	
	PARANAVAI - TAMBOARA - PR.559	
	PLANALTO - PEROLA DO OESTE	
	BR 158 (SAUDADES) - SULINA	
	PEROLA DO OESTE - PRANCHITA	
	ALMIRANTE TAMANDARE - COLOMBO	
	ALTO PINHAL - PINHALZINHO	
	PR.281 - NOVA SANTANA	
	BR.277 - SAO JOAO DO OESTE	
	CONTORNO NORTE DE ARAPONGAS	***
	AV. COMENDADOR FRANCO (PAISAGISMO)	
	SAPOEMA - SALTO DAS DROUIDEAS	
	TOLEDO - PALOTINA	**
	BR.277 - SANTA LUCIA	**
	JACUTINGA - REALEZA	**
	CURITIBA - RIO BRANCO DO SUL	**
	CURITIBA - DIV. PR/SP	***
	RIO BERTIOGA - CRUZEIRO DO OESTE	**
	NOVA ESPERANCA - RIO PIRAPU	**
	FENIX - PLACA LUAR	**
	GUARAPUAVA - RIO MUQUILAO	**
	CURITIBA - COLOMBO	**
	AMPERE - SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	**
	BR.116 - GUARAITUBA	**
	WENCESLAU BRAZ - TOMAZINA - PINHALAO	**
	CURITIBA - GARUVA	***
	CAMPO MAGRO - BATEIAS	
	BR-116 - PARQUE IND. RIO NEGRO	
	ANDARA - P.LEOPOLDINA	
	ACESSO A UMUARANA	
	PR-317 - FLORESTA	
	PR-323 - USINA PAICANOU	
	PAV. INTERS. BR-272 - BR-163 (GUAIRA)	
	ACESSOS E ATERRO A PONTE SOBRE O RIO PASSAUNA	
	AMPERE - SEMINARIO	
	SAO JOAO - DOIS IRMAOS	
	SANTA LUZIA - SAGRADA FAMILIA	
	PR-469 - VILA BONITA - GAVIAO	
	BOM JESUS - PRINCESA IZABEL	
	ACESSO E OBRAS COMPLEMENTARES - CENTRO DE CONVENCOES DE FOZ DO IGUAÇU	
	MARINGA - ANGULO	

4600 - SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES VINCULADAS
PROGRAMA DE TRABALHO
8800 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER

C O D I G O	E S P E C I F I C A C A O
	ANGULO - FLORIDA
	TIBAPI - TELEMACO BORBA
	BITURUNA - PORTO VITORIA
	JATAIZINHO - RANCHO ALEGRE
	CIDADE GAUCHA - GUAPOREMA
	TRES BARRAS DO PARANA - QUEDAS DO IGUAU
	TEIXEIRA SOARES - GUARACI
	RIBEIRAO VERMELHO - PONTE NOVA
	TERRA RICA - PARANAVAI
	PR-486 - DISTRITO DE GIONELO
	DESTILARIA MELHORAMENTOS - HORTO FLORESTAL
	MARIA HELENA - FAZENDA TRES IRMAOS
	AYMORES - RECANTO DO APERTADO
	AYMORES - FORMOSA DO OESTE
	CIDADE GAUCHA - VENDA QUEIMADA
	PALMITAL - RIO BONITO
	ALTO GUARITA - GLEBA IV
	ALTONIA - BAIRRO SAO JOSE
	PORTO YARA - JARDIM PAREDAO
	PEROVAL - SALTINHO DO OESTE
	ALTO PIQUIRI - SALTINHO DO OESTE
	PR-460 - BOA VENTURA
	PR-460 - ESTACAO RODOVIARIA (PITANGA)
	PIEN - RIO NEGRO
	CANTAGALO - MARQUINHO
	PR-466 - BRASPAP
	DOIS PINHEIROS - SEGREDO
	GUARAPUAVA - PALMEIRINHA - CAMPINA DO SERRAO
	TUPASSI - PALMITOPOLIS
	CAFELANDIA - PALMITOPOLIS
	TRES BARRAS DO PARANA - NOVA PRATA DO IGUAU
	VERA CRUZ DO OESTE - NOVA UNIAO
	JESUITAS - ITAGUAU
	PALMAS - IRATIM - UBALDINO TAQUES
	GENERAL CARNEIRO - IRATIM
	SAO MATEUS DO SUL - ENGENHEIRO GUTIERREZ
	CAPANEMA - MARMELANDIA
	SAO MATEUS DO SUL - BARRANCA DO RIO NEGRO
	PR-449 - CLEVELANDIA
	BR-476 - SAO CRISTOVAO
	BITURUNA - EMPOSSADO
	BR-476 - PAULO FRONTIN
	EMPOSSADO - UNIAO DA VITORIA
	HONORIO SERPA - PR-459 (BAIRRO DO RONDA)
	PORTO RICO - PORTO SAO JOSE
	GUAIRACA - BAIRRO VISTA ALEGRE
	PR-239 - IMPACEL
	CACATU - GUARAQUECABA
	DOURADINA - VILA FORMOSA
	BR-272 (IPORA) - ORITE
	JANGADA - TREVO DE ALTO PIQUIRI
	DOURADINA - JARDIM INDO IVAI
	ESTRADA GIMENES (CRUZEIRO DO OESTE)
	ESTRADA CIONE - GUARANI
	PR-486 (ALTO PIQUIRI)
	TOLEDO - QUATRO PONTES
	GUAIRA - CRUZEIRINHO
	TOLEDO - SAO LUIZ DO OESTE
	CORREGO CAMPINA - CENTRAL SANTA CRUZ
	CHOPINZINHO - SAO LUIZ
	BOM JESUS - RIO DAS AGUAS
	CRUZ MACHADO - PINHAO
	RONDON - BERNADELLI - CRUZEIRO DO OESTE
	ASTORGA - MANDAGUARI
	ITAMBE - AQUIDABAN
	OURIZONA - PAICANDU
	ALTAMIRA DO PARANA - PALMITAL
	MALILUZ - SAO LUIZ
	PR-278 - AV. SANTOS DUMONT
	TAPEJARA - BERNADELLI
	FENIX - BELA VISTA DO IVAI
	NOVA LONDRINA - CINTRA PIMENTEL
	JAPURA - INDIOPOPOLIS
	GUAIRACA - MIRADOR - NOVA ALIANCA DO IVAI
	SAO JOSE DO IVAI - PORTO BENTAO
	OURIZONA - DOUTOR CAMARGO
	ATALIA - UNIFLOR
	PR-470 - FLOROPOLIS
	SAO SILVESTRE - BERNADELLI
	JAPURA - PORTO CAMARGO
	GUAPOREMA - GUAIRACA
	BR-272 (PORTO UBA) - BORRAZOPOLIS
	MAIOPOLIS - SAO DOMINGOS
	PR-281 - ESTIL - IMARIBO
	PR-566 - VILA SAO JOAO

4600 - SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES VINCULADAS		PROGRAMA DE TRABALHO
8800 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER		
CODIGO	ESPECIFICACAO	
I	VILA BONITA - VOLTA GRANDE	I
I	COCHILIA RICA - BOA ESPERANCA	I
I	ALTO ALEGRE - SANTANA	I
I	PR-180 - VISTA ALEGRE - PROGRESSO	I
I	BR-476 - COLONIA RIO VERMELHO	I
I	FAXINAL - VISTA ALEGRE	I
I	BR-272 - GRANDES RIOS	I
I	JARDIM ALEGRE - JARDIM FLORESTAL	I
I	GRANDES RIOS - BARRA PRETA	I
I	ENTR. PR-487 - ENTR. PR-082	I
I	MANOEL RIBAS - BARRA SANTA SALETE	I
I	FAXINAL - NOVA ALTAMIRA	I
I	GRANDES RIOS - FLORIDA DO IVAI	I
I	RIO BON - SANTO ANTONIO DO PALMITAL	I
I	SAO PEDRO DO IVAI - DOIS PALMITOS	I
I	IVAIPORA - ARIRANHA	I
I	IVAIPORA - JACUTINGA	I
I	IVAIPORA - SANTA BARBARA DO IVAI	I
I	SAO JOSE DOS PINHAIS - CACHOEIRA - COTIA	I
I	CALIFORNIA - FAZENDA	I
I	ALTO ALEGRE - FIGUEIRINHA	I
I	APUCARANA - LAGO AZUL	I
I	PR-471 - RIO BOCO	I
I	PR-471 - RIO VITORIA (ENEAS MARQUES)	I
I	MARINGA - GRANADA	I
I	TIPINAMBA - BAIRRO GRANADA	I
I	AV. CURITIBA (MAUA DA SERRA)	I
I	IOLOPOLIS - SAO PIO X	I
I	PR-566 - VOLTA GRANDE	I
I	PR-566 - LAJEADO BONITO	I
I	PR-566 - BOA ESPERANCA	I
I	PR-566 - SERRARIA LUCINI	I
I	PR-566 - LINHA MOSQUEM	I
I	PR-566 - PETRICOSKI	I
I	IPAPEJARA DO DESTRE - LINHA LUIZ COSTA	I
I	PR-469 - GAVIAO	I
I	PALMERINHA - PORTO VELHO	I
I	PR-469 - RESERVA MUNICIPAL (IPEJARA DO DESTRE)	I
I	RIO VITORINO - USINA SALTO GRANDE DO CHOPIN	I
I	DOURADINA - SANTA IZABEL DO IVAI	I
I	KALORE - SAO PEDRO DO IVAI	I
I	NOVA TEBAS - ARAPUA	I
I	MANOEL RIBAS - SANTA MARIANA DO SUL	I
I	CANDIDO DE ABREU - CAPINZAL	I
I	AV. BEIRA RIO (FOZ DO IGUAU)	I
I	CRUZ MACHADO - FOZ DO AREIA	I
I	DOIS VIZINHOS - EMPOSSADOS	I
I	DOIS VIZINHOS - BOA ESPERANCA DO IGUAU	I
I	DOIS VIZINHOS - LINHA SAO PEDRO DOS POLONESES	I
I	DOIS IRMAOS - RIO CHOPINZINHO	I
I	OURO VERDE - FLOR DA SERRA	I
I	SAO JOAO - DOIS IRMAOS	I
I	PR-281 - PARAISO (SAO JOAO)	I
I	HONORIO SERPA - SANTO ANTONIO	I
I	BR-373 - MANGUEIRINHA	I
I	CONTORNO LESTE DE PATO BRANCO	I
I	CHOPINZINHO - CORONEL VIVIDA	I
I	NOVA PRATA DO IGUAU - DOIS VIZINHOS	I
I	TRES BARRAS DO PARANA - RIO GUARANI	I
I	CLEVELANDIA - HONORIO SERPA	I
I	PATO BRANCO - JARDIM INDEPENDENCIA - HORTO FLORESTAL	I
I	MARMELEIRO - TRES PINHEIROS	I
I	PR-180 - POCINHO	I
I	BR-116 - LAJEADO (CAMPO DO TENENTE)	I
I	BR-373 - MARMELEIRO	I
I	BOA ESPERANCA - ALTO PALMITAL	I
I	URAI - ASSAI	I
I	NOVA VENEZA - SAO LUIZ - SANTANA	I
I	BRAGANEY - ANAHY - IGUAU	I
I	IPIRANGA - IVAI	I
I	UBIRATA - VILA YOLANDA	I
I	SABAUDIA - BOM PROGRESSO	I
I	PALOTINA - NOVA ARATIBA	I
I	RIBEIRAO DO PINHAL - AGUA DE LIMEIRA	I
I	ENTRONCAMENTO ROSARIO - RIO BRANCO	I
I	LOBATO - ALTO ALEGRE	I
I	CASCAVEL - MELISSA	I
I	ACESSO A SABARALCOOL	I
I	VILA GUAI - IBAITI	I
I	INAJA - SANTO ANTONIO DO CAIUA	I
I	ATALAIA - BAIRRO BATALHA	I
I	PEABIRU - SILVIO LANDIA	I
I	PEABIRU - QUINTA DO SOL	I
I	KALORE - JUCIARA DO NORTE	I
I	ENCANTADO - VILA NICE	I

4600 - SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES VINCULADAS		PROGRAMA DE TRABALHO
8800 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER		
C O D I G O	E S P E C I F I C A C A O	
	SÃO JERÔNIMO - TERRA NOVA	
	MISSAL - PRAINHA	
	BRAGANEY - MUNHOZ DA ROCHA	
	GUARANIACU - DIAMANTE	
	BANDEIRANTES - NOSSA SENHORA DA CANDELARIA	
	RAMILANDIA - DIAMANTE DO OESTE	
	NOVA SANTA ROSA - ALTO SANTA FE	
	RIO AZUL - PORTO SOARES	
	MARINGÁ - ESTACAO DE TRATAMENTO DE AGUAS	
	JARDIM ALEGRE - PORTO FLORESTA	
	MAIRA - DIV. PR/SP (RIO PARAMAPANEMA)	
	ALVORADA DO SUL - BAIRRO VERMELHO	
	PR-090 - SADO SEBASTIAO DA AMOREIRA	
	CATANDUVAS - CASTELO BRANCO	
	PORTO SÃO JOSE - SADO PEDRO DO PARANA	
	DIAMANTE DO OESTE - SADO JOSE DAS PALMEIRAS	
	SALGADO FILHO - FLOR DA SERRA	
	LARANJEIRAS DO SUL - PORTO SANTANA	
	NOVA LARANJEIRAS - GUARAI	
	OUTROS TRECHOS A SEREM DEFINIDOS (100 KM)	

	* PAVIMENTACAO POLIEDRICA	
	** RESTAURACAO	
	*** DUPLICACAO	
	- ASSESSORAMENTO E SUPERVISAO DE OBRAS	
	- OBRAS DE ARTE ESPECIAIS 460 M.	
8800.16885371.093	RODOVIAS ALIMENTADORAS - BID III	10
	DOTACAO DESTINADA A PREVER A EVENTUALIDADE DA	
	CONCLUSAO DO PROGRAMA BID III EM 1990. CUJO TERMINO	
	ESTA PREVISTO PARA 1989.	
8800.16885371.094	RODOVIAS VICINAIS - BNDES	
	ABERTURA SIMBOLICA DE DOTACAO DESTINADA A	
	MANTER O PROJETO ABERTO, FACE A NEGOCIACAO PARA FUTURO	
	EMPRESTIMO PARA CONSTRUCAO DE NOVOS TRECHOS COM	
	FINANCIAMENTO DO BNDES/PR VI.	
8800.16885371.181	PONTE SOBRE O RIO PARANA	
	CONSTRUCAO DA PONTE SOBRE O RIO PARANA EM	
	PORTO CAMARGO, A FIM DE REFORCAR O INTERRELACIONAMENTO	
	ENTRE OS ESTADOS DO PARANA E MATO GROSSO DO SUL,	
	CABENDO AO ESTADO DO PARANA A PARTICIPACAO FINANCEIRA	
	DE 50% E O RESTANTE AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE	
	ESTRADAS DE RODAGEM - DNER, A PROGRAMACAO PARA 1990	
	PREVE A CONSTRUCAO DE 1.682,00 M DE PONTE E 12,64 KM	
	DE ACESSOS.	
	CONSERVACAO DE RODOVIAS	
8800.16885382.207	CONSERVACAO DO SISTEMA RODOVIARIO ESTADUAL	
	ATENDER AOS ENCARGOS DE MANUTENCAO.	
	COMPREENDENDO	
	- CONSERVACAO DE 12.200 KM DE RODOVIAS ESTADUAIS E	
	2.225 KM DE RODOVIAS FEDERAIS DELEGADAS	
	- MANUTENCAO E OPERACAO DOS 6 FERRY-BOATS.	
	- ASSISTENCIA A POLICIA RODOVIARIA ESTADUAL.	
	- MANUTENCAO DE INSTALACOES FISICAS.	
	- EXECUCAO DE OBRAS NOVAS E REFORMAS NOS SEGUINTE	
	MUNICIPIOS	
	- CURITIBA - SEDE DO 1 DR	
	- JACAREZINHO - SEDE DO 6 DR	
	- EXECUCAO DOS PROGRAMAS ESPECIAIS DE CONSULTORIA	
	- SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE PAVIMENTOS	
	- CADASTRAMENTO TECNICO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS.	
	- SELAGENS - APLICACAO DE LAMA ASFALTICA, NOS TRECHOS	
	ABAIXO RELACIONADOS	

	TRECHO	

	POR CONTRATO	
	PR.445 - MAUA - TAMARANA	
	PR.272 - MAUA - PORTO UBA	
	POR ADMINISTRACAO DIRETA	
	GUARATUBA - GARUVA	
	SADO JOAO DA GRACIOSA - MORRETES	
	PASSA SETE - MARTA	
	BR.116 - AGUADOS DO SUL	
	AGUADOS DO SUL - PIEN	
	PIEN - FRAGOSOS	
	BITURUNA - FOZ DO AREIA	

[Signature]

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO
URBANO E DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ -
SANEPAR

RECEITAS	CR\$ 1,00
Transferências do Tesouro	1.737.497,476
Ordinário	1.669.564,813
Vinculado	67.932,663
Outras Fontes	4.382.986,059
Diretamente Arrecadado	1.066.722,699
Operação de Crédito	3.016.263,360
Interna	3.016.263,360
Externa	-
Convênios	-
Diversas	-
TOTAL	6.120.483,505

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE		DESPESAS								
UNIDADE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR										
ENUNCIADO PROGRAMÁTICO		FONTE	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	O. DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
ADMINISTRAÇÃO GERAL Oferecer condições de operacionalidade técnica, administrativa e financeira a Empresa para a execução das obras de abastecimento de água e sistemas de esgotos sanitários. Saldar a longo prazo os compromissos assumidos com o Sistema Financeiro de Saneamento - SFS dentro dos prazos vigentes nos contratos de financiamento.		OF	507.147.600		575.102.700	24.400.782		78.154.233	181.917.384	1.366.722.899
MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MINI-COMUNIDADES PRORURAL Manter as obras de abastecimento de água implantadas em pequenas localidades urbanas e rurais, visando dar continuidade ao programa de saneamento básico da SANEPAR.		T			1.632.150					1.632.150
OBRAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS SANITÁRIOS Implantar, realizar melhorias e expandir redes e ligações dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e depuração de esgotos, operados pela SANEPAR em diversos municípios do Estado. A programação prevista para 1990 é a seguinte: COMUNIDADES DE MÉDIO E GRANDE PORTE - CKG OBRAS EM ANDAMENTO										
LOCALIDADES	NOVAS LIGAÇÕES	EXTENSÃO DA REDE (Km)	POPULAÇÃO BENEFICIADA							
Assis Chateaubriand, Capanema, Céu Azul, Irati, Prudentópolis, Toledo, Campo Largo, Medianeira, Castro, Palmas, Pinhão, Rio Branco do Sul, Ibaté, Londrina - Cambé	194 5.362	1,9 90,0	3.235 82.355 10.810							
Matelandia			12.716							
Nova Londrina	6	0,6	90.366							
São José dos Pinhais										
Altônia, Alto Paraná, Cambará, Goioerê, Guaíra, Jardim Alegre, Loanda, Piraquara, Rolândia, Santo Antônio da Platina, Siqueira Campos, Guarapuava e outros		177,7								

T - TESOURO

OF - OUTRAS FONTES

CONTINUA

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE												
UNIDADE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR												
ENUNCIADO PROGRAMÁTICO												
COMUNIDADES DE MÉDIO E GRANDE PORTE - CMG												
OBRAS NOVAS												
LOCALIDADES	NOVAS LIGAÇÕES	EXTENSÃO DA REDE (Km)	POPULAÇÃO BENEFICIADA	FONTE	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	O. DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
Ivaiporã		127,9										
São José dos Pinhais - Jardim Isaura, Vila Fani e												
Guatupê II		15,0										
Quatro Barras e outros		272,4										
Curitiba		116,6	1.295.311									
Foz do Iguaçu	4.045	75,2	28.490									
Laranjeiras do Sul	365	24,7	1.825									
Maringá	2.941	43,9	26.740									
Matinhos	7.858	137,7	48.510									
Piraquara	135	33,3	880									
Pitanga	204	12,6	1.360									
Colombo e outros	15.410		77.050									
Dois Vizinhos e outros	16.280		81.400									
Iratí e outros	21.450		107.250									
Curitiba e outros												
Carópolis e outros												
Cianorte e outros												
Curitiba Região Metropolitana												
Alto Paraná e outros												
Campina Grande do Sul e outros												
Rio Negro e outros												
Siqueira Campos e outros												
Ubiratã e outros												
EXPANSÃO DE LIGAÇÕES												
Londrina	5.800		29.000									
Londrina/Dois Vizinhos e outros	16.280		81.400									
MELHORIAS DE SISTEMAS												
Matinhos e outros												
Campo Mourão	3.000		15.000									
Palmeirandu	2.000		10.000									
São Tomé												
Maringá e outros												
Paranavai e outros												
Paraisópolis e outros												
Altônia, Alto Piquiri e Cedro												
Cruzeiro do Oeste, Francisco Alves												
Itaramba, Iporã, Maria Helena, Nova												
Olimpia												
Unuarama, Santa Elisa, Santa Rita do Oeste, São												
João, Serra dos Dourados												
Unuarama, Vila Alta, Xanbrê												
Vera Cruz do Oeste e outros												
Cascavel e outros												
Curitiba e outros												
AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS												
Maringá												
Engenheiro Beltrão												
Astorga												
Natândia												
Malu												
Boa Esperança												
Douradina												
Guaiçra e outros												
Curitiba												

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE

UNIDADE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR

DADOS INFORMATIVOS

NCZ\$ 1,00

18

ENUNCIADO PROGRAMÁTICO

COMUNIDADES DE PEQUENO PORTE - CPP
OBRAS EM ANDAMENTO

LOCALIDADES	NOVAS LIGAÇÕES	EXTENSÃO DA REDE (Km)	POPULAÇÃO BENEFICIADA
Santa Maria (Alto Paraná)	100	4,6	500
Cercadinho (Campo Largo)			
Rio do Salto (Cascavel)	104	4,7	516
Bandeirantes do Oeste (Goioerê)	102	2,1	510
Flor do Oeste (Goioerê)	30	2,7	150
Bredanópolis (Janiópolis)			
Rio Verde (Juranda)	92	3,1	456
Leão do Norte (Marilândia do Sul)	40	1,0	204
Nova Amoreira (Marilândia do Sul)	186	5,4	930
Esquina Gaúcha (Pérola do Oeste)	89	2,5	345
Catuporanga (Pitanga)	132	2,8	632
Poema (Pitanga)	140	1,4	700
Santa Maria (Pitanga)	132	7,9	658
Santa Inês (São Miguel do Iguaçu)			
São Francisco (Toledo)	20	0,8	98
São Luiz do Oeste (Toledo)	20	1,9	101
Sede Barras (Adrianópolis)	6	1,0	29
Ampere	96	6,2	481
Antonio Olinto			
Inpacel (Arapoti)			
Araruna	34	1,0	600
Bom Sucesso	32	1,3	170
Cambira	23	4,7	159
Campina Grande do Sul	115	13,3	116
Vila Progresso (Centenário do Sul)			
Congonhinhas			
Conselheiro Mairinck	28	1,6	138
Contenda	25	2,6	130
Cruz Machado			
Nova Esperança (Enéas Marques)	128	3,7	638
Engenhelro Beltrão	6	1,7	22
Fênix	40	13,2	210
Floral	21	7,2	101
Nova Billac (Floral)	25	0,5	126
Francisco Alves	32	1,1	160
General Carneiro	42	4,2	206
Iguaraci	109	9,0	544
Icaraima	20	0,1	89
Guamiranga (Imbituva)	83	1,6	417
Inácio Martins			
Inalé	126	2,1	950
Ipiranga			
Itadna do Sul	114	5,0	628
Janiópolis	29	1,2	570
Jardim Alegre			
Jardim Olinda			
Jeaulias			
Joaquim Távora	11	0,1	48
Jundiá do Sul			
Jardimópolis (Leópolis)	18	6,4	90
Tamarana (Londrina)	18	2,6	89
Mamboré			
Fazenda Rio Grande (Mandirituba)	148	12,4	3.600
Maria Helena			
Mauá (Marilândia do Sul)	38	4,8	741
Ipuatemi (Maringá)	208	8,2	177
Marmeleiro			
Flor de Serra (Medianeira)	80	5,6	1.040
Misael	93	0,9	2.727
	15	4,1	301
			483
			75

TESOURO

CONTINUA

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR

DADOS INFORMATIVOS

NCZ\$ 1,00

ENUNCIADO PROGRAMÁTICO	FONTE	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	O. DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
Nova Aliança do Ivaí	5	0,2	21						
Nova Aurora	91	2,1	452						
Nova Olimpia	41	1,7	191						
Palissandu	300	12,4	1.501						
Paranapoema	28	3,4	94						
Dep. José Monso (Paranavaí)	121	2,7	605						
Graciosa (Paranavaí)	43	2,6	215						
Pérola	54	2,8	269						
Boa Esperança (Pérola)									
Pinhalão	11	1,7	51						
Planaltina do Paraná	12	1,1	59						
Centro Novo (Planalto)									
Porto Rico	34	7,1	170						
Pranchita	53	3,1	264						
Quatiguá	88	9,1	440						
Quarência do Norte									
Quinta do Sol	34	0,7	185						
Rancho Alegre									
Sabáudia	45	0,6	221						
Salto do Itararé	30	3,4	150						
Salto do Lontra	16	1,6	77						
Santa Amélia	71	2,8	355						
São Clemente (Santa Helena)	4	1,4	17						
Quinzópolis (Santa Mariana)	41	2,7	202						
Santana do Itararé	44	8,9	220						
Santa Antonia do Sudoeste	32	1,2	161						
Santo Inácio									
São Pedro do Ivaí	144	1,1	720						
Porto São José (São Pedro do Paraná)	188	5,1	940						
Tapira	3	0,3	12						
Guaradina (Telxela Soares)									
Lagoinha (Tijucas do Sul)	12	1,6	56						
Vera Cruz do Oeste	175	3,7	876						
Eliza (Xamburé)		1,1	1.840						
Cafeara			1.500						
Erdeas Marques	51	7,3	256						
Doutor Oliveira Castro (Guaíra)	422	11,2	56						
Botatuvu/Marientai (Lapa)		0,3	600						
Nova Laranjeiras (Laranjeiras do Sul)		0,3	150						
Guaíracá (Londrina)		0,7	1.250						
Pequerê (Londrina)									
Selva (Londrina)									
Diamante do Oeste (Matelândia)			2.083						
Palmital									
Vila Maripá (Palotina)	21	0,4	107						
Primeiro de Maio	73	6,5	385						
Cedro (Umuarama)			435						
Santa Eliza (Umuarama)		1,9	1.800						
Serra dos Dourados (Umuarama)		5,1	1.170						
LOCALIDADES	OBRAS NOVAS I	NOVAS LIGAÇÕES	EXTENSÃO DA REDE (Km)	POPULAÇÃO BENEFICIADA					
Ercilândia									
Saltinho do Oeste									
São Geraldo									
Nice									
Terra Nova do Piquiri									
Ibiporã									
Bom Vista de Santa Cruz									
Cruzeiro									
Joa									

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR

DESPESAS
NCZ\$ 1,00

ENUNCIADO PROGRAMÁTICO			FONTE	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	O. DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
OBRAS NOVAS											
LOCALIDADES	NOVAS LIGAÇÕES	EXTENSÃO DA REDE (Km)	POPULAÇÃO BENEFICIADA								
Primavera											
Morro Verde											
Cachoeira											
Contenda											
São Judas Tadeu											
Barro Preto											
Catanduvas											
Vidigal											
Itaiandia											
Lagoa Seca											
Ribeirão Bonito											
Bela Vista do Oeste											
Guaiporã											
Jangada											
Nilza											
Marques dos Reis											
Japurá											
Jussara											
Leópolis											
Pulmonópolis											
Mertluz											
Moreira Salles											
Porto Brasilho											
Reserva											
Santa Cecília do Pavão											
Santa Bárbara											
São Francisco											
São Roque											
Santa Izabel do Ivaí											
Aparecida do Ivaí											
Santa Mônica											
Santa Izabel do Oeste											
Sengés											
Tamboara											
Tapelara											
Sapê											
Merabá											
Cruzeiro do Norte											
Vila Aricanduva											
Braganey											
Alto Alegre do Iguaçu											
Nova Concórdia											
Bentópolis											
Itaguajé											
Vila Ganghi											
Santa Inês											
Tuneliras do Oeste											
Lovat											
SANEAMENTO RURAL											
OBRAS EM ANDAMENTO											
	NOVAS LIGAÇÕES	EXTENSÃO DA REDE (Km)	POPULAÇÃO BENEFICIADA								
LOCALIDADES											
Taquara Lisa (Agudos do Sul)											
Samela (Braganey)											
Ribeirão Vermelho (Campina Grande do Sul)											
São Sebastião (Cerro Azul)											

NCZ\$ 1,00

DESPESAS									
ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE									
UNIDADE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR									
ENUNCIADO PROGRAMÁTICO									
LOCALIDADES	NOVAS LIGAÇÕES	EXTENSÃO DA REDE (Km)	POPULAÇÃO BENEFICIADA	FONTE	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS
SANEAMENTO RURAL									
OBRAS EM ANDAMENTO									
NOVA UNIÃO (Céu Azul)									
Geremias Lunardelli (Nova Cantu)									
Sede Ouro (Sulina)									
São Miguel (Wenceslau Braz)									
Secção Jacaré (Francisco Beltrão)									
OBRAS NOVAS									
LOCALIDADES	NOVAS LIGAÇÕES	EXTENSÃO DA REDE (Km)	POPULAÇÃO BENEFICIADA						
DIVERSOS MUNICÍPIOS	2.250	120,0	11.250						
50 comunidades rurais									
100 sistemas de abastecimento de água									
OBRAS DE ESGOTOS SANITÁRIOS									
COMUNIDADES DE MÉDIO E GRANDE PORTE - CMG									
OBRAS EM ANDAMENTO									
LOCALIDADES	NOVAS LIGAÇÕES	EXTENSÃO DA REDE (Km)	POPULAÇÃO BENEFICIADA						
Araucária, Campo Largo, Contenda, Palmas	9.048	282,7	26.950						
Castro, Foz do Iguaçu, Guarapueva, Irati, Patolína,	986	16,4	51.210						
Telêmaco Borba	1.331	16,9	23.005						
Laranjeiras, do Sul, Piraí, Prudentópolis, Rio Negro, São Mateus do Sul	2.300	55,0	55.360						
Morretes	1.216	46,0							
Apucarana	10	0,5	580						
Arapongas	814	12,2	13.125						
Cambé	85	2,0	4.250						
Cascavel	360	4,4	9.000						
Cornélio Procopio	71	0,7	1.225						
Foz do Iguaçu	1.142	20,2	16.330						
Francisco Beltrão	1.850	35,7	21.615						
Guarapuava	540	9,2	10.000						
Londrina	508	10,2	14.875						
Malhães	1.512	28,7	28.075						
Paranaval	3.500	68,3	31.850						
Pato Branco	278	2,8	6.045						
Ponta Grossa			14.500						
Rolândia									
Toledo									
União da Vitória/Porto União									
Wenceslau Braz									
Guaratuba									

T - TESOURO

OF - OUTRAS FONTES

DESPESAS

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

MENSAGEM N° 01/90

Curitiba, 17 de abril de 1990.
Senhor Presidente.

Com a mais elevada honra e consideração encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 2° do artigo 127 da Constituição Federal e § 2° do artigo 114 da Constituição do Estado do Paraná, o incluso anteprojeto de lei, em consonância com a Mensagem 90/90, do Poder Executivo Estadual anteriormente encaminhada a essa Casa de Leis, que visa reajustar, a partir de 1° de abril de 1990, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas, dos Servidores Auxiliares do Ministério Público do Estado. Objetiva, ainda, reajustar o valor das gratificações de produtividades, de representação de gabinete, salário família e dos salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Certo da acolhida, apoio e aprovação desta proposição nessa augusta Assembléia Legislativa, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) LUIZ CHEMIM GUIMARAES

Procurador-Geral de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores do Estado, bem como os servidores do Quadro regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, vigentes em março de 1990, ficam, a partir de 01 de abril de 1990, reajustados em 60,61% (sessenta vírgula sessenta e um por cento).

Art. 2° - Ficam, a partir de 01 de abril de 1990, reajustados mediante o acréscimo de 60,61% (sessenta vírgula sessenta e um por cento), vigentes em março de 1990.

I - os valores das gratificações de produtividade e de representação de gabinete;

II - o valor do salário família, por dependente legal e o valor das Pensões Especiais.

Art. 3° - Mantida a data base de reajuste anual, aos servidores do Quadro da Procuradoria-Geral de Justiça, inclusive os aposentados e pensionistas, bem como os do Quadro regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, aplicar-se-á a partir de 01 de abril de 1990, a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal.

§ 1° - O índice percentual que vier a ser estabelecido pela União, aplicar-se-á no mês de abril, cumulativamente, ao disposto nos artigos 1° e 2° da presente Lei.

§ 2° - O Procurador-Geral de Justiça

fica autorizado a baixar os atos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o art. 5° e seus parágrafos, da Lei n° 9.195, de 18 de janeiro de 1990. À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o n° DTL/SAT/59/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n°:

59/90: Do PODER EXECUTIVO, que dá nova redação aos dispositivos que especifica da Lei n° 7.047, de 21.11.78, para fixar em 19.367 Policiais Militares o efetivo da Polícia Militar do Estado, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.224. Anote-se. Arquite-se.

Sob o n° DTL/SAT/CC/60/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 114/90, por julgá-lo inconstitucional. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° ATG. 2161/90, do Senhor Governador do Estado, nos seguintes termos:

"Através do ofício n° 261/89-GP, datado de 19.10.89, a Presidência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme despacho do Relator Senhor Ministro EDUARDO RIBEIRO, na Ação Penal n° 10-PR (RG 89.0010790/9), intentada por C. R. Almeida S/A - Engenharia e Construções, contra a pessoa do Senhor Governador, aquela Corte de Justiça solicita que, na forma do artigo 89 da Constituição Estadual, o assunto seja submetido à deliberação desta augusta Assembléia Legislativa. Ao conhecimento a Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 912

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação e discussão para o Projeto de Resolução n° 31/90.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 913

Senhor Presidente.

O Deputado DAVID CHERIEGATE ao final assinado, no desempenho no seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei n° 105/90, que cria o Município de IGUATU, desmembrado do Município de Corbélia.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO N° 914

Senhor Presidente.

O Deputado DAVID CHERIEGATE ao final assinado, no desempenho no seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei n° 205/89, que retifica a Lei n° 9007, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO N° 940

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 22/90.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 893

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, respeitosamente, inclusão na Ordem do Dia e Parecer da Comissão Geral de Plenário do Projeto de Lei n° 210/90, o qual propõe a criação do Município de Nova Esperança do Sudoeste, desmembrado do Município de Enéas Marques.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 894

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, respeitosamente, a inclusão na Ordem do Dia e o Parecer da Comissão Geral de Plenário do Projeto de Lei n° 211/90, o qual propõe a criação do Município de São Bento, desmembrado do Município de Santo Antônio do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 930

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto no artigo 36 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral, durante a sessão plenária do dia 23 de abril de 1990.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 932

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto no artigo 36 do

Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral, durante a sessão plenária do dia 23 de abril de 1990.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 934

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e especificamente com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral, para apreciar o Projeto de Lei n° 235/90.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 935

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e especificamente com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral, para apreciar o Projeto de Lei n° 234/90.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 920

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 933

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia e seu conseqüente arquivamento, do Projeto de Lei n° 205/89, que pretende a modificação das divisas constantes da Lei n° 9.007, de 12.06.89.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 034/90

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PARANÁ

RESOLVE:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos

cargos efetivos, ativos e inativos, comissionados símbolos "DAS", "C" e "G", bem como dos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, vigentes em março de 1990, reajustados em 60.61% (sessenta vírgula sessenta e um por cento).

Art. 2º - Ficam, a partir de 1º de abril 1990, reajustados mediante o acréscimo de 60,61% (sessenta vírgula sessenta e um por cento), vigentes em março de 1990:

I - os valores das gratificações de produtividade e de representação de gabinete;

II - o valor do salário família, por dependente legal e o valor das Pensões Especiais.

Art. 3º - Mantida a data base de reajuste anual, aos servidores, inclusive os aposentados e pensionistas, bem como os regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, aplicar-se-á a partir de 01 de abril de 1990, a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal.

§ 1º - O índice percentual que vier a ser estabelecido pela União, aplicar-se-á no mês de abril, cumulativamente, ao disposto nos artigos 1º e 2º da presente Resolução.

§ 2º - A Comissão Executiva fica autorizada a baixar os atos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o art. 7º e parágrafo da resolução nº 02/90, de 12 de janeiro de 1990.

Sala das Sessões, em 19.04.90

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 036/90
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARANÁ

RESOLVE:

Art. 1º - Fica susinado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54 da Constituição Estadual, o Processo de Ação Penal, autos nº 7.257, oficiada pelo egrégio Tribunal Regional Eleitoral sob o nº 4.969, em que é indiciado o DEPUTADO PIRAJÁ FERREIRA;

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do egrégio Tribunal Regional Eleitoral da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
Estado do Paraná

Proposição nº 64/89

Curitiba, 27 de outubro de 1989.

OFÍCIO Nº 4.969 SSJ/89

Excelentíssimo Senhor.

Em cumprimento ao r. despacho (cópia em anexo) do Dr. Onésimo Mendonça de Anunciação, d. Relator dos autos de Ação Penal sob nº 7.257, Classe 6ª, que tramitam nesta egrégia Corte, e face às disposições contidas no art. 27, § 1º da Constituição Federal, solicita-se, através do presente, autorização para o processamento do Deputado Estadual PIRAJÁ FERREIRA.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e consideração.

(a) IVAN GRADOWSKI

Diretor Geral

Excelentíssimo Senhor

Presidente da Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

NESTA CAPITAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
CONCLUSÃO

Aos..... de setembro de 1989, faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Dr. Onésimo Mendonça de Anunciação - Relator.

Eu, (assinatura ilegível) Diretor Geral, fiz este termo.

Acolho o respeitável parecer da ilustrada Procuradoria Regional Eleitoral (fls 173/175), em consonância com o qual determino seja oficiado à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, solicitando-lhe autorização para iniciar o processo contra o denunciado, ante o disposto no art. 27, § 1º, da Constituição Federal.

Anexar ao ofício, cópia da denúncia e deste despacho.I.

Curitiba, 26 de outubro de 1989.

(a) ONÉSIMO MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO
Relator

OFÍCIO Nº 1.549

Curitiba, 29 de março de 1990.
SsJ/90.

1) Protocole-se.

2) Acuse-se recebimento.

3) À Comissão de Constituição e Justiça.
02.04.90.

(a) ANIBAL KHURY

Excelentíssimo Senhor.

De ordem do Excelentíssimo Senhor Dr. ONÉSIMO MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO, Relator dos Autos sob nº 7.257, classe 6ª, de Ação Penal que tramitam por esta egrégia Corte, cumpre-me reiterar os termos do Ofício sob nº 4.969, enviado em data de 27 de outubro p. p., onde se solicitou, face às disposições contidas no art. 27, § 1º da Constituição Federal, autorização para

o processamento do Deputado Estadual PIRAJÁ FERREIRA.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) LUIZ CARLOS COSTA DA SILVA
Diretor Geral em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado Estadual ANIBAL KHURY
MD. Presidente da Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná
N/CAPITAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 037/90
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PARANÁ

RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Toledo, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Vila Nova.

"Tomando como ponto de partida a confluência do Lajeado Jaguarundi com o Arroio 18 de Abril, na divisa com os Municípios de Nova Santa Rosa e Palotina, sobe por este, limitando com o Município de Palotina, até sua cabeceira e ainda por linha seca, divisa entre o lote rural n° 22 da 2.ª parte do 32° Perímetro e os lotes rurais n.ºs 133 a 136, onde se encontra a divisa com o Município de Assis Chateaubriand, segue daí pela divisa Nordeste da Fazenda Britânia, até a Sanga Piratuba, sobe pela mesma até encontrar em sua margem esquerda a divisa entre os lotes rurais n.ºs 57 e 58 da 2.ª parte do 47° Perímetro, segue pela mesma até encontrar a divisa Leste do lote rural n° 103, pela qual segue até a cabeceira da Sanga Cavalo Morto, pela qual desce até encontrar em sua margem esquerda a divisa entre os lotes rurais n.ºs 100 e 101, segue pela mesma até a antiga estrada de rodagem Toledo-Vila Nova e ainda pela divisa entre os lotes rurais n.ºs 78 e 79, todos do mesmo Perímetro, até o Arroio Guaçu, pelo qual desce até encontrar em sua margem esquerda a divisa entre os lotes rurais n.ºs 75 e 74 da linha Guaçu do 8° Perímetro, pela qual segue até o Travessão, segue pelo mesmo, confrontando à esquerda com os lotes rurais n.ºs 95 a 90 e à direita com os lotes rurais 75 e 77 a 84, daí, pela divisa entre os lotes rurais n.ºs 90 e 85, em direção Sul até a Sanga Socoboê, segue pela mesma até encontrar em sua margem esquerda a divisa entre os lotes rurais n.ºs 141 e 142, pela qual segue em direção Oeste até o Travessão e por este em direção Sul até o Travessão, divisa entre os lotes rurais n.ºs 151 e 152, segue por este, em direção Noroeste, confrontando ao Norte com os lotes rurais n.ºs 151, 179, 180 e parte do

181 e ao Sul com os lotes rurais n.ºs 152, 178, 177, 176 e 175, seguindo daí pela divisa deste com o lote rural n° 174 até a Sanga Tatu, pela qual desce até sua Barra no Lajeado Grande, desce por este até encontrar em sua margem direita a divisa dos lotes rurais n.ºs 231 e 235, segue pela mesma e ainda confrontando a Leste com o lote rural n° 234 até o Arroio Guaçu - todos os imóveis acima citados, situados na margem esquerda do Arroio Guaçu, integram a Linha Guaçu do 8° Perímetro da Fazenda Britânia - do ponto acima citado, sobe pelo Arroio Guaçu até encontrar em sua margem direita a Barra da Sanga Seca, sobe pela mesma, divisa entre os lotes rurais n.ºs 111 da Linha Guaçu, do 14° Perímetro e n° 180 do 15° Perímetro, até sua cabeceira, daí, por um Travessão, divisa entre o 14° e 15° Perímetro até a cabeceira do Lajeado Gavião e por este abaixo até encontrar em sua margem direita outro Travessão, divisa entre 15° e 16° Perímetros, pelo qual segue até a cabeceira da Sanga Arapongas, pela qual desce até sua Foz no Lajeado Jaguarundi, desce pelo mesmo até a confluência com o Arroio 18 de abril, ponto de partida da presente descrição."

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) SABINO CAMPOS

PROJETO DE RESOLUÇÃO N°038/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Santa Isabel do Ivaí, para que a população decida sobre a criação do Município de Santa Mônica.

"inicia no encontro da estrada Santa Isabel do Ivaí - Planaltina do Paraná com o Ribeirão Taquara. Segue pela estrada Santa Isabel do Ivaí - Planaltina do Paraná até a ponte sobre o Ribeirão das Pedras ou Córrego dos Minérios, desce por esse até a sua foz no Ribeirão Selma, desce por esse até a sua foz no Rio Ivaí, desce por esse até a foz do Ribeirão Taquara, sobe por esse até o encontro com a estrada Santa Isabel do Ivaí - Planaltina do Paraná, ponto inicial e final".

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO
URBANO DE SANTA MÔNICA

Inicia na estrada para Loanda no canto da quadra 2. Desse ponto segue contornando as quadras 2, 7-A, 8 8-A, 15, 16, 25, 25-A, 32, 33, 33-A, 37, 41, 40, 44, 43, 58-A, 65, 66, 74, 73 Cemitério, 90, 95, 94, 100, 99, e 98 até a estrada para Loanda até o canto da quadra 2, ponto inicial e final.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 234/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Os níveis de vencimento dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Judiciário, serão reajustados, no percentual de 60,61 (sessenta vírgula sessenta e um por cento).

Art. 2º - Ficam reajustados no mesmo percentual:

I - os valores da Gratificação de Produtividade;

II - os valores da Gratificação de Representação de Gabinete;

III - os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

IV - o valor do salário família, por dependente legal.

Art. 3º - Mantida a data base de reajuste anual, aos servidores do Poder Judiciário, aplicar-se-á a partir de 01 de abril de 1990, a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal.

§ 1º - O índice percentual que vier a ser estabelecido pela União, aplicar-se-á no mês de abril, cumulativamente, ao disposto nos artigos do mês de abril, cumulativamente, ao disposto nos artigos 1º e 2º da presente lei.

§ 2º - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça autorizado a baixar os atos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e os efeitos financeiros serão devidos a partir de 1º de abril de 1990, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Ofício nº 43/90 G.P.- G.S.

Curitiba, 20 de abril de 1990.

Senhor Presidente.

Tendo em vista o encaminhamento por parte do Chefe do Poder Executivo, de mensagem prevendo aumento de vencimentos para os servidores do Estado, para que se faça cumprir o texto da Constituição Federal (art. 96, inciso II, letra "b"), o Poder Judiciário, por meu intermédio aprovado o percentual ali fixado pelo Sr. Governador Álvaro Dias, encaminhar em anexo, a proposta de lei, que tem por finalidade reajustar a remuneração dos servidores, atendido o princípio da paridade entre os Po-

deres do Estado.

Outrossim, solicito a Vossa Excelência as providências no sentido de ser reduzido o percentual de que trata a presente proposta (60,61%), dos 196,03% (cento e noventa e seis vírgula zero três por cento), objeto de anteprojeto de lei já encaminhado a essa Casa de Leis, em data de 30 de março último.

Aproveito o ensejo para externar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e consideração.

(a) ABRAHÃO MIGUEL.

Presidente.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado ANIBAL KHURY,

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa.

NESTA CAPITAL

PROJETO DE LEI Nº 235/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores do Tribunal de Contas, ativos e inativos, ficam, a partir de 1º de abril de 1990, reajustados em 60,61% (sessenta, sessenta e um por cento).

Art. 2º - Ficam, a partir de 1º de abril de 1990, reajustados mediante o acréscimo de 60,61% (sessenta, sessenta e um por cento), vigentes em março de 1990:

I - os valores da gratificação de produtividade e da gratificação de representação de gabinete;

II - o valor do salário família, por dependente legal.

Art. 3º - O Presidente do Tribunal de Contas fica autorizado a baixar os atos necessários ao cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o artigo 7º e seus parágrafos da Lei nº 9.196, de 18 de janeiro de 1990 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS.

f. nº 482/90

Curitiba, em 19 de abril de 1990.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Com a mais elevada honra e consideração encaminho a Vossa Excelência, nos termos do art. 77, combinado com o art. 101, da Constituição Estadual, o incluso anteprojeto de lei, em consonância com a Mensagem nº 90/90, do Poder Executivo Estadual, visando reajustar, a partir de 1º de abril de 1990, os níveis de vencimento dos cargos efetivos, em comissão e funções

gratificadas do Tribunal de Contas. Objetiva, ainda, reajustar o valor das gratificações de produtividade, de representação de gabinete e salário família.

Certos do apoio e aprovação desta proposição nessa Augusta Assembléia Legislativa, renovo a Vossa Excelência meus protestos de alta estima e distinta consideração.

(a) JOAO CANDIDO FERREIRA DA CUNHA PEREIRA
Presidente.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado ANIBAL KHURY,
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.
NESTA CAPITAL

PROJETO DE LEI N° 236/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Os livros didáticos utilizados pelos estabelecimentos abrangidos pela Rede Estadual de Ensino, somente serão substituídos mediante expressa autorização do Conselho Estadual de Educação.

Art. 2° - Caberá à Associação de Pais e Mestres, de cada unidade de ensino, aferir a necessidade de substituição de livros didáticos, e encaminhar sugestão à Secretaria de Estado de Educação, a qual ouvirá o Conselho Estadual de Educação, que a apreciará.

Parágrafo Único - A decisão do Conselho Estadual de Educação, na aprovação dos livros didáticos utilizáveis nas Escolas, é irrecorrível.

Art. 3° - Os livros didáticos não poderão ser substituídos nos 5 (cinco) anos seguintes a sua adoção.

Parágrafo Único - É vedada a utilização de livros didáticos descartáveis.

Art. 4° - A inobservância dos preceitos desta lei, acarretará ao infrator penalidades administrativas, apuradas e aplicadas em processo regular.

Art. 5° - O Poder Executivo regulamentará, por Decreto, a presente lei em até 60 (sessenta) dias da sua publicação.

Art. 6° - Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

No início de cada ano letivo, pais e alunos experimentam uma verdadeira "ciranda" de livros didáticos, ocasião em que observam que os livros utilizados nos períodos anteriores, sem qualquer explicação ou justificativa, caem em desuso e são substituídos por outros - sempre mais caros - e de não comprovada melhor utilidade.

Esta prática, que por vezes esconde escusos interesses de exploração econômica, levam os pais de alunos a constrangedoras situações entre as quais, a impossibilidade de aquisição do novo material.

Muitas famílias, com mais de um filho em idade escolar, são obrigadas a desfazer-se de obras - descartáveis ou não - e adquirir outras, quando as anteriores poderiam servir, novamente, para o mesmo propósito.

Mais comum, ainda, tornou-se a adoção de livros chamados descartáveis, nos quais os alunos preenchem espaços em branco, com respostas, que inviabilizam seu uso por mais de um período.

Sem dúvida, esse proceder configura uma volúpia de motivos inconfessáveis e possui o condão de, ainda, atrapalhar a eficiência do ensino ministrado, pela descontinuidade periódica.

Para sanar a irregularidade apontada, submeto à apreciação o presente projeto de lei que, pelo seu imediato alcance, deverá obter o apoio necessário.

PROJETO DE LEI N° 237/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Mestres - APM, da Escola Estadual Semiramis de Barros Braga - Ensino de 1° Grau", com sede e foro no Distrito de Vila Emiliano Pernetá, Município de Piraquara, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres - APM, da Escola Estadual Semiramis de Barros Braga - Ensino de 1° Grau, é uma instituição que, desde do ano de sua fundação, em 1984, vem desenvolvendo trabalhos com o objetivo de aprimorar seu ensino a seus educandos.

Através de integração escola-família-comunidade, procura obter condições financeiras para sua manutenção, realizando para tal reuniões beneficentes, festas, entre outras atividades filantrópicas.

Desempenha também dentro da área assistencial, atendimento aos alunos carentes, encaminhamentos a serviços médico-odontológico, distribuição de alimentos e várias outras contribuições, as quais como temos conhecimento, vem tornando-se cada dia mais difíceis, devido ao poder aquisitivo que vem corroendo-se cada vez mais com o aumento do assistencialismo pela APM prestado.

Tendo em vista a necessidade de apoio

a essa instituição para que possa dar continuidade a seu trabalho, é que colocamos o referido projeto de lei à apreciação dos nobres Pares desta Casa de Leis, solicitando pela sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 238/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam revogadas as alíneas "b" e "g" do Art. 6° da Lei n° 7771, de 13 de dezembro de 1983, e o parágrafo único do Art. 6° da Lei n° 6639, de 29 de novembro de 1974.

Art. 2° - Permanecem inalterados os demais dispositivos das referidas leis.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) PAULINO DELAZERI

Apoiamento: José Rogério Carvalho, Acir Mezzadri, Nereu Carlos Massignan e Pedro Tonelli.

JUSTIFICATIVA:

A história do Poder Legislativo está indissoluvelmente ligada à história das grandes conquistas democráticas, nas lutas pela preservação do patrimônio e dos bens públicos, na busca das liberdades e direitos iguais para todos os homens no convívio social.

Nos períodos obscuros da história, em que ditaduras são implantadas, um dos poderes mais agredidos é justamente o Legislativo, que apesar de suas imperfeições, tem sido um dos grandes pontos de luta contra o abuso de poder, especialmente do Executivo.

As eleições presidenciais encerraram no Brasil o ciclo autoritário, implantado pelo golpe de 1964. A promulgação das Constituições Federal e Estaduais, criaram o novo arcabouço jurídico institucional no País, adaptando-o à realidade presente. Entretanto, persistem distorções na legislatura infra-constitucional que necessitam urgentemente de normalização.

Um destes desajustes, que tem causado celeuma e indignação nacional, impedindo o restabelecimento da confiança da população no Poder Legislativo é justamente os fundos de pensão e aposentadoria dos parlamentares, no caso o FEPPA, por usar recursos públicos na complementação das contribuições.

Temos certeza de que os senhores parlamentares, sintonizados com os novos tempos e com a ânsia da população, novamente demonstrarão seu elevado espírito público, aprovando este projeto de lei que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI N° 239/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro no Município de Imbituva - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 19.04.90.

(a) VERA AGIBERT

JUSTIFICATIVA:

O Asilo São Vicente de Paulo, fundado em 02 de agosto de 1945, no Município de Imbituva-PR, desde a sua fundação há mais de 40 anos vem atendendo aos idosos, pobres desamparados, sem qualquer distinção.

Encontra-se de acordo com as normas instituídas para serem declaradas de utilidade pública, as declarações em anexo vêm comprovar suas finalidades, razão pela qual solicitamos aos nobres Pares a sua aprovação para o presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N° 240/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL CECÍLIA MEIRELES, com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 19.04.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

A instituição ora em análise, desempenha seus objetivos desde sua fundação, em favor do aprimoramento do ensino, procurando melhor integração entre o educando e a comunidade.

Dentre várias atividades desenvolvidas pela APM da Escola Estadual Cecília Meireles, destacam-se assistência médica, que conta com a distribuição de medicamentos, óculos aos necessitados, assistência odontológica, auxílio para transporte, distribuição de merenda escolar, aquisição de materiais esportivos e demais objetivos congêneres.

Ressalta-se ainda a promoção de eventos para angariar fundos em benefício da escola, com a intenção de melhor qualidade de ensino a seus educandos.

Tendo em vista a realização das obras da referida instituição, vimos a necessidade de declará-la de utilidade pública, expondo para tal, aos nobres Pares desta Casa de Leis, solicitando pela sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 241/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o LAR DA CRIANÇA DR. BEZERRA DE MENEZES, com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 19.04.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

A entidade ora em análise, tem por objetivo principal dar assistência a crianças carentes na faixa etária de zero a seis anos de idade, oferecendo regime de internato com período integral.

Sem fins lucrativos, procura dentro de suas possibilidades oferecer a crianças carentes preparação para integração junto à sociedade, contribuindo para isso com ensino de 1º e 2º graus, colaborar no seu desenvolvimento junto à formação cristã, educando-a para tal, entre demais assistências que possam direcionar sua formação para poderem tornar-se úteis à sociedade em seu futuro.

Sabendo que esta tarefa é de grande necessidade e resulta em benefícios ao desenvolvimento do Estado e da comunidade a que é atribuída, colocamos o presente projeto de lei em apreciação aos nobres Pares desta Casa, solicitando pela sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 242/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, sob forma de Fundação, a FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS, FILOSOFIA E LETRAS DE BANDEIRANTES, com sede e foro na cidade de Bandeirantes.

Parágrafo Único - O estabelecimento de ensino de que trata este artigo será organizado em fundação de direito público e de conformidade com as normas das legislações federal, estadual e desta lei.

Art. 2º - A Fundação Faculdade terá regulamento próprio, aprovado pelo Governador do Estado, e gozará de autonomia administrativa e financeira, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo Único - Dentro de 60 dias contados da publicação da presente lei, deverá ser elaborado o Estatuto da Fundação para ser submetido ao Governador do Estado.

Art. 3º - O patrimônio inicial da entidade, afora os que o Estado houver por bem destinar, poderá ser constituído pelos imóveis, móveis, equipamentos e instalações da Faculdade de Agronomia Luiz Me-

neghel, de Bandeirantes e por auxílios, doações, legados e outros, oriundos de pessoas naturais ou entidades públicas e privadas.

Art. 4º - A receita da Fundação Faculdade será constituída por:

- a. auxílios constantes do Orçamento do Estado sob a forma de dotações globais e específicas para pessoal, material, serviços e encargos, obras e equipamentos.
- b. auxílios e subvenções constantes dos orçamentos da União e do Município.
- c. taxas e emolumentos escolares.
- d. rendas patrimoniais.
- e. rendimentos dos serviços prestados.
- f. auxílios e contribuições de entidades públicas e particulares.

Art. 5º - O pessoal docente da entidade será organizado e regido pelas normas das legislações federal, estadual e desta lei.

§ 1º - Todo o pessoal da entidade será contratado de acordo com a legislação trabalhista, fixando os contratos, em cada caso, o regime de trabalho, sua função, a forma e o montante da remuneração.

§ 2º - Na hipótese de a entidade servir-se de funcionários da Administração Pública direta deverão estes submeter-se, integralmente, ao regime de trabalho da entidade.

§ 3º - Para o funcionamento da Faculdade será criado o Quadro Próprio de Pessoal Docente e Técnico Administrativo.

Art. 6º - A Fundação Faculdade será administrada pelos seguintes órgãos:

- a. Conselho de Curadores.
- b. Congregação.
- c. Diretoria.
- d. Conselho Departamental.
- e. Departamentos.

§ 1º - O Conselho de Curadores, composto de seis (06) membros nomeados pelo Governador do Estado, terá a função de aprovar o orçamento anual da Fundação, fiscalizar a sua execução e autorizar atos do Diretor não previstos no regulamento.

§ 2º - A Congregação será constituída pelos professores catedráticos, professores de Ensino Superior, professores interinos, Regentes de Cátedras Vagas, e por representantes dos demais docentes e do corpo discente.

§ 3º - O Diretor será nomeado pelo Governador, para cargo em comissão e mandato de dois (02) anos, escolhido em eleição direta da qual participam os corpos docente e discente e os funcionários da Fundação, podendo ser reconduzido por duas vezes.

§ 4º - O Conselho Departamental será composto pelos chefes de Departamentos e por representantes do corpo discente.

§ 5º - Os Departamentos serão organizados na forma como dispuser o Regimento

Interno da Fundação.

Art. 7º - Os membros do Conselho de Curadores terão mandato de seis (06) anos, renovados um terço a cada dois anos.

§ 1º - O Conselho será nomeado pelo Governador, dentre pessoas de reconhecida capacidade e de ilibada reputação, sendo dois por dois anos, dois por quatro anos e dois por seis anos.

§ 2º - A renovação do Conselho se dará por nomeação do Governador por membros indicados em lista tríplice pelos membros remanescentes.

Art. 8º - O currículo será elaborado de acordo com o que determinam as normas do Conselho de Educação competente.

§ 1º - A seriação das matérias será elaborada pelo Conselho Departamental e aprovada pela Congregação, devendo constar do Regimento Interno da Faculdade, ficando a matéria sujeita à aprovação do Conselho Estadual de Educação.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial destinado a cobrir as despesas decorrentes da execução da presente lei.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 19.04.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

A maioria das regiões do Paraná conheceu os efeitos perversos do êxodo rural, pela falta de condições para a população rural permanecer em seu meio, e aí viver com dignidade. Pois, sofreram as mesmas pela falta de mão-de-obra em seus campos e sofreram as cidades grandes com o surgimento indesejado de numerosas favelas, onde o pessoal que deixou o campo em busca de melhores condições de vida, passou a nelas viver de modo miserável e desumano.

Se permitirmos que o camponês possa bem viver, dando-lhes condições para isso, não só o interior se beneficiará com isso, mas todo o nosso Estado. Quando falamos em boas condições de vida ao pessoal campesino nos referimos de igual importância e educação de seus filhos. Educação esta que não inclui somente os 1º e 2º graus, mas principalmente o 3º grau. Pois, estão estes jovens no ápice de produzirem economicamente e quando isto acontece são obrigados a se deslocarem para os centros urbanos para poderem continuar seus estudos. E com isso, na maioria das vezes, desligando-se definitivamente das suas raízes originárias não mais retornando ao campo.

A instalação de um estabelecimento de ensino superior na cidade de Bandeirantes, contribuirá em muito. Pois, com isso, os jovens lá residentes, não precisarão deixar sua cidade para estudar em outros centros urbanos, onde a cidade e a própria

região lucrarão "in loco" dos ensinamentos administrados por esta faculdade.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Deputado José Rogério no Pequeno Expediente.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ao fazer o uso do Expediente - (Fotocópia em anexo).

Senhor Presidente, Senhores Deputados

...

Ao fazer uso deste Expediente queremos manifestar a nossa preocupação com a situação dos professores da rede pública de nosso Estado!

Já estamos nos aproximando dos (30) dias de paralisação quase que total em todo o Paraná, sendo que, em alguns municípios atinge a totalidade de paralisação, sem que até a presente data as negociações não avançaram o mínimo desejável. Parece que a Secretaria de Educação que é o órgão que pode intermediar junto ao Governador, não vem demonstrando muito interesse para que haja um término na paralisação, pelos seus pronunciamentos na imprensa, alega que o Governo tem cumprido com suas promessas junto à categoria, o que não é verdade! Alega a Secretária Gilda Poli, que a professora PA-1, recebe Cr\$ 6.600, - quando, na verdade recebe Cz\$ 2.800, - para atender de 42 à 48 alunos, quando o certo seria 35 alunos classe! Para que haja um melhor aproveitamento. Quando José Richa deixou o Governo em 1986, um professor nível 5 - Letra E com 40 horas aula (20 anos de serviço) ganhava nada menos que 11 (onze) salários mínimos. Hoje, no Governo do Álvaro Dias, este mesmo professor, com mais três anos de serviço, recebe nada mais que dois (dois) salários mínimos. O que foi que aconteceu? O Governo esqueceu que professor também gasta gasolina para dar aula em mais de uma escola, ou talvez até (quatro) no dia? Que o professor não precisa comprar roupa para não se apresentar como mendigo perante os seus alunos e colegas? Que o professor tem que morar com sua família e ser um exemplo para a sociedade e na sua comunidade, pelo sacerdócio de sua profissão? Que o professor não precisa comprar alimento, o mínimo necessário para si e para sua família? Que ele também necessita de um telefone em sua residência, pelo menos comunitário. Que ele necessita do mínimo para sua saúde e sua família, pois desconta IPE - E quando vai necessitar de exames médicos, tem que pagar, pois o Governo do Estado não repassa

as verbas que é devido ao Instituto de Previdência, conforme alega seu Diretor Presidente, com muita coragem e sensatez!

Vamos comparar o ganho de um garí - ou um motorista de ônibus coletivo? Vamos comparar o salário de um assessor técnico do Tribunal de Contas, com o do professor que ele mesmo necessitou para chegar onde está? O salário de um Promotor de Justiça, de um Desembargador ou Juiz! O salário de qualquer categoria funcional com nível superior, que é igual de um professor de licenciatura plena, para vermos a disparidade. Onde está a isonomia que foi tanto defendido na Constituição Estadual? O professor também faz parte do contexto do nosso Estado! Precisamos urgentemente dar um basta em tudo isto! Temos que nos associar aos professores do Paraná! Nós também somos responsáveis por este estado de coisas! Fomos nós Deputados que demos carta branca para o Governador mover o erário público como bem entendesse! Nós também fazíamos parte da bancada de 37 (trinta e sete) Deputados do PMDB e acreditamos no seu Governo, quando ouvimos o seu discurso de posse que assumia a responsabilidade de restaurar a educação do Estado, com salários dignos para os professores! Mas o que foi que contemplamos? ... Mais um golpe de mestre! Se não vejamos! Com toda honestidade, seria maravilhoso estarmos aqui, traçando elogios ao sistema educacional do nosso Estado, ao nosso Governador Álvaro Dias, a Secretária de Educação Gilda Poli. Seria gratificante! Amanhã os jornais estampariam em letras garrafais ... Deputado elogia o sistema educacional do Paraná ... telex de agradecimentos de todos os lados, confetes ... mas onde ficaria a nossa consciência, que no ano de 1986 ajudamos eleger o atual governador ... que tanto nos decepcionamos: iniciamos o ano letivo de 1990 com quase um mês de atraso, culpa dos professores? Ou da desorganização dos órgãos responsáveis e a ineficiência de alguns?

Escolas sem carteiras para os alunos! E o material didático? Onde está? As cartilhas, cadernos, lápis e outros para os alunos? Sequer há giz! A situação dos professores é catastrófica economicamente! Situação essa que não pode ser imputada ao recém implantado sistema econômico Brasil novo! Como quer o Governador de nosso Estado, pois o mesmo vem de longa data, e porque não dizer, desde que assumiu o Governo Álvaro Dias que a educação retrocedeu, e isto pode ser sobejamente comprovado na comparação dos contra-cheques dos professores, conforme já dissertado no início deste pronunciamento. O Governador disse no seu pronunciamento de "não renuncia" "O Paraná não pode perder, eu posso". E o Paraná, Senhor Governador, não é só

professores - mais de 60.000 (sessenta mil) em greve, cujas famílias estão passando necessidades, não são só os alunos que estão sem aulas, que estão sem aulas, que têm consciência do salário dos professores, pois quando há dúvida, chegam confrontar seus salários com o que seus mestres, e ficam admirados com a diferença, pois muitos alunos já ganham mais que seus professores - Hoje em Greve! Será que as obras faraônicas no Paraná é mais importante que educação de seu povo? Ou temos que alimentar o cartel das empreiteiras, que possui a "caixinha" milagrosa que provoca resultado de eleição? Será que a promoção do Governador em todos os veículos de comunicação é mais importante que a educação de nossos filhos? Será que abatendo o custo de energia elétrica em 50% para as empresas de comunicação é mais importante que adquirir material didático para as escolas públicas? Será que manter 3 (três) residências para o Governador do Estado é mais importante que pagar salários dignos para o professor ou adquirir material para os hospitais e Santa Casas de Misericórdia que cuida da saúde do seu povo? Vamos acabar de uma vez com as mordomias tão propaladas em nosso Estado e não cumpridas até agora. Será que o Banes-tado, para adquirir a confiança de seus clientes e acionistas, terá que montar uma mídia tão cara nos veículos de divulgação, ou isto tem ligação com a promoção pessoal do nosso Governador. Onde está o salário das professoras conveniadas, que todo mês os prefeitos são alvos de críticas pelo atraso de repasse pela Secretaria de Educação. Será culpa também dos professores? Senhor Presidente, Senhores Deputados ... Será de nossa responsabilidade, a partir deste momento, formar uma comissão apartidária para, junto com a Comissão de negociação dos professores, negociar com o Governador uma tomada de posição para o impasse! A Assembléia Legislativa, como poder coadjuvante deste Estado, poderá ser a balança, o ponto de apoio dos mestres de nossos filhos, dos filhos de milhares de paranaenses que no momento confiam no nosso poder de barganha e poder político para mover com a sensibilidade do nosso Governante. Temos que ser solidários com os professores do Paraná, pois sobre seus ombros pesa a responsabilidade da educação de nossas crianças e do futuro de nossa pátria!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Senhores Deputados, Senhores Professores, Funcionários Públicos, demais presen-

te a esta última sessão desta semana.

Professores parados, Governo omissivo, estudantes sem aula, pais revoltados; este é o quadro deprimente da educação pública no Paraná depois de três anos de Governo Álvaro Dias.

Essa greve que se arrasta a quase um mês é apenas uma decorrência deste verdadeiro abandono das escolas ensino público do nosso Estado.

Não basta atender as reivindicações salariais dos nossos professores para que a paralisação seja suspensa e a rede estadual de ensino volte, à normalidade. Mas, é imprescindível que a recuperação do ensino público passe necessariamente pelo resgate da dignidade do professor.

A dignidade de uma profissão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não se mede apenas pela importância da qual ela se reveste para a sociedade, no que seria inigualável a dignidade do professor. A dignidade se traduz em respeito, em prestígio à profissão e a uma remuneração justa.

Neste aspecto, em que se pese a dignidade de todo trabalhador, do mais humilde ao mais especializado, os nossos professores estão hoje recebendo menos do que um gari e do que um cobrador de ônibus e de muitas outras categorias não especializadas.

Cada profissão cumpre uma função social. Ao professor, por dever e vocação, cabe a tarefa de formar as novas gerações. Enaltecido pela nobreza desta tarefa, no Paraná os nossos professores se vêm humilhados por um salário vil que todo mundo já sabe. (Palmas).

Que ensinamento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, pode dar um professor aos seus alunos se se apresenta em sala de aula humilhado ou se apresenta com um semblante de derrota?

Estes, Senhores, é o estado de espírito contra o qual os nossos professores têm se debatido de forma abnegada nestes últimos anos.

Pesa sobre este Governo a grave responsabilidade de ter vilipendiado o ensino público, promovendo o verdadeiro sucateamento da rede pública de nossas escolas.

Para um Governo farsante que se nutre do jogo de cena, sustentado por generosas contas publicitárias, como bem ilustra a reportagem publicada pelo "ESTADO DE SÃO PAULO", na sua edição do último dia 12, nós leva a crer que a educação não é levada a sério.

Como me referi, essa reportagem do jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO", que já foi denunciada desta tribuna, aonde o Governador utilizou seis milhões de cruzeiros do BANESTADO para pagar matéria elogiosa da revista "MANCHETE", em outubro passado,

ele agora vem dizer que não tem como pagar os salários dos professores.

Esse Governo que se comporta de forma...

Eu requeiro o tempo de Liderança do PT, Senhor Presidente.

(Assentimento).

... cínica e leviana, escondendo da sociedade as informações que realmente seriam do interesse da população, divulgando de forma mentirosa dados que vão de encontro ao seu projeto político. Os investimentos em educação não apresentam resultados imediatos, não é como construir uma ponte, construir uma estrada que aparece perante a população.

E já diz a sabedoria popular, que o mais grave é que os governantes governam pensando na próxima eleição e não pensando na próxima geração. E hoje mesmo, Sr. Presidente, temos aí propagandas mentirosas do governo, quando se divulga uma nota tentando convencer a sociedade paranaense e mostrar o quadro em que vivem os nossos professores. Aonde se tenta elogiar o governante dizendo que nós temos uma bela política salarial, que o Governo está se comprometendo a dar o IPC de janeiro, de fevereiro que a mensagem já está aqui e quando se refere ao IPC de março, ele diz que vai ser de acordo com o Governo Federal. Por que ele não diz que é zero? É zero o IPC de março que foi de 84%. Por que ele não coloca aqui que os nossos servidores públicos, inclusive os professores que aqui estão vão receber zero do IPC que foi de 84%?

Por que isso ele não divulga? Porque ele continua mentindo, continua usando de má fé quando procura informar a sociedade paranaense.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, necessário se faz que todos nós, neste momento de extrema importância, nos coloquemos do lado de cá, ao lado da luta dos professores, que agora estão em greve, ao lado da luta dos demais funcionários públicos, uma luta que não pode se restringir simplesmente a salários dignos, mas que inclui melhores condições de ensino.

Seja através da recuperação das instalações nas escolas, dos equipamentos necessários para um ensino com qualidade. Essa luta deve ser a nossa luta. A luta de uma sociedade que dá o devido valor que o ensino público merece no nosso Estado.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esperamos, todos comprometidos, todos do mesmo lado em defesa dos professores, em defesa do ensino público, em defesa de um piso justo e em defesa das reivindicações daqueles que fazem funcionar o serviço público do nosso Estado.

Era isso Sr. Presidente, Srs. Deputa-

dos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulino Delazeri.

O SR. PAULINO DELAZERI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo principal que me traz a esta tribuna é um projeto de lei que apresento nesta tarde, para apreciação do Poder Legislativo.

Projeto de Lei este subscrito por muitos Deputados desta Assembléia Legislativa, mas não poderia também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar de colocar claramente a minha posição e o meu ponto de vista em relação a esta grave situação que vive o Estado do Paraná na área da educação e do ensino.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu não vou buscar as razões que me fazem apoiar integralmente, totalmente a luta dos professores. Eu não vou buscar muito longe. Eu fui na terça-feira desta semana à Associação dos Professores do Paraná pedir à Direção daquela entidade que me facilitasse o acesso a alguns contracheques de alguns professores do Estado do Paraná e a professora Isolde prontamente me atendeu e me forneceu mais de dez contracheques de professores paranaenses. Professores que lecionam há dois anos, há cinco anos, há dez anos, há doze anos e até mais, e, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nenhum desses contracheques consta um salário maior do que catorze mil cruzados nos valores de março. Mas, a sua grande maioria não passa dos cinco mil cruzados.

As razões, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que me fazem apoiar a justa e legítima luta dos professores paranaenses é porque eu não quero ser irresponsável como os que governam o Estado do Paraná nos últimos anos, principalmente três anos, como tem sido com a educação.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, dinheiro até para fazer obras faraônicas abundantemente, para fazer grandes obras abundantemente, para regar os meios de comunicação com propagandas escandalosas e muitas vezes mentirosas tem dinheiro, mas para melhorar a condição de ensino e dos educadores do Estado do Paraná, não tem, até porque os que estão no poder têm medo que os nossos filhos tenham educação e retirem essa gente que está aí no poder. (PALMAS). Porque, Senhor Presidente, a indignação de ver um contracheque de um educador recebendo três mil e quinhentos, quatro mil, cinco mil cruzeiros por mês para exercer uma atividade tão fundamental para a vida de uma nação como é a de edu-

cação, não há indignação que suporte.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o projeto de lei que dou entrada nesta tarde trata do Fundo de Aposentadoria dos Deputados e pela terceira vez, Senhor Presidente, Senhores Deputados, apresento esse projeto, muito antes da onda colorida, moralizadora que está aí varrendo o País, eu já queria que os Deputados se aposentassem sim, mas às suas custas, não à custa do dinheiro público como vem ocorrendo hoje. Por isso, proponho, não a extinção do FEPPA, que ele permaneça aí como está, mas que o Estado não destine mais o valor de 16% sobre o salário de cada Deputado e depois quando o Deputado se aposenta pague ainda 50% do valor da sua aposentadoria. Isto é um escândalo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e nós precisamos aprovar nesta tarde e convocar os companheiros para isto, aprovar um requerimento que transforma a Assembléia Legislativa em Comissão Geral para dar o Parecer muito logo a esse projeto e que nós o votemos, porque, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu não tenho dúvidas que essa onda moralizadora que aí está, colorida, ela não dura muito tempo, porque tenho certeza que muitos escândalos lá também acontecerão, mas nós precisamos aqui cumprir o nosso papel e todos os Deputados que apoiarem esse Presidente da República que está acabando com essas mordomias exageradas precisa ter novamente o apoio destes Parlamentares e venho a esta tribuna tranqüilamente porque sei que esse projeto vai ser aprovado porque a maioria desta Assembléia apoiou o candidato que varre este País com uma onda moralizadora.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados; Prefeito Abdo Mohamad Addi, de Jardim Alegre; Vereadores João Batista e Nelson Lourenço, também de Jardim Alegre, Senhores Professores, demais autoridades aqui presentes.

Senhor Presidente, ocupamos a tribuna na tarde de hoje para congratular com a comunidade do distrito de Lidianópolis, município de Jardim Alegre. Desde 1985, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tramita nesta Casa Projeto de Lei que visa emancipar política e administrativamente aquele Distrito.

Muitos embates houveram, emendas substitutivas, projetos outros de lei também apresentados e que fizeram com que este projeto viesse à Ordem do Dia, fosse

retirado diversas e diversas vezes. Ainda na semana passada esta Assembléia aprovou a retirada da Ordem do Dia e passou-se a um trabalho bastante intenso naquela comunidade entre Vereadores, Prefeito, ex-Prefeitos, lideranças políticas, comunitárias para se ajustar os limites, as divisas, as confrontações e, ao final, chegar-se a um entendimento para que aquele Distrito pudesse ter uma área definida e pudéssemos então, nós, Parlamentares estaduais, dar continuidade a este projeto.

Estamos dando entrada hoje, Senhor Presidente, a uma subemenda substitutiva geral ao projeto que tramita nesta Casa e que consta na Ordem do Dia e que tem não só o nosso apoio, mas tem o apoio da municipalidade em geral, representada pelo seu Prefeito, pelo seu vice-Prefeito, pelos Vereadores todos, que já encaminharam àquela Casa de Leis projeto alterando as divisas do atual distrito administrativo e judiciário de Lidianópolis.

Portanto, peço aos Senhores Deputados que votem hoje a favor do projeto, mais que votemos também a favor da subemenda substitutiva geral deste Projeto porque ela representa o anseio e a vontade das duas comunidades, do Município-mãe de Jardim Alegre e do Município-filho que está se criando do Distrito de Lidianópolis. Peço o apoio de todos vocês, e o povo de Jardim Alegre e Lidianópolis lhes serão gratos eternamente.

Quero também dizer aos Senhores Deputados que na tarde de hoje estamos entrando com um requerimento que retira da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 214/90 que cria o município de Tamarana, desmembrado de Londrina. Temos este projeto em conjunto com o Deputado Hermas Brandão, que também tem projeto de igual feitura.

Na manhã de ontem, o Presidente da Comissão pró-emancipação, Ademir Araújo, nos telefonou e pediu que assim procedêssemos, que retirássemos da Ordem do Dia por tempo indeterminado porque este foi o entendimento da Comissão pró-emancipação política e também daqueles que se posicionam hoje contrários à emancipação de Tamarana. Entendeu-se naquela reunião realizada na última terça-feira de que era mais oportuno aguardar alguns dias de conversações, de levantamento de dados, de busca de informações para que tivéssemos todas as informações necessárias e pudéssemos quem sabe contar com apoio de toda a comunidade de Tamarana.

Portanto, peço aos nobres Deputados, em meu nome e em nome do Deputado Hermas Brandão, que votemos a favor da retirada do Projeto de Lei nº 214/90 para que ele retorne no início de maio, tão logo consílgamos as reuniões que se fazem necessárias.

Finalmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero registrar também na tarde de hoje o sentimento paranista que temos em favor das nossas instituições, sejam elas públicas ou privadas, contra a onda de boatos que se instalou neste Estado e neste País nos últimos tempos. Vejam nobres Deputados que há alguns meses atrás buscou-se envolver o nosso Banco Bamerindus em fraudes de importações em desvio de milhões de dólares. Recentemente a boataria se apresentou dizendo que o nosso banco oficial, o Banco do Estado do Paraná se encontrava falido, quebrado e que todos nós perderíamos. Isto, no nosso entendimento, desvirtua os verdadeiros fatos, mancha a imagem do nosso querido Paraná lá fora e esses boatos que se formam só vêm em prejuízo de toda nossa população.

Recebemos hoje, do Dr. José Eduardo de Andrade Vieira um bilhete onde ele nos diz, através de notícias que estão sendo veiculadas em diversos jornais deste Estado e deste País, que toda aquela boataria não passou realmente de maldade imposta contra o Bamerindus, como acreditamos também que a boataria que se fez não passou de maldade contra o nosso Banestado. Somos contra esse comportamento e queremos crer que tanto o Banestado quanto o Bamerindus, instituições maiores do sistema financeiro deste Estado, devem ser por nós valorizadas. O Banestado como uma instituição oficial, o Bamerindus como fruto da iniciativa privada. E queremos ver essas duas instituições progredindo e que esses boatos não prosperem porque só mancham a dignidade e o desenvolvimento do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De repente vale mais uma vez a verdade e a verdade pede os números que servem à vida verdadeira. Nós temos aqui um boletim da Associação de Pais e Mestres do Paraná, dizendo que com o reajuste de 60,61% concedido para o mês de abril, ao qual ainda será acrescentado o percentual fixado pelo Governo Federal para reajustes de preços e salários, um professor de início de carreira receberá por 20 horas de trabalho, oito mil cento e onze cruzeiros mais o reajuste do Governo Federal. E para uma jornada de 40 horas de trabalho semanal, dezesseis mil duzentos e vinte e três cruzeiros e vinte e dois centavos mais o reajuste do Governo Federal.

Ora, não há reajuste do Governo Federal! Não há reajuste do Governo Federal porque o Presidente da República determi-

nou a contenção da inflação pela velha via, a via dos salários.

De repente um jornal de Curitiba hoje, diz na sua manchete com propriedade, que nós, os brasileiros, estamos maus poupados dos gastos do Parlamento porque o Congresso Nacional vai economizar com o cafezinho e água mineral, que se serviam no Salão Verde do Congresso Nacional. Se fossem leitores os anjos deste jornal de Curitiba, só ele, talvez só aquele anjo de bronze do Ceschiatti que tem lá no Salão Verde do Congresso Nacional acreditasse em tamanha bobagem, em tamanha estupidez. Porque até os anjos do céu, estes, não são bobos porque iluminados pela divina inteligência sabem muito bem que o gasto do cafezinho e da água é um centímo do gasto do avião supersônico que levará o Senhor Presidente da República a pousar de Indiana Jones no próximo final de semana, seguido pelo Senhor Ministro da Aeronáutica e por um séquito de audazes homens do ar, rompendo a barreira do som. De repente desafia-se a inteligência brasileira com tanta mentira, com tanta bobagem e, sobretudo, com a bobagem maior de se desvalorizar o Parlamento e a representação popular.

Ora, eis o Parlamento transformado na tribuna, aonde vêm os professores do Paraná resolver o impasse do buraco negro em que caiu a negociação salarial entre a classe do Governo e o Governo do Estado.

Passa entre os Senhores Deputados um projeto de lei muito vigoroso e inteligente, nascido nas centrais sindicais, que teve o apoio, - o apoio que eu já dei, que os Deputados do PDT e do PSDB já demos, para se estabelecerem regras de negociação entre o Governo e as diversas categorias para se criar um Estatuto do Funcionalismo Público Estadual, dentro do regime único, dentro da regulamentação prevista pela Constituição Federal.

Mais do que necessário é o Parlamento, tantas vezes desmoralizado desde que o barbudo Karl Max, no manifesto do Dezoito Brumário, resolveu aconselhar os seus seguidores que destruísse o Parlamento burguês pela inclusão, dentro dele, de elementos que o desmoralizem.

No entanto, bom ou ruim, imoral ou si-barita, o Parlamento é o espaço do povo, qualquer que seja o custo do cafezinho e da água que ele sirva para o próprio povo.

O importante, o fundamental da democracia, Senhores Deputados, Senhores Professores que neste dia usam ainda uma vez esta Casa no papel da casa sua, o importante é que o povo não seja anestesiado pela propaganda.

O importante é que a verdade seja realmente servida ao povo. E o importante é que as tribunas do Parlamento, e as tribunas populares, sejam elas usadas em ser-

viço do povo. Por exemplo, sabemos que veio para Casa a resposta de um pedido de informação do Deputado Nereu Massignan sobre os gastos do Banestado com publicidade. Tal pedido de informação tem valores em cruzeiros contraditórios com os valores do Banco Central. Algo há. Permaneceremos, apesar de ter sido trocada a vidraça do Palácio Iguaçu, com a colocação aliás de uma inteligente veneziana, que é o Jornalista Mussa José Assis, permaneceremos atentos aos vidros do Palácio Iguaçu, apesar das venezianas que lá coloquem. Sobre tudo, porque o candidato do Governo que se esboça não é confiável, pelo fato de no segundo dia do Plano Collor ter elogiado o Presidente da República em caríssima e custosa propaganda de televisão. E já agora pareça estar mudando de opinião.

Então Senhores Deputados, Senhores visitantes, o que se pede é a legítima discussão, a verdadeira discussão do que é fundamental e do que é interesse do povo. Indubitável dizer que educação é do interesse do povo.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, questão de ordem.

Gostaria de consultar à Mesa da possibilidade de Vossa Excelência, suspender a sessão para que o representante dos Senhores Professores pudesse falar, na tribuna desta Casa, sobre seus problemas; porque nós, Deputados, precisamos, sabendo que o Regimento Interno impede que quem não seja Deputado fale no transcorrer da sessão, cabe esta suspensão, e que os representantes, ou o representante dos professores coloque, de viva voz as questões da qualidade do ensino e que, implicitamente, na questão da qualidade do ensino, se enquadram a remuneração digna aos Senhores Professores do Estado do Paraná.

Era essa a minha questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Atendendo ao requerimento do Deputado Paulo Furiatti, suspendo a sessão...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem)- Apenas gostaria de consultar à Presidência se a suspensão da sessão prejudica depois a minha inscrição para o Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos ouvi-lo com grande satisfação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu agradeço, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está suspensa a sessão por vinte minutos.

O Sr. 1º Secretário presidirá a reu-

nião em caráter informal.

Aplausos.

É suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) -

Conforme requerimento do Deputado Paulo Furiatti e aprovado pelos Senhores Deputados com assento nesta Casa, realizaremos uma sessão de caráter informal por cerca de vinte minutos.

Concedemos a palavra para o representante ou a representante da Associação dos Professores do Paraná, que terá uso por prazo irrevogável de quinze minutos, da tribuna desta Casa.

Está concedida a palavra.

A SRA. IZOLDE ANDREATTA - Ilustre Deputado, Presidente da Mesa, ilustres Deputados presentes em Plenário, companheiros de luta, visitantes.

A História se repete no Paraná pela sétima ou oitava vez.

Em 1988 estivemos nesta Casa em uma tarde para assistirmos à sessão dos Senhores Deputados que votavam uma matéria de interesse da categoria do Magistério, e aqui resolvemos ficar para pedir socorro aos Senhores Deputados, na ocasião, na intermediação com o Governador do Estado porque estávamos em greve, havia um impasse. Ficamos aqui 16 dias. E, todas as tardes, no horário inicial das sessões preparávamos a Casa com toda a delicadeza, com todo o capricho, chegando a colocar até os microfones no lugar, com os milímetros observáveis, sem nada pelo chão para que a sessão pudesse acontecer. E quase todas as tardes se repetiam a mesma história: não havia sessão plenária.

Três ou quatro Deputados nos apoiaram diuturnamente, sete, oito ou nove nos visitavam de vez em quando; mas a grande maioria se retirou desta Casa e nós tínhamos um grupo que atravessasse a rua e chegasse até a Praça Nossa Senhora de Salette para chegar até ao Palácio Iguazu e pedir: Governador do Estado, sente-se com os professores ou mande uma equipe sua sentar com os professores para negociar.

O Governador respondia a quem perguntasse que não conversava com grevistas. E fomos atacados por bombas, cacetetes, cavalos, soldados armados. Firmamos a greve por mais algum tempo e ameaçados de todos os lados com uma promessa de que se voltássemos à sala de aula, negociaríamos. Voltamos com uma dificuldade muito grande, com uma diferença de votos mínima em Maringá, que machucou a categoria até hoje e está machucada ainda a categoria.

O ano de 1989 foi inteiro com dezessete reuniões de negociações pacíficas, e a categoria dando aula normalmente nas escolas, depois a greve branca e não se resol-

veu o impasse do Magistério.

Estamos agora em 1990 no fundo do poço, e não precisa nem dizer o salário aos Senhores, e nem o Governo gastar mais bilhões na televisão, em panfletos e em jornais porque os contracheques dos professores e do funcionalismo público em geral está aí à disposição para que se comprove o miserável salário que nos é pago pelo Governo do Estado do Paraná.

A Constituição Federal e a Estadual, nos garantem um piso salarial profissional a nós profissionais do Magistério.

Nós não somos a favor de greve, nós não gostamos de greve, nós sabemos que greve prejudica, cansa, machuca, mas também é um direito legal, a Constituição nos permite fazer greves e as greves são contínuas por que? Porque a cada final de greve, nós recebemos migalhas que nos fazem retornar ao movimento paredista logo em seguida, mas pacifica o Magistério. O que é que pacifica o Magistério?

A luta, o fervor de que unidos nós podemos fazer alguma coisa pela categoria. E, os nossos alunos aprendem sim com greve; Rui Barbosa já dizia que talvez o povo aprenda em certas ocasiões, muito mais na praça do que na sala de aula normalmente o nosso medo, a nossa insegurança e as nossas dúvidas.

Com a greve eles estão aprendendo que nós precisamos lutar pelos nossos direitos, e não simplesmente dizer sim e amém, a tudo que nos é imposto. Por isso, nossa greve também pacifica sim, mas o que pode pacificar mais o magistério, a educação, o ensino de qualidade pelo qual nos lutamos, é um piso salarial profissional, aquele piso que nos garanta que a gente vai receber tanto no final do mês, no mês seguinte, para que a gente possa trabalhar com calma, sossegados e até sobrar tempo para se atualizar.

Nós estamos pedindo a esta Casa e vamos visitar Deputado, por Deputado, um espaço negocial, para que a gente tenha o tempo todo, um lugar para negociar cada lei que interesse aos profissionais da educação, ao funcionalismo público do Paraná.

O nosso pedido é que esta Casa busque soluções para os problemas, especialmente para esse que é pior que um terremoto, porque essa greve não é da Izolde, não é da diretora e não é só desse grupo valente que está aqui conosco, hoje. Esta greve é de 97% de uma categoria, não há outros interesses por trás desta greve não, é uma greve legítima, uma greve que aguentou dezessete reuniões de negociação que não trouxe resultado, uma greve que está gritando, clamando por justiça, e a resposta do Governo do Estado é que não tem dinheiro.

Há mais de um ano que não tem dinheiro para resolver o problema da educação, que é a prioridade em muitos e quase todos os discursos dos palanques eleitorais.

O Governo diz que gasta muito com educação, considera o funcionário público e o professor, como gasto. Mas, no Estado de São Paulo, apareceu uma notícia no dia doze, de que o Banestado gastou oitenta e cinco mil dólares para uma propaganda na revista Manchete.

O Governador Álvaro Dias ficou, não desistiu da sua gestão no Governo do Estado do Paraná, dizendo que ficava para o bem do Estado.

Sinceramente, se não passa pela educação, não é para o bem do Estado. Disse também que ficaria para combater os "filhos do mal", provavelmente seremos nós os "filhos do mal", ou os Senhores Deputados. Porque todo o povo do Paraná não pode ser "filho do mal", por que quem está sendo combatido com mentiras ou então com quase mentiras, com meias verdades pelos meios de comunicação pelo Paraná, são os professores que estão em greve.

Seremos nós esses "filhos do mal"?

Precisamos acabar com todos. E a educação morre conosco.

O Secretário do Planejamento do Governo anterior, disse que o Estado está deteriorado. Nós temos isto em Ata. E nós queremos saber quem deteriorou o Estado do Paraná.

E o fórum competente para fazer esta descoberta é a Assembléia Legislativa. Nós esperamos que todos os Senhores Parlamentares, tenham esta grande preocupação de exigir do Governo do Estado do Paraná, resposta para esta pergunta: quem deteriorou o Estado? E não vai ser o quadro do funcionalismo, porque com este salário, minha gente, nós não deterioramos nada.

Nós sabemos, também, que a Constituição Federal, no artigo 208, diz que é crime, é crime de responsabilidade, o Estado não fornecer escola pública para todas as crianças do País. Artigo 208, da Constituição Federal. E a Constituição também diz que é dever do Estado e direito de cada cidadão ter ensino público e gratuito. Onde está este direito, se nós temos mais de 300 mil crianças sem escola?

A APP, através da minha pessoa, está pedindo aos Senhores líderes de partidos, um espaço em conjunto, para discutirmos profundamente a questão da educação. Porque em 15 minutos, eu não teria condições de explicar o que nós temos. Mas, aqui ao meu lado tem um quadro que explica que em janeiro deste ano os Senhores Deputados aprovaram a Mensagem n° 003/90, do Governo do Estado, que oferecia ao funcionalismo público do Paraná uma política salarial.

Esta política salarial foi contra a

vontade, ou melhor, não agradou a categoria do funcionalismo público do Paraná. Nós estivemos aqui, conseguimos que 27 emendas fossem apresentadas, tivemos uma reunião na sala do Deputado Anibal Khury, com as lideranças dos partidos, e a proposta de qualquer emenda foi rejeitada, e aprovada na íntegra, a Mensagem do Governador. Esta Mensagem, Senhores Deputados, traria para o funcionalismo, hoje, um reajuste de 111%. E o piso do professor ficaria em 8 mil, 122 cruzeiros, sem a regência de classe. Porque o mês de março, com a inflação maior, teria o IPC integral pago ao funcionalismo.

Aí vem o Senhor Governador e manda para a Assembléia Legislativa uma Mensagem diferente: revoga a lei anterior, porque se tornou lei, foi aprovada por esta Casa; revoga a lei anterior e manda, hoje, uma Mensagem de 60%.

Então, no lugar de recebermos 111% que também não agrada a categoria, não é o suficiente, mas é menos pior que a que vem para cá, hoje, pelo jeito, pela Ordem do Dia, de 60,61% com o piso de 6 mil e 182 cruzeiros. Não precisa nem explicar para vocês quem, lá fora, recebe isto por mês.

Será que nós queremos que a educação pública deixe de existir, que a escola pública morra? Que apareçam só escolas particulares, para que a população pague a escola do seu filho? Nós seremos, todos, outros profissionais, menos educadores? E dizer que nós deveríamos mudar de profissão, se nós não estamos contentes, é uma afronta.

Porque nós nos preparamos o tempo todo, para sermos educadores. E nós não vamos abandonar a nossa profissão. Nós vamos, sim, lutar até o último instante, até a última gota de sangue, porque já correu sangue na nossa história, por muitas vezes, pela escola pública. Para que ela tenha ensino de qualidade e profissional reconhecido e respeitado.

Muito obrigada.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - A Mesa comunica à Associação dos Professores do Paraná que ainda lhes restam sete minutos. Quem quiser fazer uso da tribuna está à disposição.

O SR. ALFEO CAPPELLARI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que pedem os professores, o que pedem os 97% dos professores parados neste Estado é nada mais do que aquilo que a Constituição Federal estabelece no seu artigo 207, inciso 4°: "Piso Salarial Profissional".

O qual hoje tramita na Câmara Federal o Projeto de Lei que estabelece o Piso Sa-

larial Profissional para o professor em um salário-mínimo pelo DIEESE.

Nada mais, nada menos que isso que pedimos a esta Casa. Esta Casa que é de todos os paranaenses; esta Casa que é o anseio de todo o povo do Paraná. Nada mais do que a justiça de que se estabeleça em Lei e que se acabem com greves, entra ano e sai ano, com bombas nas costas, de professores feridos e de abandono do Magistério como hoje já encontramos.

Se fizermos uma pesquisa aqui, não restará um professor neste Estado que volte à sala de aula com essa Lei, com esse anteprojeto de lei enviado hoje a esta Casa e, nem tão pouco, com a Lei estabelecida anteriormente.

É muito mais fácil vender pipoca, vender amendoim, engraxar sapatos do que voltar à sala de aula com o chapéu na mão com esse tipo de salário.

Há que se socializar, mas socializar a riqueza, socializar os gastos e os rombos do boato que ficou sobre este Estado e, não se socializar a miséria.

Já está provado por "a + b" que não é salário que inflaciona este País. Já está provado por "a + b", que este Estado não está falido por causa do servidor público pois desde 1970 que o conjunto dos salários do funcionalismo público cai em queda livre enquanto os preços que pagamos nos impostos, as taxas das empresas deste Estado sobem como sobe um foguete.

É apenas isso que queremos desta Casa, uma Lei que estabeleça um piso para que entre ano e saia ano, nós professores tenhamos que abandonar nossas casas, deixar nossos filhos sem alimentos, sem verbas para nos especializar, para continuar um ensino digno e para ministrar um ensino necessário para o progresso deste Estado.

Era isso, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) -

A Mesa comunica que restam ainda quatro minutos.

O SR. LUIZ TEODORO GARCIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós não poderíamos perder a oportunidade de denunciar aqui o IPE. O IPE é nosso Instituto e é sustentado pelo funcionalismo. Oito por cento do salário do funcionalismo, muito antes de nos recebermos, já é deslocado para o IPE e três por cento é pago pelo Estado.

Desde que o IPE existe, 1961 o Estado nunca pagou.

Com a Constituição nova elevaram os três por cento para cinco por cento e o Estado continua não pagando.

Está tramitando uma Lei que faz com que o Estado pague o IPE dentro de 180 dias. Mas, estão denunciando a todo tempo

e está chegando para nós de que estão, na calada da noite, em reuniões secretas, passando o IPE para o SUDS, tirando aquilo que não é do Estado, porque o Estado não dá dinheiro para ele, é do funcionalismo, e para não pagar os 5%, esse Governo está passando para o SUDS e vai sucatear aquilo que já não está mais atendendo o nosso funcionalismo. O IPE já não é mais o mesmo, o IPE já foi um instituto muito bom, o IPE hoje não está com nada e vai se acabar.

Em nome de todo o funcionalismo, nós queremos denunciar a esta Casa de Leis que não deixem acontecer mais isso, porque se estão acabando com a educação, não deixem acabar com a saúde.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) -

Esta Presidência anuncia com satisfação a presença neste Plenário do Excelentíssimo Senhor Gabor Suto, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário Embaixador da República da Hungria, a quem desejamos as boas vindas e feliz estada.

Passamos a Presidência, ao Excelentíssimo Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, para o término da realização da sessão normal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A sessão está reaberta.

Pela Ordem, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, para registrar, com satisfação, a presença entre nós do Vereador do município de Ivaiporã, Secretário Municipal de Educação.

Registrar também com satisfação, em nosso nome, em nome do Deputado Djalma de Almeida César, a presença do Prefeito de Reserva, Frederico Hornung Neto e do Vereador Jairo Hornung.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, senhores professores que nos visitam em greve, no dia 16 de abril, nesta tribuna, quando eu questionava um gasto com publicidade, pago pelo Banco do Estado do Paraná, me referia ao Secretário da Comunicação Social, Fábio Campana, naquele dia 16; três dias depois o Secretário Fábio Campana pede demissão. Não sei se fui profético, mas naquele dia 16, eu afirmava desta tribuna o seguinte: "O Secretário da Comunicação Social do Governo, Fábio Campana, diz que não encomendou a reportagem, refere-se à uma reportagem da Revista Manchete, e acha cafona e

não sabe explicar porque o pedido e a primeira fatura da "Bloch Editora" foi feita em nome de sua Secretaria."

Ora, se o próprio Secretário da Comunicação Social acha a reportagem cafona, não se justifica os 390 mil cruzados pagos a essa reportagem. Se o próprio Secretário não sabe explicar um gasto de publicidade de sua área, da Secretaria da Comunicação Social, das duas uma: ou este Secretário não secretaria e não cuida dos assuntos relativos à publicidade, ou neste Governo os gastos são feitos à vontade do próprio Governador. E se assim o é, já que o Governador diz que demite quem pratica irregularidades, eu não sei como ficaria esta situação, se poderia até se praticar a própria auto-demissão.

Pois bem, três dias depois o Secretário Fábio Campana pede demissão. Acredito que ele cumpriu com a recomendação feita por este Deputado. Pediu demissão porque não soube explicar o gasto de trezentos e noventa mil cruzados em outubro do ano passado pagos pelo Banco do Estado para promover o Governador Álvaro Dias. O assunto que me traz à Tribuna ainda se refere à publicidade. É uma luta que tenho travado nesta Assembléia há mais de ano, uma luta difícil, mas que nós chegaremos ao final dela.

Há um mês atrás fiz um pedido de informações ao Banco do Estado do Paraná para que este Banco explicasse à Assembléia, ao povo e aos professores quanto esse Banco gastou em publicidade no período compreendido entre 15 de março de 1987 e 31 de janeiro de 1990. Recebi a resposta, ofício assinado no dia 18 de abril de 1990, n° 0573/90. Vou ler: "Em atendimento ao ofício número 113790-DACASC datado de 13 de março de 1990 que cateia requerimento aprovado por essa augusta Casa de Leis, subscrito pelo ilustre Deputado Nereu Carlos Massignan, solicitando-nos informações a respeito de propaganda e publicidade, dos atos, programas, obras, serviços e campanhas desta instituição e demais empresas do conglomerado no período de 15 de março de 1987 a 31 de janeiro de 1990, temos a informar-lhes que, - prestem atenção -, a) as despesas de publicidade do Banco do Estado e demais empresas do grupo em 1987, 88, 89 e 1990, foram, cruzeiros, em 1987: Crz 181.840.987,00, não corrigidos: 1988: Crz 2.901.158,00 1989 Crz 94.170.622,77 1990, apenas o mês de janeiro, que é objeto do pedido de informações, passem os Senhores: 213.061.055,44. b) nas verbas de publicidade, marketing e promoções estão incluídos todos os programas especiais que mantemos, como por exemplo, o Banco do Estado então confessa que faz a propaganda não só da instituição, faz do Governo, faz do Governador, promove pes-

soalmente o Governador com dinheiro de um Banco que não é só do Governo, que é acionista minoritário, que é uma instituição que o Deputado Pessuti defendeu ardorosamente agora há pouco como intangível, como séria. Não sei se a seriedade está, Deputado Pessuti, em justificar, em defender que um Banco oficial que não financia a agricultura, que não se preocupa em gastar o dinheiro por ordem do Governador Álvaro Dias enquanto os professores estão em greve, só em janeiro gastar Crz 213.000.000,00.

Este Banco confessa irregularidade quando afirma nas verbas de publicidade, marketing e promoções estão incluídos todos os programas especiais que mantemos, como por exemplo:

I - Secretaria Especial de Turismo:

- programa Paraná olímpico, operação verão - praias - talvez para divertir aqueles que têm salários bons e podem passar três meses no litoral, (PALMAS).

- Divulgação dos Pontos Turísticos.

Não diz quais. No Governo Álvaro Dias ponto turístico e de atração nacional seria convocar os visitantes do Paraná a acompanhar a movimentação maravilhosa da greve dos professores. Este é um ponto turístico negativo do Governo Álvaro Dias!

- Recuperação do Forte da Ilha do Mel.

II - Secretaria da Cultura:

- Recuperação de museus;

- Construção do ateliê Alfredo Andersen;

- Recuperação do fórum da Lapa;

- Recuperação do acervo de museus;

- Teatro BANESTADO - Projeto Barracão.

III - Secretaria da Segurança Pública:

- Convênio para recuperação de veículos da Polícia Civil e Militar - Só na propaganda, porque se se visitar o terreno, onde estão depositados os carros da Secretaria da Segurança Pública, o Deputado Algaci Túlio que é da área sabe onde estão, os carros estão lá para serem recuperados, mas o banco gastou dinheiro dizendo que houve um convênio para recuperar viaturas da Polícia, minha gente!

- Ajuda ao Conselho Municipal de Segurança;

Não diz que cidade e que conselho é este.

IV - Secretaria da Justiça, Trabalho e Ação Social;

- Projeto Galha Azul, Projeto Semsar, Penitenciária, Projeto Grameiro, Universidade do Trabalhador.

V - Secretaria da Agricultura:

- Exposição Feira Agropecuária; não diz da onde, não diz de que município e que exposição.

- Projetos comunitários: festival de música, não sei aonde, nem o banco informa, nem quem teve o prêmio de primeiro lu-

gar deste dito festival de música, obrigado pela lembrança, Deputado Rafael Greca.

- Construção de Creches, Asilos e APAES.

Também não se sabe de onde.

- Ajuda a prefeituras. Não se sabe quais as prefeituras. Sabe-se que o Banco do Estado emprestou dinheiro a algumas prefeituras, discriminando as demais prefeituras do Paraná, a juros de 5% ao mês. Foram escolhidos a dedo os prefeitos que publicam mensagens nos jornais saudando o "grande Governador Álvaro Dias". São poucos os municípios que foram beneficiados por esta linha de crédito de 5% de juros ao mês. Os demais municípios, esses têm verbas, esses não agradam ao chefe, esses não louvam Álvaro Dias, portanto, esses não merecem o tratamento diferenciado.

O mais grave de tudo isso é que essa informação não é correta, Senhor Presidente, e é uma informação encaminhada oficialmente à Assembléia Legislativa. Se a informação não é correta há de haver providências da Mesa para que o Banco do Estado do Paraná a complemente. Faltam aqui, conforme requerimento aprovado por esta Casa, que o Banco do Estado informe os nomes dos veículos publicitários que receberam e os seus respectivos valores e as agências que intermediaram esses valores.

O total que eu tenho somado, aqui, desta informação chega na casa dos quatrocentos e poucos milhões. Sabe-se que as agências ganham vinte por cento, mesmo incorretos os valores, e vou provar daqui a pouco com documentos do Banco Central, mesmo assim só as agências para intermediar uma publicidade faturam no Governo Álvaro Dias, em valores não corrigidos, oitenta milhões de cruzeiros.

O Governador Álvaro Dias, nos dias do "fico" do "sai ou não sai", no afã de se colocar como o grande condutor do Estado do Paraná, deu entrevista enfática e afirmou que o seu Governo gastava, proporcionalmente, menos publicidade do que gastava a Associação dos Professores do Paraná, a APP Sindicato.

Pois bem, Professora Izolde aqui presente, Presidente da APP Sindicato, condutora Sindical respeitada, que tem comando, porque tem consigo o discurso de lealdade, o discurso da luta guerreira pela melhoria do ensino. Faça-lhe a entrega oficial deste documento, para que V. Exa., como Presidente do Sindicato, possa comparar os valores de quatrocentos milhões de cruzados, com os miseráveis cruzeiros necessários para orientar a opinião pública paranaense de como está a educação do Paraná. Querer comparar a APP com este Governo publicitário é fazer a comparação do elefante com a formiga. Não que essa formiga se intimide com esse elefante, porque este

elefante é de papel e será queimado no dia 03 de outubro com a futura eleição, porque esse elefante esgota o seu mandato no dia 15 de março.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trago a V. Exas. um documento do Banco Central, mas antes disso algumas comparações em relação a essas despesas de publicidade do Banco do Estado.

É interessante acrescentar que aqui não estão incluídas despesas da Secretaria de Comunicação Social. Então tem mais despesas em publicidade que nós não temos em mãos ainda.

Em 1988, algumas conclusões objetivas em relação a esses números nos mostram claramente que o banco vem aumentando ano a ano, de 1987, para cá, seus gastos com propaganda.

Os aumentos em valores reais e sempre de acordo com dados fornecidos pelo próprio Banco do Estado, foram de pelo menos 60,9% em 88; 78,3% em 89.

Em 1988 com relação ao ano anterior - 87, as despesas com propaganda aumentaram 1.502% em valores nominais.

Como naquele ano, de 1988, a inflação medida pelo IBGE foi de 933%, temos um aumento real das despesas na ordem de 60,9%.

Já em 1989 as despesas cresceram, 3.146%, em relação a 1988. Já tinha tido um aumento real de 60%, em valores nominais; como a inflação de 1989 foi de 1.764%, segundo o IBGE, houve um aumento real de 78,3%.

Em apenas dois anos, 1988 e 1989, portanto, o aumento real acima da inflação dos gastos com publicidade do Banco do Estado foi de 186%.

Talvez esses dados possam justificar o argumento do Governador, de que não há dinheiro para pagar salário de funcionário, que não há dinheiro para pagar salário de professor, que não há dinheiro para consertar viaturas da polícia, que não há dinheiro para construção de casa popular, não há dinheiro para atender os deficientes físicos, não há dinheiro para as obras sociais, mas há dinheiro para o desperdício da propaganda que dá ao Governador a imagem do melhor administrador do Estado do Paraná.

Os índices de 80% se aproximam dos índices reais de aumento da publicidade. Até parece...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Permite um aparte, Deputado?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Em seguida.

Até parece que os aumentos reais da publicidade estão casados com os aumentos reais da sua imagem no Governo do Paraná. Mas, o povo, um dia, vai saber disto. Dia 3 de agosto abrir-se-ão os canais de tele-

visão para os Partidos de Oposição começaram a campanha eleitoral e esses dados irão para o Paraná inteiro.

O SR. CAÍTO QUINTANA - V. Exa. permite-me um aparte para não perder a oportunidade?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Em seguida, apenas terminando os dados para que V. Exa. tenha mais elementos objetivos e possa me contestar.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não. É sobre esses dados. Eu gostaria de falar sobre esses dados que V. Exa. deu.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Nobre Deputado, eu não terminei os dados ainda. Vamos fazer um comparativo dos gastos do Banco do Estado com o Banco do Rio de Janeiro, o Banerj. Trezentos e sessenta e nove vírgula um por cento a mais que Banerj. Duzentos e noventa e nove vírgula nove por cento a mais que o Manrisul. Temos mais dados. O Banco Central, portanto, um documento insuspeito; é um documento que se chama Consolidação Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional. Portanto, um documento oficial. Se os Srs. lerem o Balanço do Banco do Estado publicado em todos os jornais do Paraná, esses dados lá não aparecem, porque é imbutido num valor maior, mas aqui eles aparecem. O último Balancete do Banco do Estado, portanto de junho a dezembro do ano passado, conta nº 8.1.7.42.00-2 - Despesas de Promoções e Relações Públicas: trinta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, trezentos e sessenta e oito cruzados e dois centavos. Conta nº 8.1.7.45-00-9 - Despesas de Propaganda e Publicidade: cinquenta e três milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, novecentos e cinquenta e oito cruzados novos. Num soma rápida: noventa milhões de cruzados em seis meses. Quinze milhões de cruzados por mês. Valores não corrigidos. Pasmem os Senhores - o Banco do Estado, pelo ofício que acabei de ler me diz que em 1989, portanto, em doze meses, gastaram noventa e quatro milhões, cento e setenta mil, seiscentos e vinte e dois e setenta e sete. Mas como, se apenas o Balanço do segundo semestre gastou noventa milhões? Será que no primeiro semestre gastou apenas quatro milhões patrocinando toda a verba publicitária do Estado? Certamente que não. Responda-me, Deputado, nobre Líder do PMDB. O aparte é de V. Exa.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Nereu Massignan, V. Exa. sabe perfeitamente e possivelmente conheça o Balanço, que centenas de rubricas compõem um Balanço e

compõem um Orçamento. V. Exa. está pinçando rubricas orçamentárias e somando e apresentando um dado de Balanço total. Então, não vou discutir isto neste instante com V. Exa., até porque não tenho os dados que V. Exa. tem em mãos, mas tenho certeza absoluta que na análise do Balanço V. Exa. vai encontrar, obviamente, os valores batendo um com outro, até porque o valor que o Banco lhe deu com o resultado a 87, 88, 89, deve ter sido tirado exatamente do Balanço prestado pelo Banco a seus acionistas. Obviamente que essas rubricas que V. Exa. apresenta, estão juntas.

Mas, queria me referir mais a uma verdadeira salada que V. Exa. está fazendo com referência...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Certamente menos apimentada esta salada do que os gastos em publicidade do Governo Álvaro Dias.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu só continuo com a colocação, porque quando nós tratamos aqui e falamos em pronunciamentos anteriores, que este Parlamentar deva fazer um fórum permanente de análise, de acompanhamento, de discussão do problema dos funcionários, eu concordo plenamente. Só que a mim me parece que um fórum de análise das coisas que acontecem no Estado tem que ser despedido da emoção pessoal, ou da vontade, do discurso para se analisar dados. Quando eu falo em salada, Deputado, é porque V. Exa. analisa paralelamente o comportamento de receita do Governo do Estado, analisando uma resposta do Banco do Estado do Paraná, que não é o Governo do Estado. E as notas taquigráficas poderão nos comprovar, depois que as levantarmos: falam nos gastos do Banestado e dizem na sequência que talvez, por isso, faltem recursos ao Tesouro do Estado para fazer escolas, pagar salários ou coisa semelhante. Nada tem a ver, Deputado: O Banestado é o Banestado, o Tesouro do Estado é o Tesouro do Estado. Evidentemente pelo Banco possuir inclusive acionistas e não ser uma prioridade exclusiva, não ser uma secretaria de governo, é evidentemente que, para qualquer um de nós que analise racionalmente, em hipótese alguma nós podemos comparar a questão salário de servidor, ou construir escola, ou fazer estrada com a análise que V. Exa. está fazendo do Banco do Estado do Paraná que não tem nada a ver, são dinheiros que não se misturam.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - V. Exa. está justificando então os gastos do Banco do Estado que não tem nada a ver com o Tesouro. Isto não me convence, Deputado, porque o Banco do Estado possui acionistas minoritários que certamente quererão uma

explicação disso, mas não só isso: a sociedade paranaense não aceita 491 milhões de cruzeiros gastos pelo Banco do Estado nestes 4 anos. E eu tenho dúvidas porque não estão corrigidos e, então, os valores reais hoje seriam outros. E mais: Vossa Excelência está duvidando do Banco Central que publicou o balancete, aqui estão os dados, isso aqui é o gasto real do Banco do Estado com publicidade. Agora Vossa Excelência, arguto e lógico para desenvolver o sofisma, quer desvincular o compromisso do Governo e do Tesouro em relação a salários e obras sociais e justificar o gasto de 500 milhões do Banco do Estado, e talvez esteja aí a razão porque o Governador não tenha saído do Governo; por que pretenda continuar usar este Estado por mais 10 meses para continuar gastando dinheiro do povo.

O Sr. Lúcio Machado - Vossa Excelência permite-me um aparte? (Assentimento).

Deputado Nereu Carlos Massignan, neste momento em que o Estado do Paraná, vive uma das situações mais críticas, porque nós sabemos que todos os palanques políticos de todas as campanhas, o tripé é formado em cima da educação, da segurança e da saúde. O Estado do Paraná, as crianças, o futuro deste Estado estão sem escolas e com razão, porque os professores realmente não têm um salário digno para a classe.

E neste momento em que se discute nesta Casa e, inclusive pela liberalidade do Presidente Anibal Khury, foi aberto o espaço aos professores, e durante 20 minutos os professores puderam expor os seus problemas, nós notamos com profunda tristeza a ausência da bancada governista, de 19 Deputados, reduzida a apenas 4. Onde estão os outros? Será que estão no interior novamente mentindo para a população? Será que estão no interior tentando fazer o seu governador?

Aqui está, Deputado Nereu Carlos Massignan, os Deputados da Oposição, dos mais diversos partidos, presentes neste momento crucial da história do Paraná. É hora dos Deputados do Governo se fazerem presentes pelo menos para dizer por que é que o Governador não paga o professor paranaense com a dignidade que ele merece.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu agradeço o aparte e concedo em seguida ao Deputado Valderi Mendes Vilela.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Deputado Nereu Carlos Massignan, gostaria de cumprimentá-lo pelo seu trabalho buscando as informações que este Parlamento tanto necessita. E Vossa Excelência quando fala em Banestado não pode esquecer de que o Banestado é um dos maiores anunciantes que a

nossa imprensa paranaense tem, usa o rádio e a televisão. E Vossa Excelência sabe que dessa forma vai fechando os espaços para se publicar aquilo que é de interesse do povo mas que não é de interesse do Governo. E o Banestado conseguiu, Deputado, junto com o Governo do Paraná ao longo desses 3 anos, fechar a boca deste Parlamento, o principal instrumento de uma democracia. Porque o que se dizia antes, na tribuna da Oposição, jamais foi publicado porque não havia interesse do Governo. E eu lhe faço um comparativo Deputado.

Vossa Excelência conhece bem o Deputado Algaci Túlio e ele tem um programa de rádio com uma audiência fabulosa em todo o sul do Brasil. E quanto que o Governo do Estado através do Banestado investiu, até hoje naquele programa? Nenhum centavo. Porque aquele programa sempre abriu a porta para que a Associação de Professores do Paraná fosse lá fazer as suas reivindicações, fazer seus lamentos. Sempre abriu as portas, os microfones para que o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Paraná fosse lá fazer seus apelos. Por isso é que fecharam investimento no programa Algaci Túlio, e assim por diante. Quem ousasse falar mal do Governo tinha as suas portas trancadas.

Mas hoje, Deputado, a situação vai mudar um pouquinho porque a voz da Oposição neste Parlamento é maioria e maioria sempre vence. E nós vamos, em conjunto com as oposições, apresentar uma emenda na segunda ou na terça-feira, capaz de fazer voltar ao salário do servidor público o dinheiro que é deles e que Sua Excelência o Governador do Paraná gastou na sua promoção pessoal.

Era isso.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência. Como o tempo está esgotado, solicito o horário da Liderança do PSDB.

Concedo aparte ao Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira - Caro Deputado Nereu Carlos Massignan. Não conheço em profundidade os números em que em resposta ao vosso requerimento o Banestado informou sobre gastos com promoção, publicidade e propaganda.

Mas, quero dizer que lá em Cascavel foi inaugurado o Teatro Barracão. Se Vossa Excelência estranha que o Banco do Estado do Paraná invista na área cultural, recuperando museus, fazendo o Teatro Barracão ...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Em nenhum momento estranhei isto, Deputado. Eu li a informação ...

O Sr. Mário Pereira - Pelo vosso pronunciamento parece que colocou-se frontalmente contrário a que o Banestado fizesse lá em Cascavel, por exemplo, e em Maringá, e em outras cidades, o Teatro Barracão. Que recuperasse museus.

Agora, o Deputado Eduardo Baggio, que é de Paranavai, conhece lá uma bela escola feita pela Fundação Bradesco, banco privado, ...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Banco privado.

O Sr. Mário Pereira - ... e que investe através da Fundação, tem uma série de atividades, assim como outros bancos, inclusive o Bamerindus, o Banestado, é verdade, ajuda o festival de Música de Londrina, como tradicionalmente ajuda o Festival de Música de Cascavel, o mais antigo festival de música popular. Portanto, são atividades que o Banco do Estado, junto, auxilia a comunidade nestas promoções de interesse cultural e que em outras áreas também atua. Por isto chega a este montante. O Banco do Estado, tendo o Estado do Paraná como o maior acionista, não retorna aos cofres públicos o dinheiro do seu lucro, apesar de que como instituição financeira, seja o maior beneficiário dos depósitos à vista do governo.

Mas, através destas promoções, é uma forma de justificar a existência de um banco público.

Com relação a poucos membros da bancada do PMDB aqui, digo ao Deputado que lhe aparteu que ele era um deles. Simplesmente trocou de lado há 17 dias. Se o salário do professor está baixo, não é de 17 dias para cá e sim com o apoio do Deputado Tadeu, que agora, passado para o corredor do lado de lá, passa a investir contra o Governo por salários que ele ajudou a manter baixos. A bancada do PMDB está vazia, mas a cadeira do Deputado Tadeu está aqui presente e a responsabilidade dele no processo não pode, por pular de corredor, ser esquecida.

Estamos preparando uma emenda para tentar terminar com o impasse da greve do Magistério, buscando o atendimento de parte ou quem sabe numa negociação chegar a um entendimento, porque o Magistério, se briga por melhores salários, se está em greve, também não quer ele estar em greve. Busca é uma solução ao impasse. Estamos preparando uma emenda, vamos discutir com a APP, para tentar solucionar o impasse, melhorando o salário do Magistério.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Ilustre Deputado Mário Pereira.

Vossa Excelência exerceu o cargo de Secretário de Administração por três anos e meio, portanto, responsável pela política salarial do Magistério e dos professores. Vossa Excelência, nobre Deputado Mário Pereira, teve a oportunidade, enquanto Secretário, de estabelecer uma política salarial real ...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Portanto, está desautorizado de censurar o Deputado Tadeu Lúcio Machado, porque Vossa Excelência pertencia ao Governo e fez a maior política de arrocho salarial do Governo do Paraná. Como Secretário da Administração, Vossa Excelência também é responsável pela política salarial.

(Tumulto em plenário)

... para propor emenda de solução da greve, na greve anterior Vossa Excelência era Secretário da Administração e, ao invés de fazer emenda, foi conivente.

O SR. MARIO PEREIRA - As portas da Secretaria sempre ficaram abertas à negociação. (Vaia nas galerias).

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Abertas para o arrocho salarial.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita às galerias que não usem da vaia.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Senhor Presidente, pela ordem.

Quero dizer ao nobre Deputado Mário Pereira que errar é humano. E quero, perante os Professores do Paraná, dizer que errei em permanecer no PMDB até uns meses atrás. Mas, permanecer no erro, é burrice. Por isso mudei! Estou no PSDB!

(Aplausos).

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Quero esclarecer também ao ilustre Deputado Tadeu Lúcio, já no ano passado, se engajava na campanha de Mário Covas, mesmo estando no PMDB. Essas são razões que justificam sua permanência ao lado do PSDB como meu companheiro. Agora eu quero que V.Exa. me conceda um aparte e explique ao Magistério aqui presente, ao funcionalismo público por que que em três anos e meio V.Exa. não estabeleceu uma política salarial justa, digna para o funcionalismo e por que V.Exa. cassou o piso salarial do Magistério?

O aparte está concedido a Vossa Excelência.

O Sr. Mário Pereira - Bom, mesmo sem ter

pedido o aparte não posso perder a oportunidade de, neste momento, falar a respeito de política salarial.

Em 1988, em janeiro, foi dado ao quadro geral do Estado aumento acima da inflação. E até 1989 foram zeradas as perdas. Na última negociação salarial estava presente com a APP o representante do DIEESE assessorando o Sindicato dos Professores, e lá não houve nenhuma dúvida quanto aos índices que discutíamos. Os índices de defasagem salarial apresentados pelo DIEESE eram exatamente os mesmos índices apresentados pelo Governo. Na verdade, essa hiperinflação que se abateu sobre o País é que levou os salários do trabalhador brasileiro e principalmente do setor público a uma defasagem jamais vista porque jamais se viu tanta sonegação no País como nesse período hiperinflacionário.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Inclusive no Paraná?

O Sr. Mário Pereira - Inclusive no Paraná.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - É o que fazia o Secretário da Fazenda do Governador Álvaro Dias?

(Vozes paralelas).

O Sr. Mário Pereira - Inclusive no Paraná porque se se estudar as histórias da hiperinflação ...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Está encerrado o tempo de V.Exa. e V.Exa. poderá falar os seis minutos destinados à Bancada do PMDB.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu gostaria de encerrar é que V. Exa. fosse breve.

O Sr. Mário Pereira - O horário da Bancada do PMDB deve ser utilizado pela Liderança.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Eu solicito a V. Exa., se for possível, o tempo da Bancada do PDC, para conceder ao nobre Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Agradeço, ilustre Deputado Eduardo Baggio.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Atendido.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Ilustre Deputado Mário Pereira, ...

O Sr. Mário Pereira - V.Exa. havia me concedido um aparte interrompido pela Presidência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu gostaria que V.Exa. fosse breve porque a sua argumentação não está convencendo. Não podemos perder tempo com argumento falso, nobre Deputado.

O Sr. Rafael Greca - Um aparte, Deputado.

O Sr. Mário Pereira - Eu não havia solicitado aparte, mas, V. Exa. é que solicitou que eu falasse e agora acha que não pode perder tempo. Então eu fico aqui atento escutando os seus ensinamentos, que conhece perfeitamente...

(Vozes paralelas).

E nós aqui vamos nos recostar na cadeira para aprender com o "Professor" Nereu Carlos Massignan.

(Vozes paralelas).

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Nobre Deputado Mário Pereira, eu fui Professor. Posso avaliar o quanto é difícil exercer o Magistério com uma política salarial que V.Exa. contribuiu com três anos e meio e se omitiu, e permitiu que acontecesse o que está aqui neste contracheque. (Lê o referido contracheque). Um Professor inativo com 25 anos de sala de aula ganhando seis mil quinhentos e oitenta cruzeiros.

Vossa Excelência realmente deve se recostar na poltrona porque sua consciência está pesada para com o Magistério e para com o funcionalismo público. (Aplausos).

Concedo aparte ao ilustre Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - Deputado Nereu Carlos Massignan, enquanto ouvia o Deputado Mário Pereira falar que o Banestado gastou com a cultura do Paraná eu me assustava, porque sei que o Banestado de fato financiou alguns projetos culturais no Paraná, foi comprado um piano "Steinway" para o teatro Guaíra, foram financiados os festivais de Cascavel e o de Londrina e foram construídos pelo menos dois teatro barracão, um em Cascavel e outro na cidade de Maringá, se não me engano.

No entanto, foi também financiada a primeira temporada de ópera do Estado do Paraná, com duas ensenações aqui em Curitiba. No entanto, eu fiquei pensando, teatro, piano, festival de música, tudo isso, porque é cultural, só terá valor se der educação para o povo. Correm o risco os dois teatros que ficaram vazios, os festivais de não terem quem os freqüentem nem quem os escute, o piano de não ter quem escute o seu recital ou quem nele execute as partituras musicais. Corre o risco o Paraná hoje, de asfixia cultural por um processo perverso duplamente perverso; o processo do garroteamento da educação na base, e o processo da deformação da infor-

mação, pelo controle da imprensa, maciçamente paga nos meios, nas mídias em todo o Estado. Corre perigo a identidade cultural do Estado, o Estado que ouve a rádio Guaíba no Sudoeste, que ouve as rádios de São Paulo e que lê já o Jornal "A Folha de São Paulo", de medo da informação, este Estado corre perigo de se dilacerar, o "Jornal do Brasil", ontem, publicava nota no seu informe, dizendo: "que o Senador José no Palácio Iguazu! E que de lá serão expulsos, abençoados pela urna do dia 3 de outubro, que é a decisão soberana do povo, que espanta fantasmas criados por governantes incompetentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se à Ordem do dia...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, o Horário da Liderança do PMDB não foi colocado à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)
Eu gostaria de usar o Horário da Liderança do PDT, também.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, o Plenário desta Casa, verdadeiramente, está num grande embate de idéias, de pronunciamentos, de discursos. Nem sempre respaldados na veracidade de fatos, nem tampouco respaldado no desejo de encontrar soluções.

Ouvia, por exemplo, aplaudidíssimo discurso do Deputado Nereu Carlos Massignan, principalmente o seu encerramento, dizendo que o povo, soberanamente, vai retirar, no dia 3 de outubro, os "filhos do mal", do Palácio Iguazu.

E a memória do nosso povo é curta.

Assim como o Deputado Mário Pereira foi arduamente atacado pela política da Secretaria da Administração, talvez retorne ao Palácio Iguazu o subchefe da Casa Civil do Governo anterior.

Nereu Carlos Massignan que também é responsável pelo contracheque da professora que aqui está de dois mil e poucos cruzeiros por mês, na sua aposentadoria, nos seus vinte e poucos anos de serviço, porque passou pelo Governo também e poderia ter corrigido essa injustiça no curso do tempo e não o fez e se julga no direito de agora cobrar.

Eu pediria encarecidamente ao Deputado Nereu, à APP ou alguém que me repassasse também a cópia desse contracheque que nos

será de grande valia para continuarmos as discussões que temos tido com a área do Governo para podermos comprovar as razões de alguns professores terem salários baixos.

Se Vossas Excelências desejam que a nossa bancada procure soluções para o impasse, um direito que lhes cabe como é um direito que nos cabe também procurarmos como uma parcela significativa do povo brasileiro, de procurarmos as soluções como temos feito diuturnamente conversando com a área da Secretaria da Administração, com a Secretaria das Finanças, com a Secretaria da Educação, e o próprio Governo.

Nossa bancada esteve reunida duas vezes em 3 dias, buscando exatamente uma solução para o impasse da greve dos professores.

Mas, tivemos, sem o discurso fácil, tivemos na busca da solução. Não tivemos em busca de ser agradável ou não.

E temos a certeza que na semana que vem teremos uma semana árdua de avaliação, de levantamentos, de discussão e de votação.

E tenho certeza, estaremos nesta tribuna com toda a serenidade defendendo aquilo que é possível para o Estado do Paraná.

Mas, a discussão hoje se deu muito mais a respeito da questão do Banestado. E a confusão que se procura gerar na questão Banestado, deve ser analisada por todos nós paranaenses. Recentemente lançou-se uma boataria na praça de que o Banco do Estado do Paraná estava falido.

Essa passou a ser uma verdade absoluta.

Os recortes de jornais do Banco Central, ninguém trouxe a esta tribuna; a declaração do próprio Presidente do Banco Central de que o Banespa e o Banco do Estado do Paraná eram os únicos bancos estatais do País com saúde financeira elogiável, em nenhum instante.

E quando fala o Deputado Rafael Greca, que foi feito um festival em Cascavel, um festival em Maringá, não Senhores.

Na própria resposta do Banestado e talvez um Deputado hoje do PSDB possa vir à tribuna para explicar, que é exatamente o Deputado Rubens Bueno, porque o Banco do Estado do Paraná investiu nesta mesma verba projeto "Gralha Azul", projeto "Semear", a penitenciária no projeto "Grameiro", a Universidade do Trabalho ligado àquela Secretaria. Hoje talvez seja mais fácil para que o Deputado Rubens Bueno, que compõe a Bancada do PSDB e foi Secretário na época, possa trazer os números verdadeiros da aplicação de recursos do Banco do Estado do Paraná para cultura.

E, eu gostaria que se registrasse nes-

ta Casa, porque a cada Plenária que aqui está, o discurso de alguns muda; se registrasse nesta Casa o protesto de muitos Parlamentares na tarde de hoje, contra o investimento que o Banestado fez no auxílio de casas de cultura de teatros, de festivais, de promoções regionais, como feiras, exposições, do projeto "Gralha Azul", das penitenciárias, dos ônibus que ajudam as Prefeituras a comprar para transporte de alunos, do projeto "Gralha Azul". E que se registre de uma vez por todas: Qual é o comportamento de cada um, porque me parece, e os Anais desta Casa mostram, que desde o primeiro dia do meu mandato, em qualquer oportunidade, com qualquer galeria, o discurso foi o mesmo; e alguns, se amanhã saírem os professores, e chegarem aqui os representantes da cultura do Paraná, possivelmente ocupem a tribuna para acusar o Governo de investir pouco na área da cultura, quando hoje estão condenando o Banco do Estado do Paraná, por estar ajudando a cultura e as tradições da nossa gente.

E para encerrar, e até me, valho da presença do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, respeitosamente, o que não se pode fazer nesta Casa é pinçar dados.

Eu via o Deputado Valderi Mendes Villela, dizendo que o programa do Deputado Algaci Túlio não tem nem uma ajuda do Banestado, porque é um programa aberto para os professores. No entanto, pinçando também só um nome, porque esse não é o critério; o Deputado Luiz Carlos Alborghetti tem um programa de televisão, ouvidíssimo, e esse programa tem o patrocínio do Banestado, e foi fórum permanente para todas as reivindicações, inclusive da Presidenta da APP, que lá esteve naquele programa.

Portanto, não é questão de discriminar.

Para encerrar Senhor Presidente, Deputado Tadeu Lúcio Machado, a verdade agora não é a mesma do Plenário, mas quando Vossa Excelência fez o aparte, a nossa Bancada que tem dezenove Deputados, tinha um número proporcionalmente maior do que as bancadas de oposição que têm trinta e cinco e estava naquela hora apenas com dez em Plenário.

Em segundo lugar: o funcionário público lá de fora é o mesmo funcionário público aqui de dentro da Assembléia, aonde Vossa Excelência como 1º Secretário e fazendo parte da Executiva, poderia dar a eles os 190% que está sendo pleiteado para os de fora, como também atualizar o pagamento de uma ação que existe para que os funcionários da Casa, com ganho de causa na justiça possam receber o seu direito.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Vossa Excelência concede-me um aparte Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ~~Aperte~~ final do discurso do Deputado Caíto Quintana é comigo.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Pela Ordem Senhor Presidente.

Eu gostaria, antes de Vossa Excelência se pronunciar, me defender.

Eu quero informar o Deputado Caíto Quintana, que foi o Relator da Constituição ora vigente no Estado do Paraná, que o Poder Legislativo obedece ao reajuste do Poder Executivo. Foi o Deputado Caíto Quintana quem fez o relatório, portanto ele é réu confesso que poderia dar ao Legislativo a possibilidade de aumentar os seus funcionários sem estar vinculado ao Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Caíto Quintana falou a respeito do assunto que Vossa Excelência respondeu e eu vou falar do segundo assunto. A Presidência é responsável pelo não pagamento dos adicionais que os funcionários do quadro da Assembléia pretendem. A Lei orgânica, é clara e diz o seguinte:

"100% a ser pago sobre serviços integral é sobre o vencimento básico". Há decisão controvertida da Justiça e a Presidência vai até o Supremo. Se Vossa Excelência está satisfeito com a explicação ela está dada.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência sabe que já conversamos sobre isso.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Pela Ordem) Com todo respeito que tenho pelo Deputado Caíto Quintana, eu sou um homem de propaganda, como Vossa Excelência sabe. E no meu programa eu vendo propaganda, vou a um banco, vou a outro, qualquer um tem direito de anunciar no meu programa, e também não tenho culpa de ter a maior audiência na história da comunicação do Estado do Paraná. E com maior satisfação convidei a professora Isolde e convidei o Governo e os dois foram debater, isso não justifica que eu tendo uma propaganda, uma suposição do Banestado que eu não posso levar quem seja no meu programa, quem manda no meu programa sou eu, e lá fala quem eu quero, o tempo que eu quero. Se amanhã ou depois eu tiver uma propaganda de qualquer outra organização e eu tiver que dar uma notícia naturalmente eu vou levar, da mesma maneira ... sábado vão participar do meu programa os pais de alunos que discordam, pais que concordam, e vão participar também novamente os professores que estão em greve no Estado do Paraná.

Era só isso o que eu queria dizer!

Meu programa está aberto, para todos.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Cadeia permita-me apenas que Vossa Excelência não estava no plenário na hora que o Deputado Valderi falou. Usei a sua presença inclusive para justificar para o Deputado Valderi, disse numa parte que o programa do Deputado Algaci Túlio não recebe patrocínio do Banestado porque é um forum permanente para as reivindicações dos servidores. E eu coloquei que isso não é uma verdade absoluta porque o seu programa que tem patrocínio do Banestado é um forum também permanente de modo que não é o Banco que discrimina ou que fecha a boca do programador. É isso que quis dizer dentro exatamente do que Vossa Excelência está falando.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra a presença do Senhor João Raimundo Moro, Presidente da Câmara de Indianópolis.

PDS com a palavra.

(Declina).

PFL com a palavra.

(Declina).

P.D.T.

Deputado Valderi Mendes Vilela com a palavra.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, funcionários públicos do Estado do Paraná.

É bom ver Deputado Caíto Quintana como que se altera o pronunciamento e a colocação das palavras quando se quer mudar alguma coisa. Eu disse, e repito, o programa do Deputado Algaci Túlio não teve o patrocínio não só do Banco do Estado, mas de todas as verbas de publicidade do Governo do Paraná, porque lá não só o Deputado Algaci Túlio abria as portas e os microfones da emissora para todas as reivindicações, mas também para se falar tudo que era de direito de cada um, de todos os paranaenses.

Mas, gosto de ver esta Casa hoje quando se levanta o Deputado Tadeu Lúcio Machado fazendo as suas defesas hoje num partido de Oposição. Eu gostaria de dizer aos Senhores, que bom seria se este Parlamento tivesse o número de Oposição que hoje se encontra. É bem verdade que alguns saíram antes, mas outros saíram agora há pouco mas saíram na hora certa. Saíram para dar sustentação ao povo do Paraná e não para dar sustentação a um Governo que é acostumado a dar um calote no servidor público, porque isso é a praxe de Sua Excelência o Governador Álvaro Dias.

Vejam bem, meus caros Deputados: em 1989 Sua Excelência o Governador do Paraná, prometeu uma reposição salarial de 139%, e daí? Então, ele concedeu 100% naquele mês e 39% ficou para o mês seguinte;

veio mais um pacote do Governo Federal e o Governador do Paraná, simplesmente, caloteou o funcionário público, revogando a sua própria lei.

Hoje, meus companheiros, não é diferente de 1989. Um ano depois o Governo apresenta a este Parlamento um plano de salários e rompe três meses depois, dando um novo calote a todo o funcionário público de todo o Estado do Paraná. Mas, sei o que representa isso. Nós dizíamos sobre o arrocho salarial em março, nós divulgamos uma nota, através da imprensa, dizendo que o arrocho salarial viria no Paraná e aí ele está. Só que no Paraná ele veio mais cedo, veio desde o início do Governo Álvaro Dias.

Mas, meus companheiros, hoje a situação é um pouco diferente. Nós estamos em contato com os partidos de Oposição nesta Casa; já conversamos com o PRN, com o PSDB, com o PT, com o PFL; nós do PDT vamos apresentar uma emenda em conjunto, uma emenda, que eu tenho certeza, vai ser aprovada pela maioria deste Parlamento para repor um pouco do salário que foi arrochado do servidor público.

Tenho certeza, Professora Isolda, na época em que três ou quatro Deputados lhe davam assistência aqui na greve, sete ou oito a visitavam, era porque este era o número de Deputados que a Oposição podia contar, mas, hoje, com o PSDB, com o PFL, com o PDT, o PT, e outros Partidos que compõem a maioria, o PDC, nós temos certeza de que essa aprovação sairá deste Parlamento.

Eu deixo, aqui, à Bancada do PMDB, que hoje é minoria nesta Casa, que o Governador Álvaro Dias tenha coragem e vete, mais uma vez, o aumento do funcionalismo, porque se ele assim o fizer vai caracterizar o ódio que ele tem ao servidor público de todo o Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela ordem) - Senhor Presidente. (Assentimento).

Senhor Presidente, eu gostaria de registrar nos Anais desta sessão que visitei a semana passada os municípios que represento aqui na Assembléia Legislativa do Estado. Em nove municípios eu recebi a comissão dos professores para dialogarmos a respeito do impasse que estamos vivendo. Ao chegar em Curitiba, telefonei ao Governador Álvaro Dias e pedi a ele que fizesse uma reunião com todos os chefes de núcleos do Paraná para ouvir de perto as necessidades e as dificuldades do professor paranaense.

Quero informar à Mesa e aos Senhores Deputados que acabo de receber a notícia de que hoje o Governador recebeu todos os chefes de núcleos do Paraná. Eu acho que

isso já é um avanço e, reafirmando que a nossa posição pelo fato de sermos do PMDB não vem dizer que estamos contra os professores do Paraná.

Eu, aqui, já tomei posições contrárias - não aos professores do Paraná - a alguns Deputados da Oposição ao adentrarem com emendas inconstitucionais nas mensagens do Governo, sabendo que as mensagens não poderiam passar pelo Legislativo.

E quero reafirmar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós vamos viver esta mesma história aqui na segunda-feira, quando será apreciada a Mensagem do Governo do aumento de 60,61% e que muitos Deputados da Oposição vão adentrar com emendas pedindo 150 até 200% de aumento.

Eu não votarei as emendas inconstitucionais, porque eu não quero levar desta Casa o atestado de burro por não conhecer a Constituição do meu Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PFL se fará uso do seu horário?

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PTB se fará uso do seu horário?

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PL se fará uso do seu horário?

Com a palavra o Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Partido Liberal ao longo da história de sua existência, tem se fixado no propósito de lutar pela valorização do trabalho.

E com base neste postulado tem apresentado propostas nos momentos oportunos, para que não apenas a classe produtora do âmbito privado, mas também os administradores públicos busquem reconhecer aqueles que contribuem com o fator trabalho para o desenvolvimento da Nação, do Estado e do Município.

Por isso, por diversas ocasiões já ocupamos esta tribuna, para dizer, especialmente no sentido da educação que todos os gastos realizados com a remuneração do professor deve ser entendido como um investimento e não como uma simples despesa.

Isto porque a educação é prioritária, para que realmente possamos alcançar a soberania da Nação brasileira e o professor exerce um papel relevante neste quadro.

Precisa ele ter a estabilidade emocional até, para que possa desenvolver com altivez o seu desiderato.

Por isso nos colocamos inteiramente ao lado do professor em outras ocasiões, como neste episódio também emprestamos a nossa

solidariedade a nível estadual, porque o Partido Liberal está representado nos diversos municípios do Estado do Paraná e temos respondido aos diretórios do nosso partido, que reivindica, a nossa posição de maneira positiva e aqui estaremos presentes para dar a nossa parte, através do nosso voto, para que se encontre a melhor solução e a classe dos professores seja devidamente reconhecida.

Estamos prontos para dialogar com os representantes do Partido do Governo. Precisamos encontrar a fórmula que seja melhor, que seja viável, para que não aconteça de serem apresentados da tribuna da Assembléia, fotocópias de contracheques que demonstram necessidades mínimas daqueles que se dedicam diuturnamente ao grande ofício de ensinar. Portanto, Sr. Presidente, queremos ver o justo salário do trabalhador encontrando-se fórmulas, alternativas nem que para isto sejam necessárias as paralisações de determinados programas, porque o ser humano deve ser olhado, em primeiro plano, com o seu trabalho para que o desenvolvimento ocorra.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - PRN com a palavra. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, professores e professoras: viemos a esta tribuna no horário da Liderança do nosso Partido, a Liderança do Partido da Reconstrução Nacional para informar a toda a classe do Magistério do Paraná o posicionamento do nosso Partido com referência a esta greve que prejudica a toda a classe do Magistério já por mais de trinta dias. Venho falar com a autoridade de um Deputado que nestes três anos e quatro meses jamais votou favorável a qualquer medida do Governo que prejudicasse a classe do funcionalismo do nosso Estado.

Depois de analisar profundamente qual era a contribuição que o nosso Partido poderia dar neste momento crucial porque passa o Magistério do Paraná, analisando as reivindicações, porque todos nós sabemos que o desejo do Magistério do Paraná era de que se desse o piso salarial do DIEESE que hoje ultrapassa aos vinte mil cruzeiros. Mas, entendemos que diante da situação atual seria muito difícil a aprovação dessa medida. Seria difícil que o Governador do Estado do Paraná concedesse essa melhoria, esse piso salarial ao Magistério do nosso Estado. A Bancada do PRN, composta nesta Casa pelos ilustres Deputados: Luiz Carlos Alborghetti, Ferrari Júnior, Antônio Bárbara e Amélia Bruschka, e este que lhes fala, apresentaram nesta Casa um projeto de lei que concede

novamente ao Magistério do Paraná o piso salarial de 3 salários-mínimos. Esta Casa deverá na semana que vem analisar, discutir e votar esse projeto de lei e é claro que todas as emendas aqui apresentadas contribuirão para a melhoria dessa sugestão do Partido da Reconstrução Nacional.

Nós temos acompanhado durante esses três anos e três meses do Governo Álvaro Dias, a posição do Governo de que não pode, por causa do artigo 7º da Constituição, conceder o piso salarial ao Magistério do nosso Estado. Em virtude deste fato, o PRN foi analisar, foi pesquisar, e nós trazemos hoje para o conhecimento deste Plenário, para o conhecimento da classe do Magistério do Paraná um parecer dado pelo jurista Mozart Vitor Russomano, um dos juristas de maior prestígio do nosso País, que é catedrático de Direito do Trabalho, é representante do Brasil no Conselho de Administração da OIT em Genebra na Suíça, e é Ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho. Esse parecer exarado a pedido da Federação Nacional dos Engenheiros, serviu como base para que a Federação Nacional dos Engenheiros ganhasse do Supremo Tribunal Federal o piso salarial dos engenheiros do nosso País.

Esse parecer e a decisão do Supremo Tribunal Federal derrubam definitivamente o posicionamento do Governo do Estado que diz que a equiparação salarial é inconstitucional. Esse parecer e a decisão do Supremo dão constitucionalidade à reivindicação dos professores de obterem um piso salarial com equivalência ao salário-mínimo de nosso País.

Quero, encerrando estas minhas breves palavras, pedir o apoio deste Parlamento para que na semana que vem quando o Projeto de Lei de autoria do PRN for analisado nesta Casa possa receber as emendas necessárias para que a classe dos professores seja definitivamente assistida, porque nós entendemos que não é só um piso salarial, baseado no salário-mínimo que tem que ser concedido ao Magistério do Paraná. O que o Governo do Estado do Paraná tem que dar, além do piso, é garantia definitiva de que este piso não será retirado mais do magistério do nosso Estado.

A nossa proposição não é uma nova conquista do professorado do Paraná: a nossa proposição procura pelo menos dar de volta o que o Governo Álvaro Dias retirou injustamente do salário do professor do Paraná. Nós esperamos quando da votação deste Projeto a participação dos ilustres Deputados para que nós possamos definitivamente dar um piso e que jamais ninguém possa tirar do professorado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Sr.

Presidente, infelizmente o Deputado não me concedeu o aparte. Eu apenas gostaria, Deputado, que V.Exa. com a sua bancada também estendesse um telex a Brasília ao Presidente Fernando Collor de Mello, procurando melhorar a situação do salário do povo brasileiro porque ele diz que a inflação está zerada, e eu não acredito nisso.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, nós gostaríamos que V.Exa. confirmasse ao comando de greve do Magistério Público do Paraná o espaço que eles solicitaram de V.Exa. para o plenário, terça-feira, às 9 horas, para uma reunião com as lideranças de todos os partidos com representantes desta Casa e também dos demais Deputados que queiram participar com eles do estudo para encontrar uma solução ao problema do Magistério no Estado do Paraná. A APP espera de V.Exa. essa confirmação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 091/90, de autoria do Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares aos orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Mensagem nº 01/90, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que visa reajustar a partir de 1º de abril de 1990, conforme Mensagem Governamental nº 90/90, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas, dos servidores auxiliares do Ministério Público do Estado. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projetos de resolução em nº de 2 (dois) de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça, constante do expediente. Ne-

cessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, devidamente apoiado, constante do expediente. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 3 (três) de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento em nº de 2 (dois) de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente, solicitando a Constituição da Assembléia em Comissão Geral, durante a sessão Plenária do dia 23 de abril do corrente ano. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos em nº de 2 (dois) de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constantes do expediente, solicitando a Constituição da Assembléia em Comissão Geral, para apreciar os Projetos de Lei nºs 234/90 e 235/90. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos em nº de 2 (dois) de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Resolução nºs 22 e 31/90. Aprovados.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cherigate, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 105/90. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cherigate, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 205/89. Prejudicado.

Requerimento de nº 920, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 893 e 894, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

De conformidade com os requerimentos

de preferência de votação de autoria dos Srs. Deputados Algaci Túlio e David Cherigate, aprovados:

4.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 22/90, de autoria da Comissão Executiva, que altera a redação da Resolução nº 52 de 21 de novembro de 1989, conforme específica. Com Emenda de Plenário.

Em votação. Aprovado.

Em votação a emenda. Aprovada.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 31/90 de autoria dos Deputados Anibal Khury e Acir Mezzadri, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, nos Municípios de Palmeira e Balsa Nova, para que a população decida sobre a criação do Município de WITMARSUM DO P. N. A. Aprovado. (Publ. no DA. nº 38 de 16.04.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 105/90, de autoria do Deputado David Cherigate, que cria o Município de Iguatu, desmembrado do Município de Corbélia. Aprovado. (Publ. no DA. nº 07 de 07.03.90).

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 177/87, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que cria o Município de Mauá da Serra, com território desmembrado do Município de Marilândia do Sul. Aprovado. (Publ. no DA. nº 85 de 18.08.90).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 50/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria o Município de Pirapó, com território desmembrado do Município de Apucarana, com sede e localidade do mesmo nome e as divisas que especifica. Aprovado. (Publ. no DA. nº 03 de 20.02.90).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 181/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 68/90), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guaratuba o imóvel que especifica. Aprovado. (Publ. no DA. nº 29 de 28.03.90).

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 259/85, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria o Município de Lidianópolis, com território desmembrado do Município de Jardim Alegre, com sede na localidade do mesmo nome, com divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Com Emenda Substitutiva Geral de Plenário. Emenda - Aprovada.
O projeto irá à 4.^a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 132/88, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a "Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio", com sede e foro nesta capital. Em Regime de Urgência. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 168/89, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que declara de Utilidade Pública a "Creche José do Patrocínio da Silva", com sede e foro no Município de Luiziana. Em Regime de Urgência. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 205/89, de autoria do Deputado David Cheriegate, que retifica a Lei n.º 9.007, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia e seu consequente arquivamento do Projeto de Lei n.º 205/89. Prejudicado.

A Mesa transfere a votação desse projeto para segunda-feira.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 206/89, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que cria o Município de Nova Laranjeiras, com território desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com sede na localidade de Nova Laranjeiras. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 219/89, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a "Associação Comunitária Evangélica Canaã". Em Regime de Urgência. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 250/89, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a "Cruzada Social Cosme e Damião de Proteção à Maternidade e Infância", com sede e foro nesta capital. Em Regime de Urgência. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 14/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública o CLUBE DE MÃES DO CONJUNTO GRALHA AZUL, com sede e foro na cidade de Curitiba. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 22/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que autoriza o Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, a elaborar o Plano de Cargos e Salários de seus funcionários estatutários. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade.

nimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 23/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que estabelece critérios para liquidação do débito do Estado junto ao Instituto de Previdência do Estado - IPE, relativos às contribuições previdenciárias patronal. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 27/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que isenta os servidores inativos da contribuição ao Instituto de Previdência do Estado - IPE. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 55/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública o LAR PRESERVAÇÃO DA VIDA, com sede na cidade de Maringá. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 56/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO BARBARA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede na cidade de Santa Fé. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 82/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que dá nova redação ao art. 1.º da Lei n.º 8.808, de 30 de junho de 1988. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

AO PROJETO DE LEI N.º 82/90

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, o presente plano de lei visa dar redação ao artigo 1.º da Lei n.º 8803, de 30.06.88.

A presente propositura objetiva atualizar o valor antigo contido na referida lei, que hoje chega a aviltante quantia de Cz\$ 293, 18. A Senhora Josefina Aparecida Barbosa, é viúva do ex-Prefeito de Boa Vista da Aparecida, falecido em trágico acidente automobilístico, em pleno exercício do cargo. Em tal circunstância, ficou a mencionada Senhora sem a menor condição de sobrevivência e esta irrisória quantia em nada lhe pode ajudar nos altos custos de vida atuais. Para tentar amenizar tal situação é que se faz necessária a altera-

ção do valor da pensão mensal para dois salários-mínimos.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei n. 82/90.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

ORLANDO PESSUTI

Relator

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 84/90, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a OBRA KOLPING REGIONAL DO PARANÁ, com sede e foro no Município de Guarapuava. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 103/90, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública o MINISTÉRIO EVANGÉLICO PRÓ-VIDA - MEPROVI, com sede e foro em Palmeira. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 179/90, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS DEFICIENTES DE NOVA ESPERANÇA - APEDENE, com sede e foro na cidade de Nova Esperança. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 101/89 (Mensagem n. 124/89 ex-Proposição n. 92/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, a alienar ao Senhor Teissim Tina, o imóvel constituído dos lotes 73, 85, 101, 102 e 103, da Gleba Ribeirão do Tigre, Seção "A", da Colônia Paranaíba, Município de Marilena, com área de 343,62 hectares. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 25/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que cria no âmbito do Instituto de Previdência do Estado - IPE, o Hospital do Servidor. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - O Projeto de Lei n. 25/90 tem emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há uma emenda do Deputado Pedro Tonelli que faz a doação do imóvel de propriedade do estado para a construção de hospital.

Esta emenda será anexada ao projeto do Deputado Ferrari Júnior, porque há um Projeto com muita antecedência à emenda de Vossa Excelência que visa autorizar a ven-

da do imóvel. Então será anexado e esse projeto deve ser apreciado na semana que vem.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 26/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que isenta do Imposto de Circulação de Mercadorias - ICMS na aquisição de veículos para o serviço de táxis de profissionais autônomos no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emendas Aditivas de Plenário de ns. 1, 2 e 3 de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 1,
AO PROJETO DE LEI N° 26/90,

Acrescente-se ao Projeto de Lei n. 26/90 o seguinte artigo:

"Art. - Para se beneficiar da isenção prevista no artigo 1° desta lei o profissional deverá fazer prova do exercício efetivo da profissão pelo prazo não inferior a seis meses imediatamente anterior ao uso do incentivo fiscal.

Parágrafo Único - Servirá como prova do exercício profissional uma declaração da Prefeitura Municipal do município onde exercer a profissão e outra própria, com firma reconhecida, assumindo a responsabilidade por declaração falsa".

Sala das Sessões, em 19.04.90

(a) PEDRO TONELLI

Apoio: Paulino José Delazeri, Valderi Mendes Vilela, Nereu Carlos Massignan, Algaci Túlio e José Rogério Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

A propriedade de um "ponto de táxi", como comumente se diz, não prova o exercício profissional. Ou seja, o concessionário ou permissionário poderá não prestar, por si ou por outrem, o serviço de transporte de passageiro.

A presente emenda visa privilegiar concessionários ou permissionários que o são por outros motivos que não a prestação do serviço de transporte de passageiros. É medida de justiça fiscal, portanto.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 2,

Acrescente-se ao Projeto de Lei n. 26/90, o seguinte artigo:

"Art. - O artigo 23 da Lei n. 8.933/89 passa a ter acrescido o seguinte parágrafo:

"§ 2° - São isentos do pagamento do ICMS sobre energia elétrica, os consumidores residenciais, detentores de uma só

conta, cuja média mensal de consumo não ultrapassa a 150 (cento e cinquenta) KWH".

Sala das Sessões, em 19.04.90..

(a) PEDRO TONELLI

Apoio: Valderi Mendes Vilela, Paulino José Delazeri, Nereu Carlos Massignan, Algaci Túlio e José Rogério Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

A energia elétrica é um bem essencial à vida dos cidadãos. Seus hábitos alimentares, de higiene, de lazer ..., além de equipamentos ou utensílios domésticos, dependem do uso de energia elétrica.

Assim, pelo menos os consumidores de baixa renda, ou pequenos consumidores, por que não possuem equipamentos supérfluos, devem merecer tratamento diferenciado na cobrança do ICMS, descarregando a carga tributária sobre eles imposta diretamente, além da carga que sobre eles recaem pelo pagamento de tributos indiretos.

A medida é de justiça social.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 3

Acrescente-se ao Projeto de Lei n. 26/90 o seguinte artigo:

"Art. - Em consonância com o disposto no artigo 146, § 3° da Constituição do Estado do Paraná, ficam isentas de pagamento de ICMS as microempresas, assim definidas em lei".

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) PEDRO TONELLI

Apoio: Valderi Mendes Vilela, Paulino José Delazeri, Nereu Carlos Massignan, Algaci Túlio e José Rogério Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

Os milhares de microempresários paranaenses contribuem de modo inestimável com a economia e com a sociedade paranaenses. Seja promovendo circulação de mercadorias produzindo bens ou serviços essenciais à população em empregando pessoas, integrando ou mantendo-os no mercado de trabalho.

Mesmo não podendo dispensar tratamentos tributários diferenciados em função de crises econômicas, há que se considerar as que as mesmas dificuldades pesam, proporcionalmente, muito mais sobre elas do que sobre as médias e grandes empresas.

Sua importância foi reconhecida pelo constituinte paranaense ao prever tratamento privilegiado. É hora de implementar o direito conquistado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Emenda do Deputado Pedro Tonelli. (Para se beneficiar da isenção... seis meses). Aprovada.

No disposto pelo artigo 146, da Constituição do Paraná, ficam isentas de pagamento de ICMS as microempresas. Do Deputado Pedro Tonelli. Em discussão. Em vo-

tação. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela Ordem. Esta emenda é sobre o Projeto n° 26/90?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sim, o Projeto n° 26/90.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Voltará esta emenda em segunda votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente. Terceira discussão.

Há emenda sobre o projeto ainda do Deputado Pedro Tonelli que no parágrafo segundo, são isentos do pagamento do ICM sobre energia elétrica... 150kws.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, para encaminhar.

Senhor Presidente, requereria de Vossa Excelência que as Emendas que diminuem o poder de arrecadação do ICM do Estado do Paraná fossem enviadas para um estudo nas comissões permanentes, porque obviamente aqui no Plenário nenhum de nós é capaz de aquilatar quanto representa de sangria a arrecadação de ICM no Estado do Paraná, numa série de emendas que estamos votando. E eu chamo a atenção inclusive dos funcionários públicos que aqui estão, representados principalmente por professores. Existem alegações constantes de que o ICM arrecadado pelo Estado do Paraná é gasto para pagamento da folha. No entanto, se olharmos a Ordem do Dia desta semana, vamos perceber que estão sendo votadas inúmeras emendas e projetos dando isenção de ICM para diversos setores da economia do Estado que, evidentemente, vai redundar em menos arrecadação.

E daqui a pouco, prejudicando a arrecadação do Estado, não teremos condições de mover. E isto é para o futuro do Paraná, inclusive para outros Governos, que ficarão sem arrecadação do ICMS.

Permito-me por exemplo, citar a emenda anterior que votamos, procedente do Deputado Pedro Tonelli, pelo menos ela limita em parte a isenção de ICM para compra de táxis. Nós nem sequer passamos em comissões. Foi votado em Comissão Geral.

Nós não estipulamos se é proprietário de um único táxi, porque tem profissional liberal que atua em táxi... você vai dar isenção para as grandes empresas proprietárias de táxi para renovação de frota, sem pagar ICM...

Quer dizer, acho que a Assembléia tinha que discutir com mais profundidade para analisar quanto representa de sangria no ICM do Estado, sob pena de nós diminuirmos mais ainda a arrecadação do Estado do Paraná, e termos dificuldades a enfrentar no custeio da nossa própria máquina.

Por isso, requeiro a Vossa Excelência que submeta a este Plenário, essas emendas que tratam sobre redução, ou isenção de ICM, sejam mandadas para as Comissões Permanentes; até porque elas podem aguardar um dia para votar e nós votaremos pelo menos mais conscientes daquilo que estamos fazendo.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, esta Assembléia é testemunha de que em janeiro de 1989, há um ano atrás, portanto, tivemos aqui o debate que culminou com a aprovação da Lei do ICM estadual, fruto daquilo que estabeleceu a Constituição Federal do Paraná.

Naquela ocasião, sob o patrocínio do Bloco Parlamentar Agropecuário, do qual somos o Coordenador, pudemos estabelecer uma conversação, um diálogo, um debate, envolvendo todos os segmentos interessados na questão ICM, na questão tributária do Estado. Aqui estiveram os produtores rurais do Estado, aqui estiveram os comerciantes, aqui estiveram os industriais, aqui estiveram os prestadores de serviços, representados na sua maioria, por mais de 50 entidades que participaram das diversas reuniões que tivemos.

Ao final de muitos debates, que contou com a participação da maioria dos Senhores Parlamentares, conseguimos chegar a um substitutivo geral ao projeto do Governo do Estado do Paraná, e que foi aprovado, este substitutivo, pelo voto unânime deste Plenário e que se transformou no projeto apresentado por este Poder Legislativo, em modelo para outros Estados, tendo recebido inclusive elogios na revista "Veja" de circulação nacional.

Portanto, Senhor Presidente, aprovarmos projetos de lei, que falem sobre ICM, aprovarmos emendas em cima de projetos que busquem isenção, que busca diminuir ainda mais a arrecadação de tributos, ao nosso ver é temerário e inoportuno neste momento em que estamos discutindo a possibilidade de aumentarmos o salário dos Servidores Públicos.

Ontem, Senhor Presidente, quando aqui estavam reunidas as principais lideranças do comércio, da indústria, do setor produtivo, enfim, do Paraná tivemos a oportunidade, de com alguns deles, falarmos a cerca deste assunto que estamos votando hoje, em especial com o Doutor Zanon, do Conselho da Livre Iniciativa. E com eles entabulamos um entendimento para que fizéssemos um "Forum" aqui no Poder Legislativo,

envolvendo todos aqueles segmentos que no passado, em janeiro do ano passado, votaram unânimes a Lei do ICM, então que fizéssemos um "Forum" de avaliação, para que no momento presente, pudéssemos encontrar qual o melhor caminho para o ICM do Paraná: se deixamos como está ou se vamos mudar, e se iremos mudar, quais as mudanças que deveríamos implantar.

Portanto no nosso entendimento são inoportunos esses projetos que falam sobre redução em arrecadação de ICM, bem como suas emendas.

E, por esta razão, na próxima segunda-feira, entraremos com requerimento pedindo a retirada da Ordem do Dia desses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há um requerimento do Deputado Caíto Quintana.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Caíto Quintana, Vossa Excelência mantém seu requerimento pedindo a retirada da Ordem do Dia.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Perfeito, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes vamos votar o requerimento do Deputado Caíto Quintana.

O SR. PEDRO TONELLI - Quero encaminhar o requerimento do Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem toda a liberdade para encaminhar.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para encaminhar).

O SR. MÁRIO PEREIRA - (Pela Ordem) - Ele está encaminhando a votação ou a discussão?

O SR. PEDRO TONELLI - Estou encaminhando o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação do requerimento do Deputado Caíto Quintana, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto do Deputado Antônio Aníbelli.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) - Vou encaminhar contra o Requerimento do Deputado Caíto Quintana.

Sou contra porque apresentei duas Emendas, emendas de alto teor se compa-

radas com a política de arrecadação e com a própria Lei de ICM apresentada em substitutivo pelo Deputado Pessuti.

Estou apresentando aqui duas Emendas que considero justas. Não é brincadeira, não, Deputado Caíto Quintana; não é brincadeira não, Deputado Pessuti. A primeira que está isentando de contribuição do ICM as empresas, as microempresas reguladas na forma da lei.

Aquelas microempresas que estão nadando para sobreviver porque não conseguem, estão quase se afogando. Então um desaforo seria o Governo descarregar a cobrança do ICM...

Outra emenda que é essa que está em discussão neste momento é que é objeto de discussão do líder peemedebista é sobre os consumidores de energia elétrica, que consomem menos de 150 quilowatts, e que só tem uma contribuição. Aos pequenos consumidores de energia elétrica também estou propondo que sejam isentos. Porque hoje o consumidor de energia elétrica está pagando 25% de ICM ao Governo do Estado. No entanto é bom que se diga aqui neste Parlamento os empresários da comunicação negociaram com o governo do Estado a isenção do ICM pagam em troca de publicidade.

Então, se o Deputado Caíto Quintana está preocupado em aumentar a arrecadação do Estado, se o Deputado Pessuti está preocupado em pagar os Funcionários Públicos, eu também estou preocupado.

Então não tem isenção para ninguém. Ninguém vai ficar isento de pagar, todo mundo vai ter que pagar certinho e não alguns setores porque fazem propaganda do Governo, falam bem do Governo, então eles não precisam pagar imposto, eles pagam em propaganda.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu sou contra o requerimento do Deputado Caíto Quintana, vou brigar contra e sou a favor da aprovação das emendas. Ou ninguém paga imposto neste Estado, ou todo mundo paga; essa é a política que se tem que adotar. Agora porque o cara é compadre, o cara fala bem, porque o cara tem expressão de divulgar as mentiras do Governo, então ele está livre de pagar imposto, de pagar ICM.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quero que se leve em consideração e esse Parlamento adote uma postura justa.

Não vamos retirar da Ordem do Dia, vamos aprovar e o governo se quiser mande uma nova Lei de ICM para cá, e que estabeleça justiça, porque uma Lei, que eu participei das discussões no plenarinho, onde o Deputado Pessuti estava lá, o Secretário das Finanças estava lá, e onde se fez um loteamento, quem gritava mais teve a taxa de 12% ou até isento, e quem não estava lá

para gritar, foi taxado em 25% de contribuição para o ICM do Estado.

Era isso, Senhor Presidente, era isso Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Annibelli.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É nosso, o projeto que isenta do Imposto de Circulação e Mercadorias na aquisição de veículos para o serviço de táxis de profissionais autônomos no Paraná.

Eu acredito que os Senhores Deputados não tiveram a oportunidade de ler esse projeto. Porque o nosso projeto, não beneficia empresas, não beneficia grupos, beneficia apenas estes profissionais que estão aí à disposição dos assaltantes que diariamente são assassinados e tem pela incompetência da Polícia do Estado do Paraná, a salvaguarda do crime.

Nós estamos, Senhor Presidente, assegurando a isenção do ICM, apenas para os motoristas autônomos e no parágrafo único, o nosso projeto diz o seguinte: O Profissional autônomo com ponto e placa trabalhando legalmente há mais de dois anos, usufruirá dos benefícios deste artigo, apenas uma vez a cada cinco anos, não sendo permitido a venda dos veículos antes de três anos de efetivo trabalho de táxi.

Nós víamos recentemente no Estado de São Paulo, que oito mil e quinhentos taxistas na cidade de São Paulo, abandonaram a profissão, víamos o presidente Fernando Collor de Mello, isentar, não sei se à semana passada ou a semana retrasada, os taxistas da cobrança do Imposto da Produção de Produtos Industrializados, se não me falha a memória, no valor de trinta e oito por cento, do bem adquirido, isto é um novo Brasil, é um novo País, um novo Paraná, nós na Assembléia Legislativa, hoje, com a maioria da oposição estamos querendo mudar a regra do jogo, valorizar quem trabalha, valorizar os professores que hoje lotaram as nossas galerias, valorizar o funcionalismo, fazer voltar a dignidade ao funcionalismo público, em função do seu trabalho, com a plena assistência médica, como é o caso do IPE, que votamos os projetos e aqui teve professor defendendo o direito do tratamento de saúde para os nossos funcionários.

Nós queremos mudar a prática e a tática de trabalho nesta Casa e neste Estado.

Por isso, meu Líder do Governo, minoria nesta Casa, quero anunciar de livre voz nesta tribuna que iremos apresentar, na semana que vem, um projeto, desmembrando a Liderança do Governo do PMDB que com-

põem as Oposições são maioria, nesta Casa.

Nós iremos mudar aquela mania de que o "cachimbo entorta a boca". Nós iremos endireitar a boca, mesmo que o PMDB continue com o cachimbo.

Só que, Senhor Deputado, nós iremos votar contra o vosso Requerimento, isentando o PMDB, que constitua as suas comissões, que indique a Presidência às Comissões, para que possamos trabalhar ao lado das Oposições. E daí, quando chegar ao caso de estudarmos melhor os projetos, como quer o Líder do Governo, nós estaremos ao seu lado, trabalhando porém, não iremos perder tempo no trabalho que vimos trabalhando há muitos anos, por causa das comissões que o PMDB ainda não indicou.

Por isso, Senhor Presidente, eu peço que a Oposição vote contra o Requerimento do nobre Líder Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Requerimento do Deputado Caíto Quintana, solicitando envio do Projeto de Lei nº 26/90, à apreciação da Comissão de Finanças.

Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento, queiram conservar-se como estão.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Eu requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento, queiram levantar-se.

7 (sete) dos Senhores Deputados rejeitam, 5 (cinco) aprovam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 150/89 e do Projeto de Resolução nº 22/90.

4ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/85.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 205/89 e 25/90.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 26/90, 105/90, 214/90, 216/90 e dos Projetos de Resolução nºs 11/90, 24/90, 25/90, 26/90, 31/90.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 84/88, 225/89, 233/89, 269/89, 331/89, 392/89, 398/89, 20/90, 21/90, 29/90,

176/90, 204/90, 210/90, 211/90, 232/90, 233/90, 234/90, 235/90 e dos Projetos de Resolução nºs 09/90, 34/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 43/90 e 44/90.

Levanta-se a sessão.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR

CONSELHO DELIBERATIVO P A R E C E R

Os abaixo assinados, membros do Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar (FEPPA), no desempenho de suas funções legais e estatutárias, tendo examinado o sumário geral do ORÇAMENTO para o exercício de 1990, encontraram tudo na mais perfeita ordem, coerência e legalidade, pelo que houveram por bem APROVAR e RECOMENDAR a execução do mesmo.

ORÇAMENTO devidamente publicado no DO. da ALEP em 13.12.89.

Curitiba, 10 de janeiro de 1990.

(aa) JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO
LUIZ ALBERTO MARTINS OLIVEIRA
JOÃO MANSUR

CONSELHO DELIBERATIVO P A R E C E R

Os abaixo assinados, membros do Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar (FEPPA), no desempenho de suas funções legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Geral do ano de 1989, e o Relatório Anual do Presidente do Fundo, houveram por bem, dando cumprimento ao Art. 34, Letras "a", "b" e "g" do Regulamento da Lei 6639/74, APROVAR, recomendando dar conhecimento à Assembleia Geral Ordinária, conforme determina o artigo 29, Letra C do mesmo Regulamento.

Curitiba, 07 de março de 1990.

(aa) JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO
LUIZ ALBERTO MARTINS OLIVEIRA
JOÃO MANSUR

RELATÓRIO

Tendo prestado assistência contábil no exercício financeiro de 1989, apresentamos o presente relatório.

1. BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO

CIRCULANTE	23.157.884,13
IMOBILIZADO	5.230,00
TOTAL	23.163.114,13

PASSIVO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO 23.163.114,13

TOTAL 23.163.114,13

As contas evidenciadas neste Balanço exprimem a composição qualitativa do patrimônio do Fundo ao encerrar-se o exercício de 1989, assim interpretadas:

CIRCULANTE - Representa os saldos das contas correntes em Bancos, as importâncias aplicadas em poupança e a curto prazo.

IMOBILIZADO - Representa os valores aplicados em móveis e utensílios atualizados no final do exercício pelo valor de mercado.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Representa o resultado operacional durante a existência do órgão, ou seja, os resultados acumulados dos exercícios anteriores e o resultado do último exercício.

2. BALANÇO FINANCEIRO

Este balanço tem por finalidade demonstrar o movimento patrimonial do exercício. É representado pelos saldos disponíveis, pelos recursos recebidos e pelas despesas realizadas. Está assim sintetizado:

SALDO ANTERIOR.....	1.519.844,44
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (+)	
Receitas correntes.....	24.679.087,64
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	
Despesa realizada.....	<u>3.035.817,95</u>

SALDO PARA 1990.....23.163.114,13

3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Este demonstrativo indica os detalhes das operações realizadas durante o período, onde pode-se constatar a evolução do Patrimônio Líquido.

As causas que fazem variar o Patrimônio Líquido são os resultados obtidos pelo confronto entre as contas da Receita e Despesa. E, elas, assim se representam:

1. RECEITA

Renda de títulos.....	21.523.021,85
Renda de Contribuições....	2.086.159,73
Juros de Empréstimos.....	75.148,46
Outras Receitas.....	976.406,59
Contribuição Lei 7771....	<u>18.351,01</u>
	<u>24.679.087,64</u>

2. DESPESA

Inativos.....	3.000.510,76
Serviços de Terceiros....	32.218,16
Materiais de Consumo.....	988,13
Seguros.....	<u>2.100,00</u>
	<u>3.035.817,95</u>

3. RESULTADO

Superavit do Exercício...21.643.269,69

4. CONCLUSÕES

Comparando as receitas, verificamos que as do exercício de 1989 foram superiores às do exercício de 1988 em 1634% e que as despesas foram acrescidas de 1985% em relação ao exercício de 1988.

As despesas deste exercício representaram 12.3% das receitas; enquanto que as do exercício anterior representaram 10.1%.

Há de se ressaltar que no exercício de 1989 não foram consideradas as rendas de juros e correção monetária das cadernetas de poupança referente ao mês de dezembro, cujo crédito em conta corrente dá-se no mês de janeiro de 1990, o que alteraria para maior o superavit do exercício.

É o que nos cabia relatar.

Curitiba, 15 de janeiro de 1990

(a) WERNER WANDERER

Presidente FEPPA

RELATÓRIO

A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Senhores Conselheiros e Associados:

Em cumprimento ao Artigo 15, Letra "a" da Lei 6639/74, temos a honra de nos dirigir à presença de Vossas Senhorias, para a prestação de contas do primeiro ano de gestão na direção do FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR.

Inicialmente, os nossos agradecimentos ao Conselho Deliberativo, seus Suplentes e Tesoureiro, que em sintonia com os interesses dos Associados do Fundo, desenvolveram suas atividades na mais perfeita harmonia com esta Presidência, sempre no restrito cumprimento das normas legais que orientam a entidade.

Assim sendo, estabeleceu-se uma política de maior aprimoramento do Fundo.

Como primeiro ato, extinguímos a carteira de empréstimos subsidiados com recursos do FEPPA, gerando assim a possibilidade de melhores resultados financeiros.

Procuramos entidades bancárias, e obtivemos a concessão de empréstimos aos associados, com juros compensadores e prazos razoáveis, que compensaram a extinção da carteira de empréstimos.

Apesar de desfavorabilidade entre receita e despesas em 1.989, as aposentadorias substancialmente defasadas, foram sucessivamente corrigidas até atingir parâmetros compatíveis com a dignidade de um ex-parlamentar, sem ferir qualquer princípio de legalidade, e, sobretudo da moralidade, diante, um quadro político-econômico instável, vivido pelo País no exercício findo.

A seguir o exame do balanço:

1. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

CIRCULANTE	23.157.884,13
IMOBILIZADO	<u>5.230,00</u>
TOTAL	23.163.114,13

PASSIVO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>23.163.114,13</u>
TOTAL	23.163.114,13

As contas evidenciadas neste Balanço exprimem a composição qualitativa do patrimônio do Fundo ao encerrar-se o exercício de 1989, assim interpretadas:

CIRCULANTE - Representa os saldos das contas correntes em Bancos, as importâncias aplicadas em poupança e a curto prazo.

IMOBILIZADO - Representa os valores aplicados em móveis e utensílios atualizados no final do exercício pelo valor de mercado.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Representa o resultado operacional durante a existência do órgão, ou seja, os resultados acumulados dos exercícios anteriores e o resultado do último exercício.

2. BALANÇO FINANCEIRO

Este balanço tem por finalidade demonstrar o movimento patrimonial do exercício. É representado pelos saldos disponíveis, pelos recursos recebidos e pelas despesas realizadas. Está assim sintetizado:

SALDO ANTERIOR.....	1.519.844,44
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (+)	
Receitas correntes.....	24.679.087,64
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Despesa realizada.....	<u>3.035.817,95</u>
SALDO PARA 1990.....	23.163.114,13

3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Este demonstrativo indica os detalhes das operações realizadas durante o período, onde pode-se constatar a evolução do Patrimônio Líquido.

As causas que fazem variar o Patrimônio Líquido são os resultados obtidos pelo confronto entre as contas da Receita e Despesa. E, elas, assim se representam:

1. RECEITA

Renda de títulos.....	21.523.021,85
Renda de Contribuições...	2.086.159,73
Juros de Empréstimos.....	75.148,46
Outras Receitas.....	976.406,59
Contribuição Lei 7771...	<u>18.351,01</u>
	24.679.087,64

2. DESPESA

Inativos.....	3.000.510,76
Serviços de Terceiros....	32.218,16
Materiais de Consumo.....	988,13
Seguros.....	<u>2.100,00</u>
	3.035.817,95

3. RESULTADO

Superavit do Exercício...	21.643.269,69
---------------------------	---------------

4. CONCLUSÕES

Comparando as receitas, verificamos que as do exercício de 1989 foram superiores às do exercício de 1988 em 1634% e que as despesas foram acrescidas de 1985% em relação ao exercício de 1988.

As despesas deste exercício representaram 12,3% das receitas; enquanto que as do exercício anterior representaram 10,1%.

Há de se ressaltar que no exercício de 1989 não foram consideradas as rendas de juros e correção monetária das cadernetas de poupança referente ao mês de dezembro, cujo crédito em conta corrente dá-se no mês de janeiro de 1990, o que alteraria para maior o superavit do exercício.

É o que nos cabia relatar.

Curitiba, 16 de abril de 1990.

(a) WERNER WANDERER
Presidente FEPPA

BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1989

ATIVO		VARIAÇÕES PASSIVAS	
CIRCULANTE		PATRIMÔNIO	
DISPONÍVEL		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Bco. Estado Paraná -C/C.....	33.816,38	Saldo em 31.12.88	1.519.844,44
Bco. Bamerindus Brasil - C/C..	370,20	Do Exercício	21.643.269,69
Bco. Estado Paraná-Poupança...	6.637.660,87		<u>23.163.114,13</u>
Bco. Bamerindus BR.-Poupança	12.612.613,14		
Valores Mobiliários	3.873.423,54		
	<u>23.157.884,13</u>		
PERMANENTE			
IMOBILIZADO			
Móveis e Utensílio	<u>5.230,00</u>		
	5.230,00		
TOTAL DO ATIVO	23.163.114,13	TOTAL DO PASSIVO	23.163.114,13

WERNER WANDERER Presidente	LAURO LOBO ALCANTARA Tesoreroiro	VICENTE P. RODACKI Contador CRC-PR 6635
--------------------------------------	--	---

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR - FEPPA
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO DE 1989

VARIAÇÕES ATIVAS

RECEITAS CORRENTES

Renda de Contribuições2.086.159,73
Renda de Títulos21.523.021,85
Juros de Empréstimos 75.148,46
Outras Receitas 976.406,59
Contribuições Lei 777/83 18.351,01

TOTAL24.679.087,64

WERNER WANDERER
Presidente

VARIAÇÕES PASSIVAS

DESPESAS CORRENTES

Despesas de Custeio 3.035.817,95
Resultado Patrimonial do Exerc. 21.643.269,69

TOTAL 24.679.087,64

LAURO LOBO ALCANTARA
Tesoureiro

VICENTE P. RODACKI
Contador CRC-PR 6635

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE RESULTADO
EXERCÍCIO DE 1989

DÉBITO

Material de Consumo.....	988,13
Serviços de Terceiros.....	32.218,16
Inativos	3.000.510,76
Seguros	2.100.90
Patrimônio Líquido.....	
Total.....	24.679.087,64

Renda de Títulos.....	21.523.021,85
Renda de Contribuições..	2.086.159,73
Juros de Empréstimos.....	75.148,46
Outras Receitas.....	976.406,59
Contrib. Lei 7771	18.351,01
Total.....	24.679.087,64

WERNER WANDERER
Presidente

LAURO LOBO ALCANTARA
Tesorero

VICENTE P. RODACKI
Contador CRC-PR 6635